



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

SIMONE CONCEIÇÃO SOARES DIAS



O PASTOREIO COMUNITÁRIO EM LAGE DAS AROEIRAS:
Trabalho, sociabilidades, desafios – 1970 a 2007.

Feira de Santana - BA
2014

SIMONE CONCEIÇÃO SOARES DIAS

O PASTOREIO COMUNITÁRIO EM LAGE DAS AROEIRAS:

Trabalho, sociabilidades, desafios – 1970 a 2007.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira

Feira de Santana - BA

2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira – UNEB/UEFS (Orientador)
Doutor em História pela Universidade de Brasília, UNB-DF, Brasil.

Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto - UNEB
Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF-RJ, Brasil.

Prof.^a. Dra. Elizete da Silva - UEFS
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo - USP-SP, Brasil.

Dedico este trabalho a todos os moradores e moradoras das áreas de fundo de pasto e em especial a Zé do Antero (In memoriam), embora não o tenha conhecido pessoalmente, seu exemplo em defender a terra com a própria vida, demonstra a importância da continuidade do fundo de pasto para milhares de famílias sertanejas.

A minha filha Maria Isabela e meu companheiro Advaldo, constantes parceiros de jornada.

Aos meus irmãos Suzete Silene e José Belém Filho, a meus pais Oldecir e José Belém e a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus acima de tudo, por ter me permitido conviver com as adversidades surgidas ao longo do trabalho e ter me dado a coragem para concluí-lo “mesmo quando tudo parecia desabar”.

A Maria Isabela fonte de inspiração para continuar a pesquisa mesmo quando as forças pareciam não existir mais. Com as suas sugestões sempre a seu favor, demonstrando sua carência de “mãe”. Dentre elas: “mamãe porque você não lê a última parte do livro, aí você sabe logo o final e vem logo brincar”, ou então: mãe, porque você não faz assim, você lê uma hora e brinca três horas comigo”. Tenho certeza que segui-las teriam me causado enorme alegria, mas nem sempre foi possível.

Ao final do trabalho, ela, demonstrando seu companheirismo, passou a me esperar (dormindo no sofá) até uma, duas, três da manhã, para irmos dormir no mesmo horário. Peço desculpas pelas ausências físicas, mas sempre levo você comigo!

Ao meu companheiro Advaldo (Negão), incansável parceiro, sempre me apoiando nas minhas escolhas, sempre acreditando no meu potencial e transformando a vida em um jeito mais bonito, mais alegre e mais leve de viver. Obrigada por fazer do seu amor minha companhia.

A minha mãe, mulher guerreira, sertaneja que nunca se abateu diante das tantas dificuldades que passamos. Obrigada pelo seu trabalho constante para formar os filhos. Seu exemplo me inspira a continuar lutando sempre.

A minha irmã Suzete Silene, sempre ao meu lado, sei que com você posso contar sempre, obrigada pela admiração, pelo incentivo e pelas contribuições nas pesquisas em Salvador.

A minha tia Didi e as minhas primas Fernanda e Cassia pelo carinho e cuidado com Isabela diante de tantas ausências minhas ao longo da vida. Em especial a Fernanda a quem Isabela chamava de mãe, obrigada Fê por ter nos ajudado a cuidar da pequena Isa.

As amigas Sara e Rosilda que sempre tiveram a certeza da minha aprovação no Mestrado (e eu com tantas dúvidas!). A Edilane pelas contribuições com o projeto e pela amizade que se constrói a cada dia. A Danillo Rangell pelas várias dicas para entrevista e pela constante disponibilidade em me ajudar sempre (e pela vibração com a minha aprovação!). A Alexandra Cardoso amiga e parceira de animadas festas. A Ivone

pelas tantas lutas que participamos juntas nos vários anos de Escola Família Agrícola. A Sandra Andrade e Erisnilda Moraes, parceiras de longa data. A Ivan Santtana, grande poeta e amigo, que bom que você parte das nossas vidas “tio Ivan”.

A todos os meus professores, em especial a Profa. Sueli Pinheiro, por ter me acompanhado da primeira a quarta série, tenho certeza que a sua insistência em nos fazer aprender fez muita diferença na minha formação, obrigada por tudo!

A professora Ely Estrela (In memoriam), obrigada por ter feito parte da minha vida acadêmica e por ter deixado um legado inspirador para todos aqueles pesquisadores da “gente comum”, que pena que foi brilhar no céu tão cedo.

Ao professor Fabrício Lyrio pelo incentivo para que meus estudos continuassem.

Aos professores do Mestrado, em especial ao Professor Jacques Depelchin (obrigada por me apresentar F. Fanon), a Professora Elizete da Silva, tão caríssima e tão sereníssima, pelas importantes reflexões durante a disciplina Seminário de Dissertação e as professoras Ione Sousa e Ana Maria pelas agradáveis e valorosas discussões.

Ao meu amigo, professor e orientador Clóvis Ramaiana, pois o que vivemos foi à construção de amizade sertaneja, daquelas que não se precisa falar muito pra saber que é amigo, basta uma pergunta: “e aí como vai a borrega (Isabela)?”. As palavras colocadas aqui não serão suficientes para expressar a sua sensibilidade, o seu carinho, pois sendo um grande pai, sabe o que ser uma grande mãe, obrigada! obrigada! obrigada!, por compreender as minhas limitações para realização deste trabalho frente aos desafios da vida.

Ao professor Agripino Neto, que me acompanha desde a graduação com uma amizade sincera e um grande compromisso com a minha formação, obrigada pela generosidade das suas contribuições na banca de qualificação, se não pude acatar todas, tenha a certeza de que todas elas foram valiosíssimas.

Mais uma vez a professora Elizete da Silva, agora pelas fartas contribuições na banca de qualificação e pela insistência em me fazer entender que fontes nunca são demais. É pena que não tive “condições” de ir em busca de todas elas, mas vou guardá-las no meu “bocapiu” para as próximas pesquisas, obrigada mesmo!

A Julival, funcionário do Mestrado, pela disponibilidade em atender a todos com o mesmo carinho e a mesma presteza.

Aos meus colegas do Mestrado, faço questão de citar todos, pois cada um deixou uma marca na minha jornada: Emily, quantas angústias dividimos por não ter orientador e quantas alegrias pelo grande orientador que conseguimos, obrigada pela amizade!

Lizandra, obrigada pelo carinho e pelos favores, sua discussão sobre trânsito religioso me fez pensar sobre esse mundo tão vasto que é a religião. Melira Ellen ou Melelen, como dizia o professor Jacques, sua leveza sempre me transmitiu muita paz, diferente da espoleta Ana Paula, tão esfuziante e tão querida, quanto sorrímos juntas!

Camila, Camilinha, com jeito de menina, mas tão comprometida em discutir “O segredo de uma família feliz”, obrigada por me considerar uma mulher guerreira.

Alex obrigada pelas tantas caronas para que eu atravessasse mais rápido o percurso da UEFS até a BR e conseguisse embarcar no ônibus da “São Matheus”, que de santo não tinha nada, mas me levava de volta para casa.

Cal, Lucas e Pablo que trio fantástico! Aprendi muito com as discussões teóricas que fizeram, tenham a certeza que foram imprescindíveis para o meu aprendizado durante o mestrado e para as boas gargalhadas com as histórias do “Tio Irineu”.

Rennan sempre tão meigo e atarefado, obrigada pelo carinho! Rafael um brilhante conhecedor de Gramsci, aprendi muito com você. Edinaldo pelas boas discussões que tivemos sobre o movimento sindical proporcionadas pela sua pesquisa sobre a CUT e a André, pois antes dele nunca tinha pensado na tamanha importância da História da Infância. Enfim, a todos vocês, aquele abraço!

E a todas as comunidades de fundo de pasto, pela brava resistência para continuarem existindo e demonstrando que a terra tem muito mais que valor de troca, mas que é seu valor de uso que permeia a existência de milhares de famílias sertanejas que insistem em defender seu jeito de viver no sertão.

A todos os moradores e moradores da comunidade de fundo de pasto Lage das Aroeiras, obrigada por me deixar escrever um pouco da história de vocês e por contribuírem de forma tão carinhosa para que este trabalho se tornasse realidade.

“Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir”.

Cora Coralina.

RESUMO

O fundo de pasto é uma forma comunitária de utilizar a terra, sobretudo para o pastoreio extensivo de animais, praticada principalmente na Região Nordeste da Bahia. Sua origem está relacionada à ocupação do sertão para criação extensiva de gado e os seus problemas com relação à garantia da posse da terra, remontam a Lei de Terras de 1850 e legislações posteriores que não amparam a sua forma de utilização da terra. O presente trabalho discute o modo de vida da comunidade de fundo de pasto Lage das Aroeiras, município de Uauá – BA, através do pastoreio comunitário, das relações de trabalho e das sociabilidades presentes na comunidade e como as ações do estado com a implantação das políticas desenvolvimentistas regionalizantes durante a ditadura militar, contribuíram para o processo de mercantilização de suas terras, enfatizando a resistência a essa mercantilização através da organização comunitária e das parcerias e articulações que a comunidade estabelece para garantir que seu modo de viver e criar continue existindo. A utilização comunitária da terra se constitui também como um instrumento de resistência ao sistema capitalista que privilegia a individualidade e, sobretudo, a propriedade privada como estratégia de produção e desenvolvimento econômico. Mas, para que essa resistência ao capitalismo possa continuar a existir, é necessária a regularização jurídica de suas terras, pois sem esta, a continuidade do fundo de pasto está ameaçada.

Palavras-chave: Fundo de Pasto – Regularização- Trabalho – Sociabilidades

ABSTRACT

The fund is a community pasture form of land use, especially for extensive grazing of animals, practiced primarily in northeastern Bahia. Its origin is related to the occupation of the hinterland for extensive cattle and their problems with regard to the security of land tenure, dating back to the Land Act 1850 and subsequent legislation that does not bolster its form of land use. This paper discusses the way of life of the bottom of the pasture Lagedas Aroeiras, municipality of Uauá community - BA, through community grazing, labor relations and sociability in the community and how the actions of the state with the implementation of policies developmental regionalizantes during the military dictatorship, contributed to the process of commodification of their lands, emphasizing the resistance to this commercialization through community organization and partnership and joint the community down to ensure that their way of living and create still exist. Community land use also constitutes as an instrument of resistance to the capitalist system that emphasizes individuality and, above all, private property as production and economic development strategy. But the regularization of their land, so that resistance to capitalism can continue to exist is necessary because without this, the continuity of the fund is threatened pasture.

Keywords: Fund Pasture - Adjustment - Labor –Sociabilities.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais/Introdução.....	16
1. Fundo de Pasto: elementos histórico-geográficos agrários	34
1.1 O movimento tempo-espaço na conformação dos Fundos de Pasto.	35
1.2 O contexto agrário.	42
2. “Mudar para ficar tudo igual”: as políticas desenvolvimentistas regionais e o processo de mercantilização das terras sertanejas.....	47
2.1 Do Império ao Golpe Militar de 64: o surgimento das políticas regionalizantes	48
2.1.1 Ligas Camponesas: o grito que ecoou do campo.....	55
2.2 O período militar e seus investimentos para “desenvolver o nordeste”	63
2.2.1 Programa de Integração Nacional – PIN.....	66
2.2.2 Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA.....	67
2.2.3 Programa de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE.....	72
2.2.4 Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste - Projeto Sertanejo.....	77
3. Do pós-ditadura ao Parecer da PGE em 2007: mobilizações, reconhecimentos, retrocessos.....	83
3.1 Do Projeto Nordeste a criação das entidades representativas: reconhecimentos e mobilizações.....	83
3.2 Fundo de pasto como comunidade tradicional: contexto e importância.....	93
3.3 O parecer da PGE: insegurança e retrocesso.....	97
3.4 Ameaças enfrentadas pelas comunidades de fundo de pasto na atualidade.....	102
3.4.1 Grilagem.....	102
3.4.2 Barragens.....	105
3.4.3 Energia Eólica.....	107
3.4.4 Mineração.....	110
4. A comunidade de Fundo de Pasto Lage das Aroeiras.....	113
4.1 Uma história de desafios.....	113
4.2 “No cabo da minha enxada não conheço coroné”: Cotidiano, Relações de Trabalho e Solidariedade	125
4.3 A luta que tece a rede: parcerias e articulações.....	132
Considerações finais.....	136
Referências.....	139

MAPAS

MAPA 01 – Áreas baianas de currais da Casa da Torre e da Casa da Ponte	38
MAPA 02 – Municípios com áreas de Fundo e Fecho de Pasto – 2008	38
MAPA 03 – Municípios de Fundo de Pasto identificados pela SEPLANTEC e CAR – 1982	75
MAPA 04 – Fundo e Fecho de Pasto Estado da Bahia – 1987	86
MAPA 05 – Comunidades Tradicionais Identificadas por município – 2010	96
MAPA 06 – Polos de organização das comunidades de fundo e fecho de pasto na Bahia – 2009	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AATR - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais

AEFFPB - Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto da Bahia

ASA – Articulação no Semiárido

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAFFP - Central de Associações de Fundo e Fecho de Pasto de Senhor do Bonfim e Região

CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineração

CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CEAPRI - Central das Associações dos Produtores de Caprinos e Ovinos

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

CESPCT - Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais

CETA - Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados

CHESF – Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNBB – Conselho Nacional dos Bispos do Brasil

CNPCT - Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

COOPERCUC - Cooperativa Agricultura Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá

CPC – Centro de Cultura Popular

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

EFA - Escola Família Agrícola

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste

FUNDIFRAN - Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra a Seca

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERBA – Instituto de Terras da Bahia

IOCS – Instituto de Obras Contra a Seca

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

MAB - Movimentos dos Atingidos por Barragens

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAC - Programa Aceleração do Crescimento

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDRI - Planos de Desenvolvimento Rural Integrado

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PIN - Programa de Integração Nacional

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPCT - Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

POLONORDESTE - Programa de Áreas Integradas do Nordeste

PROJETO SERTANEJO - Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

SAPPP - Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco

SEAGRI – Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia

SEPLANTEC - Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UNE – União Nacional dos Estudantes

Considerações Iniciais/Introdução

Trajetórias sertanejas

Os estudos referentes à utilização das terras soltas para o livre pastoreio dos animais estão presentes em minha trajetória desde a realização do trabalho de conclusão de curso da graduação, em 2004 e, posteriormente, na especialização, concluída em 2006. Durante a preparação para o Mestrado, mais especificamente o projeto de pesquisa, até tentei realizar um estudo sobre a presença dos Capuchinhos Italianos na região no sec. XVIII, inclusive na fundação da Romaria de Todos os Santos em Monte Santo e na construção do Santuário da Santa Cruz, onde as romarias foram iniciadas. Mas as inquietações e as memórias com a questão da utilização da terra por vários criadores ao mesmo tempo, sem a presença das cercas, foi mais forte, sobretudo pela resistência desses agricultores em lutar pela posse da terra, diante dos conflitos e ameaças constantes.

A vivência com relação a esse tipo de utilização produtiva da terra faz parte da minha existência enquanto descendente de trabalhadores rurais na região de fronteira entre os municípios de Monte Santo e Uauá. A comunidade fronteira se chama Lagoa do João Ferreira, pois este foi seu primeiro morador, tendo iniciando sua ocupação em 1858, quando construiu a primeira casa. Atualmente a Lagoa, como costumamos chamá-la, possui aproximadamente sessenta moradores, que sobrevivem do criatório de cabra, ovelha e de gado, embora o criatório do gado esteja em decadência por conta da seca iniciada em 2011, que dizimou boa parte do rebanho. Quando o ano é bom, plantam feijão, milho e mandioca para complementar a renda. Boa parte das famílias são beneficiárias dos programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família e o Garantia Safra. A vivência nessa fronteira era encantadora, pois sempre ouvia dos mais velhos a seguinte definição: “até o prédio escolar pertence a Monte Santo, do prédio pra lá, pertence a Uauá”. Desde criança essa relação Monte Santo/Uauá me encantava. A casa dos meus avós maternos ficava na parte de Monte Santo, mas com alguns passos eu estava em Uauá.

O encantamento não era somente com a questão geográfica mas, principalmente nas épocas de deslocamento do gado dos moradores da comunidade para o “sertão”. Neste caso, o termo sertão é utilizado para designar os campos distantes, abertos e fartos de água e comida para onde os moradores da comunidade levam o gado, mas sertão tem

múltiplos significados. De acordo com Janaína Amado, no conjunto da História do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes para designar uma ou mais regiões, quanto sertão. Entre os nordestinos é tão crucial que sem ele a própria noção de Nordeste se esvazia. Que seria de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e São Paulo sem seus sertões. Sertão é uma das categorias mais recorrente da nossa historiografia brasileira. Vivido como experiência histórica, sertão constituiu, desde cedo, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa, e, após o século XIX, como nação¹.

Sertão ocupa um lugar extremamente importante na literatura brasileira, representando tema central na literatura popular, especialmente na oral e de cordel, além de corrente em obras literárias cultas, que povoaram os variados sertões, e construíram com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles, forte, funda e definitivamente, o imaginário brasileiro. Paralelamente, sertão tem estado presente em outras áreas como a pintura, o teatro, o cinema e em especial a música, ocupando espaços amplos nos meios de comunicação. Talvez nenhuma outra categoria no Brasil tenha sido construída por meios tão diversos. Talvez nenhuma esteja tão entranhada na história, tenha significados tão importantes e variados e se identifique tanto com a cultura brasileira². Ou seja, o “sertão está em toda parte”³, “o sertão é do tamanho do mundo”⁴. Demorei muito tempo para saber que na casa dos meus avós também era sertão, que Monte Santo, - onde fomos morar por falta de escola na comunidade para meu irmão estudar, pois meus pais sempre entenderam que o estudo é a melhor herança que podemos deixar para nossos filhos -, também era sertão; assim como demorei um pouco a entender que a lua era uma só, pois quando estava na “roça”, que é como chamamos a zona rural, sempre pensava que a lua de lá tinha mais beleza do que a da cidade.

A ida do gado para o sertão levava também a nossa imaginação, a começar pelas vestimentas dos meus tios e de outros vaqueiros, que colocavam perneira e gibão, chapéu de couro e facão para a viagem, e nós crianças ficávamos no terreiro da casa de

¹ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, pp. 145-151.

² Idem.

³ GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão, veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p 24.

⁴ GUIMARÃES ROSA, op. cit., 2009, p 84.

meu avô pra ver a boiada passar, e cada uma vivia essa viagem com diferentes emoções, desde a vontade de ir também se aventurar nas “varedas” da catinga, mais presente nos meninos - pois lugar de menina era ficar em casa, até o desejo de comer um pouco daquela farofa tão cheirosa que levavam para enganar a fome durante a viagem.

A catinga⁵(do tupi: *caa*(mata) + *tinga* (branca) = mata branca) é o único bioma exclusivamente brasileiro, o que significa que grande parte do seu patrimônio biológico não pode ser encontrado em nenhum outro lugar do planeta. Este nome decorre da paisagem esbranquiçada apresentada pela vegetação durante o período seco: a maioria das plantas perde as folhas e os troncos tornam-se esbranquiçados e secos. A Catinga ocupa uma área de cerca de 850.000 km², cerca de 10% do território nacional, englobando a região Nordeste do Brasil e parte do norte de Minas Gerais. Ocupando cerca de 850 mil Km², é o mais fragilizado dos biomas brasileiros. O uso insustentável de seus solos e recursos naturais ao longo de centenas de anos de ocupação, associado à imagem de local pobre e seco, fazem com que a Catinga esteja bastante degradada. Entretanto, pesquisas recentes vêm revelando a riqueza particular do bioma em termos de biodiversidade e fenômenos característicos⁶.

O lugar para onde os meus tios iam e ainda vão, se chama Poço dos Pais, pertencente ao município de Uauá. É o lugar da entregado gado, que se espalha pelas terras soltas do Rio do Rancho, Cachoeira, Lagoa da Pedra, Jueté entre outras localidades, boa parte dessas terras dizem que pertencia ao “finado Antônio” não sabemos ao certo quem seja e até então nenhum parente do finado reclamou a posse, talvez porque o finado não fosse tão dono assim. É uma área livre de cercas e onde pessoas de várias localidades levam seus animais para aproveitarem das plantas da catinga e de espécies de capim nativo que crescem a vontade.

Enquanto tiver comida e água nos alagadiços⁷ lá vai o gado percorrendo léguas e léguas na fartura do sertão, isso quando o ano é bom, quando a chuva chega no tempo certo. Segundo meu pai, além de engordar, fica mais bonito. É comum o gado ficar com o mesmo dono anos e anos, pois engorda e emagrece, é o tal do efeito sanfona, que tem

⁵Neste trabalho, o termo caatinga será utilizado sem o segundo “a”, objetivando respeitar a pronuncia regional.

⁶REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Caatinga:** um bioma exclusivamente brasileiro... e o mais frágil. Disponível em: <<http://fmclimaticas.org.br/sistema/publicacoes/arquivos/Caatinga,%20um%20bioma%20exclusivamente%20brasileiro.pdf>>. Acesso em 07 de out. 2013.

⁷Definição regional para as áreas naturais que durante o período das chuvas acumulam água que é consumida pelos animais que pastoreiam livremente pela catinga.

a ver com a crueldade do mercado, pois no tempo em que estão gordos o preço vai lá embaixo, aí o catingueiro fica esperando melhorar, como a melhora nem sempre chega, dá tempo emagrecer de novo.

Essa demora faz com que o gado se acostume nos caminhos sertanejos e, quando acaba a comida, alguns retornam sozinhos para seus donos, é um alerta de que a fartura acabou. Lá se vão os vaqueiros em busca dos resultados, e também de alguns infortúnios, pois, algumas reses se misturam com outros rebanhos e vão embora com eles, mas como a amizade entre os sertanejos ainda é grande, o sinal do dono que é marcado nos animais a ferro ajuda na devolução, até mesmo depois de um ano ou no próximo ano bom, quando os vaqueiros se encontram e devolvem o animal ao verdadeiro dono.

Para a criação, - caprinos e ovinos que por estarem mais suscetíveis a ataques de outros animais são criados -, o refúgio era na Serra das Cabaças, que pertencia à família de meu avô, mas como todo mundo por essas bandas do sertão é um pouco parente, todos soltavam suas criações na serra, difícil era ir buscar, pois além das dificuldades de acesso, estas ficavam muito bravas, às vezes ficavam por lá dois, três anos até o produtor sentir necessidade de ir busca-las. Com a morte de meu avô essa serra foi partilhada entre os filhos, mas quando necessário, os outros moradores, os parentes, ainda colocam seus animais lá, embora em menor quantidade, pois parte da serra está atualmente cercada, o que faz com que muitos criadores fiquem acanhados em abrir as porteiras para deixar seu rebanho ali.

Até essas vivências se encontrarem com o termo *fundo de pasto*⁸, denominação dada desde a década de 1980 as terras soltas utilizadas para o pastoreio, passar-se-iam alguns anos. Somente aos quatorze anos, em 1991, quando o termo *fundo de pasto* passou a ecoar pelas ruas da cidade de Monte Santo, por ocasião de vários protestos organizados pelas comunidades rurais, apoiadas pela Paróquia local, denunciando os vários abusos ocorridos pela grilagem das terras dos fundos de pasto do município, inclusive que culminou em um conflito armado na comunidade Lagoa do Pimentel⁹, e

⁸ Essa denominação já era utilizada em algumas comunidades de Uauá, mas estas ficavam um pouco distantes da Lagoa, que preferiam a denominação sertão, somente na década de 1980, quando muitas delas passaram a enfrentar conflitos com fazendeiros para manterem a posse das áreas abertas é que se uniram em torno de uma denominação comum “fundo de pasto”. Essa questão será melhor abordada no “Capítulo 01” deste trabalho.

⁹ Esses conflitos posteriormente tornaram-se tema da pesquisa para o trabalho de conclusão de curso da Especialização em História, Cultura Urbana e Memória, na Universidade do Estado da Bahia UNEB, concluído em 2006, com o tema: Frentes de luta em defesa do Fundo de Pasto nos anos 1980 e 1990 - Monte Santo – BA: o processo de regularização, seus atores e seus desafios.

em outras localidades, passei a incorporar a utilização das terras feita pelos moradores da minha comunidade, com esse novo nome.

Posteriormente é que tomei conhecimento que esses conflitos já existiam para algumas comunidades desde a década de 1960, com a implantação do Estatuto da Terra, em 1964 pelos militares, que tinha como um dos objetivos implantar uma mentalidade empresarial no campo através da concessão de créditos¹⁰ para investimentos agropecuários, resultou numa onda de invasões de terras em diversas regiões brasileiras. Com o sertão não foi diferente, muitas dessas áreas abertas sofreram invasões de fazendeiros, muitas comunidades se organizaram e conseguiram resistir, outras perderam seu pedaço de sertão.

Em 1996, passei a fazer parte da Pastoral da Juventude¹¹, na Paróquia de Monte Santo e através dos encontros, tomei conhecimento do processo de mobilização para fundação de uma EFA - Escola Família Agrícola¹² no município. Atuava voluntariamente nos grupos de Educação Popular, Programa de Alfabetização de Adultos mantido pela Paróquia, utilizando o método Paulo Freire. Através desse trabalho fui convidada para fazer parte da equipe de educadores da escola, realizando nas comunidades de Monte Santo, Cansação e Itiúba reuniões para elaboração do estatuto da EFA.

E o *fundo de pasto* continuaria a fazer parte da minha existência, já que a sede da Escola foi construída em uma área doada por duas comunidades pasteiras¹³ (Lagoa do Pimentel e Capivara). Porém de uma forma muito mais política, pois nas visitas às famílias dos alunos, a realidade dos conflitos com fazendeiros e a falta de compromisso do poder público com esses trabalhadores se tornaram constantes, além disso, neste

¹⁰ Essa questão será aprofundada no Capítulo 01 [Fundo de Pasto: elementos histórico-geográficos e agrários], a respeito dos conflitos enfrentados pelas comunidades de fundo de pasto e posteriormente na seção 2.2 [O período militar e seus investimentos para “desenvolver o nordeste”], que fará uma discussão mais específica sobre os programas e projetos implantados durante o governo dos militares e suas repercussões nas terras do fundo de pasto.

¹¹ Para uma melhor compreensão da história e da atuação da Pastoral da Juventude no Brasil, ver: DICK, H. **História da Pastoral da Juventude no Brasil**. Disponível em: <http://www.casadajuventude.org.br/media/caminho_hilario.pdf>. Acesso em: 15 de abr., de 2013.

¹² Esse tipo de escola surgiu na Itália com a fundação da primeira Escola Família Agrícola, em 1935, e foi iniciada no Brasil na década de 1960, no estado do Espírito Santo e posteriormente na Bahia, com grande apoio da Igreja Católica. Tem como característica mais marcante a adoção da Pedagogia da Alternância, que tem como princípio metodológico a alternância de períodos na escola e no meio familiar comunitário do aluno (a), onde este desenvolve atividades junto a sua família e comunidade. Os professores, também denominados monitores, realizam visitas e atividades sócioprodutivas nas famílias e comunidades que fazem parte da escola.

¹³ Termo utilizado por Angelina Garcez, para definir as comunidades de fundo de pasto. GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Fundo de Pasto: um projeto de vida do sertanejo**. Salvador: INTERBA/SEPANTEC/CAR, 1987, p. 15.

trabalho pude adquirir uma vivência ainda maior dessa forma de cuidar da terra, pois das janelas das salas de aula da EFA era possível ver a roça comunitária mantida pelos trabalhadores da Lagoa do Pimentel, onde todas as segundas-feiras, quando as condições climáticas permitiam, trabalhavam em conjunto para o cultivo de feijão, milho e mandioca. No final da tarde era comum ouvir os gritos que ecoavam da catinga, quando os agricultores iam chamar suas criações para reuni-las em torno dos lajedos¹⁴ e lhes fornecerem algum complemento alimentar, quando as condições financeiras permitiam, ou para realizar os cuidados veterinários necessários.

O universo da pesquisa

Este trabalho traz consigo um pouco de todas essas vivências e memórias e estabelece como problema central discutir o modo de vida da comunidade Lage das Aroeiras através do pastoreio comunitário e como as ações do Estado contribuíram para o processo de mercantilização de suas terras, enfatizando as diversas sociabilidades presentes na comunidade, sobretudo a organização comunitária, as parcerias e articulações que a comunidade estabelece e a resistência a essa mercantilização.

A interferência do Estado com os projetos desenvolvimentistas, fez com as terras utilizadas para o pastoreio passassem a ser tratadas por agentes externos, (fazendeiros, especuladores, políticos locais), como mercadoria quantificável, objeto de compra e venda. Ao instaurar essa prática, o Estado financiou a invasão de muitas terras e a violação de práticas tradicionais de uso da terra, como o *fundo de pasto*, além de tratar como arcaicas as atividades produtivas familiares¹⁵.

O recorte temporal para realização da pesquisa tem como marco inicial o ano de 1970, quando o governo federal, pressionado por uma forte seca que atingia o Nordeste, criou o PIN – Programa de Integração Nacional e em 1971 o PROTERRA – Programa

¹⁴ Formações rochosas, também denominadas de lajes.

¹⁵ Os antecedentes e os desdobramentos desse processo foram apreendidos dos seguintes trabalhos: ALCÂNTARA, Denilson Moreira de; GERMANI, Guiomar. **As Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto na Bahia: luta na terra e suas especializações**. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/1fc7a7b45a4d9d24bf645b8a9e99f120.pdf>>. Acesso em 20 de mar. de 2013. CARVALHO, Fernanda Ferrário de. **Da esperança à crise: a experiência das políticas regionais no nordeste**. Dissertação (Mestrado em Economia). 2001. 173 p. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas; SENRA, Kelson Vieira. **Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil: uma análise comparada dos períodos Pós-Guerra (1945-1964), Pós-Golpe Militar (1964-1988) e Pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2009. 128 p. Universidade de Brasília – UNB, Brasília – DF; GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Fundo de Pasto: um projeto de vida do sertanejo**. Salvador: INTERBA/SEPANTEC/CAR, 1987.

de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e do Nordeste. Esse programa é um dos responsáveis por provocar uma crescente valorização das terras sertanejas, com a concessão de créditos para desenvolver a produção agropecuária, o que atingiu fortemente as terras abertas utilizadas para o pastoreio.

Posteriormente outros programas de caráter desenvolvimentista foram implantados na região e resultaram em diversos conflitos e dificuldades para inúmeras famílias manterem a posse de suas terras. Esse cenário impulsionou a organização de muitas comunidades para reivindicarem do poder público seus direitos territoriais. Esse processo culminou no reconhecimento jurídico na Constituição Baiana de 1989, que permitiu que muitas áreas fossem demarcadas e tivessem títulos de domínio emitidos em nome da Associação que reunia as famílias posseiras. O início dos anos 2000 foi marcado pela criação de organizações regionais dos *fundos de pasto* e da criação da Articulação Estadual. O reconhecimento como comunidade tradicional, em 2007, proporcionou a inserção das comunidades pasteiras na Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. No entanto, também em 2007, marco final do trabalho, a PGE – Procuradoria Geral do Estado, publicou um parecer tornando nulos os títulos de domínio emitidos pelo Estado.

Ressalta-se que esse recorte temporal não é rígido, pois para realizar as discussões propostas se fez necessário retroceder a ocupação do interior baiano, ocorrida no século XVI e ainda refletir sobre as políticas públicas para o Nordeste desde o período imperial e intensificadas durante a ditadura militar. Assim como, as diversas dificuldades enfrentadas pelas comunidades após o parecer jurídico de 2007.

Os *Fundos de Pasto* são entendidos aqui como “história de gente comum”¹⁶, que ao criar uma tática de sobrevivência no campo através da organização, mobilização e solidariedade, constitui-se como um grupo social com identidade própria, tendo o uso comunitário da terra como fator preponderante de unidade e identidade. São entendidos também como patrimônios da comunidade, pois são construídos pelos grupos sociais que os habitam, com seus costumes, saberes e práticas, o que tem permitido uma convivência dotada de satisfatória consensualidade interna, orientando o uso comum de terras transmitidas tradicionalmente a milhares de famílias sertanejas.

A autodefinição coletiva, suas formas de organização, valores culturais e práticas agrícolas partilhadas por diversas gerações, definem seu jeito de criar, viver e

¹⁶HOBBSAWN, Eric J. **Sobre História**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 216.

se fazer sertão com um jeito muito peculiar que é o fundo de pasto, definido da seguinte forma por agricultores integrantes de comunidades pasteiras:

O nosso jeito de viver no sertão é simples. Sabemos conviver com a catinga, que nos fornece frutas, lenha, pasto para os animais e remédios naturais. A caça é controlada. As aguadas são usadas pelos animais, os olhos d'água abastecem nossas cacimbas, riachos, e as águas são gostosas de beber. (...) Temos áreas individuais e coletivas. Os animais vivem soltos e os roçados e os quintais é que são cercados. (...) Nosso roçado tem de tudo: feijão, abóbora, milho, sorgo, arroz, melancia, mamona, leucena, frutas. Nos quintais temos as verduras, legumes, temperos, frutas, remédios e flores. Criamos caprinos, ovinos, galinhas caipiras. Temos criação de abelhas. Temos também criação de porcos e gado bovino em menor quantidade. Temos cavalos e jegues. (...) Fazemos doces e polpas de frutas, temos mel e própolis. (...) A relação das famílias entre as famílias é muito forte. (...) Temos confraternizações, celebrações, festejos, festas de padroeiro, São João, reisados, encontros dominicais, forró pé de serra...¹⁷

Essa definição, mesmo que transmita uma situação idealizada, traz uma sensação de fartura, de um lugar onde é possível viver, colher frutos, flores, realizar encontros, festas e orações. O trabalho com o campo e com os animais é vivenciado para além do lucro, mas enfocando a diversidade de possibilidades de uma terra que “tem de tudo”, que se renova, que aproveita melhor os frutos que dispõe, dando-lhes um novo sentido e novos sabores. Cada comunidade tem as suas especificidades, sua história, algumas centenárias, outras como Lage das Aroeiras mais recentes, mas todas com um traço comum: a constante defesa pela manutenção das suas terras de uso comum.

Diversos estudiosos da temática definem *fundo de pasto* em seus trabalhos, três dessas definições serão citadas para permitir uma melhor compreensão da importância e abrangência desse modo de vida. Angélica Reis define *fundo de pasto* como um modo secular de “viver”, “criar” e “fazer” em que comunidades camponesas, que têm como valores fundamentais, a terra, a família e o trabalho, fazem gestão da terra e de outros recursos naturais, combinando terrenos familiares e áreas de uso comum, onde realizam caprino-ovinocultura de forma extensiva ou semiextensiva em pastagem nativa, em grandes extensões de terra¹⁸.

Para Denílson Alcântara as comunidades de *fundo de pasto* são entendidas a partir do exposto enquanto comunidades camponesas por se configurarem como uma

¹⁷ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de e MARIN, Rosa Azevedo. **Fundo de Pasto: nosso jeito de viver no sertão**. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais. UFAM, 2007 (Fascículo 2 – Fundo de Pasto) pp.05-08.

¹⁸REIS, Angélica Santos. **Fundos de Pasto baianos: um estudo sobre regularização fundiária**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2010. 242 p. Salvador – BA, Universidade Federal da Bahia – UFBA, p 23.

unidade produtiva familiar, com atividades diversificadas, centradas no criatório extensivo e na produção agrícola de subsistência. Os moradores das comunidades de *fundo de pasto* têm sua principal função relacionada à terra enquanto criador e agricultor¹⁹.

De acordo com Angelina Garcez *fundos de pastos* são propriedades coletivas, ocupadas de um modo geral, por uma comunidade de origem familiar comum, onde se realiza como atividade predominante, um pastoreio extensivo de gado de pequeno porte e, subsidiariamente, uma pequena agricultura de subsistência, representada principalmente pelos cultivos de milho, feijão e mandioca²⁰. Os estudos citados evidenciam o entrelaçamento da família, da terra e do trabalho no cotidiano das comunidades pasteiras.

O costume de criar animais de pequeno porte, sobretudo os caprinos de estrutura rústica em regiões com baixo índice pluviométrico e vegetação predominante de caatinga, fez com que as famílias sertanejas, ao longo de sua história, organizassem áreas de criação extensiva que ficavam mais próximas de suas residências, e esse costume foi seguido por várias comunidades e, que posteriormente, foram denominadas *Fundos de Pasto*. Segundo ressaltou Thompson²¹ “o costume é local”, sua prática não depende de registro exato de normas, mas da constante necessidade dos grupos que o utilizam. Cada comunidade tem as suas especificidades, sua história, algumas centenárias, outras como Lage das Aroeiras mais recentes, mas todas com um traço comum: a constante defesa pela manutenção das suas terras de uso comum.

A concepção de história utilizada para o estudo do *fundo de pasto* apoia-se nos estudos de Thompson. Em sua obra “A miséria da Teoria”, o autor afirma que é preciso levar em consideração o agir humano e trazer à narrativa, os sujeitos da história. Esses sujeitos são homens e mulheres, indivíduos que, nas experiências do cotidiano, constroem identidades sociais; não são sujeitos abstratos, sem rosto.

A história não é uma fábrica para manufatura da Grande Teoria, com concorde de ar global; também não é uma linha de montagem com a produção em série de pequenas teorias. Tampouco é uma gigantesca estação experimental na qual teorias de manufatura estrangeira possam ser “aplicadas”, “testadas” e “confirmadas”. Esta não é absolutamente a sua

¹⁹ ALCANTARA, Denílson Moreira de. **Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica**: comunidade de Fundo de Pasto Caldeirãozinho, Uauá – BA. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2011. 296 p. Salvador – BA, Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2011, p. 32.

²⁰ GARCEZ, op. cit., 1987, p. 21.

²¹ THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 86.

função. Seu objetivo é reconstituir, “explicar”, e “compreender” seu objeto: a história real. As teorias que os historiadores apresentam são dirigidas a esse objetivo dentro dos termos da lógica histórica²².

Para Thompson, a teoria não é um sistema fechado, pelo contrário, deve estar sempre em permanente diálogo com a realidade. Esse processo de investigação é possível por meio da “lógica histórica”:

Por ‘lógica histórica’ entendo um método de investigação adequado a materiais históricos, destinado na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos auto confirmadores (‘instâncias’, ‘ilustrações’). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro²³.

Thompson apresenta várias características que ajudam a definir a lógica histórica, entre elas a afirmação do objeto da história como a história real. História que se manifesta primeiramente por meio de fatos e evidências dotadas de existência reais. A história para Thompson é a história do mundo real.

Mundo real é o mundo da práxis humana. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. O mundo real é o mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social²⁴.

Nesse sentido, o estudo das comunidades praticantes do *Fundo de Pasto*²⁵ busca compreender as condições de acesso e uso da terra, as normas que regem a posse, sua evolução e suas modificações ao longo do tempo, investigando as ações desses homens e mulheres que além de transformarem seu meio físico, através do trabalho, deram origem a uma forma de organização social, pautada em ações coletivas. Cada

²² THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica à epistemologia de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 57.

²³ Ibidem, 1981, p. 49.

²⁴ MARTINS, Suely Aparecida. **As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson**: experiência e cultura. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/.../12404>. Acesso em: 02 de set. de 2012, p. 116.

²⁵ Além do Fundo de Pasto, na Bahia existe também a experiência dos Fechos de Pasto, que também utilizam a terra de forma comunitária, mas localiza-se em regiões mais úmidas, como por exemplo, o cerrado baiano, e a principal criação existente nessas áreas é a bovina. Ao longo do trabalho o termo fecho de pasto também será utilizado pelo fato de ao longo da caminhada de organização das comunidades que utilizam o livre pastoreio como forma de produção e de organização social, as entidades representativas dos segmentos fundo e fecho de pasto se articularam, criaram suas centrais e posteriormente uma articulação estadual. Assim como os fundos de pasto, os fechos também têm sofrido um processo de invasão de suas terras, mas este não será aprofundado neste trabalho por não fazer parte dos objetivos propostos.

comunidade tem as suas especificidades, sua história, algumas centenárias, outras como Lage das Aroeiras, mais recentes, mas todas com dois traços em comum: a constante defesa pela manutenção das suas terras de uso comum e a criação de animais de pequeno e grande porte (caprinos, ovinos e bovinos), que pastoreiam geralmente em áreas sem cerca.

Várias categorias se mostraram preponderantes para uma melhor compreensão da existência do *fundo de pasto*: território, comunidade, trabalho, sociabilidade, cotidiano, experiência e rede. Estas serão aqui discutidas objetivando proporcionar um aprofundamento das diversas relações presentes nessa forma de utilização da terra.

Identificar o fundo de pasto como um território é uma das formas que contribuem para compreensão da sua organização social. Território é entendido aqui a partir de Milton Santos. Para ele é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Este tem que ser visto como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos²⁶. O território é, assim, a base onde se desenvolvem múltiplas relações: de produção, de distribuição, de criação, de extração, de significações etc., fundamentais para a vida do grupo. É ele que dá os contornos e, em grande medida, define as relações sociais produzidas por cada um deles.

De acordo com Zilá Mesquita território é o que é mais próximo de nós, é que nos liga ao mundo. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social²⁷. O território do fundo de pasto transcende as fronteiras entre as comunidades ou entre os municípios, as suas fronteiras são fronteiras abertas, sem cercas, onde os animais levam consigo seus donos, onde seus donos se encontram e se defendem mutuamente daqueles que querem barrar sua mobilidade, sua existência.

O território é um elemento fundamental para a reprodução social dos grupos e, por isso, precisa ser preservado. Essa é uma das principais reivindicações, nas últimas décadas, dos diversos povos e comunidades tradicionais²⁸ que compõem a sociedade

²⁶ SANTOS, Milton apud RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia A. **Território brasileiro: usos e abusos**. Edições Territorial, Campinas: 2003, p.78.

²⁷ MESQUITA, Zilá. Do território a consciência territorial. In: MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C.R. (Orgs). **Territórios do Cotidiano**. EDUNISC, Santa Cruz do Sul: 1995, pp 76-93.

²⁸ O capítulo 3, item 3.2, trará uma discussão sobre o reconhecimento do fundo de pasto como comunidade tradicional brasileira.

brasileira, a exemplo das comunidades de fundo de pasto. Preservar os territórios significa preservar também os recursos naturais neles existentes, as identidades, os costumes, os saberes, as linhas de produção, as sociabilidades etc.

A existência do *fundo de pasto* está associada também à existência de uma comunidade, que vai além de uma nomeação de agrupamentos humanos reunidos em torno de uma fazenda ou assentamento rural. É uma comunidade permeada de relações de proximidade, de intimidade, vínculos emocionais e sociais construídos entre vizinhos parentes e compadres que se intensificam com o tempo, proporcionando segurança, conforto e comprometimento moral e social. É o espaço onde são compartilhadas visões de mundo, experiências laborais e culturais.

Comunidade é uma fusão de sentimentos e pensamentos, de tradição e compromisso, de adesão e volição. Pode ser encontrado em, ou expressar simbolicamente, localidade, religião, nação, raça, idade, ocupação, ou cruzada. Seu arquétipo, tanto historicamente e simbolicamente, é a família, e em quase todo tipo de verdadeira comunidade a nomenclatura da família é importante²⁹.

Essas relações permitiram que os moradores que passaram a utilizar as áreas abertas para criação de seus animais estabelecessem uma coesão em torno da manutenção dessas terras ao longo de dezenas de anos tendo como elo os laços familiares. Em algumas comunidades há relatos, como o apresentado abaixo, que utilizam a vivência da família naquele espaço, para justificar o seu direito de ali permanecer frente a uma ação de que busca a expropriação de suas terras, como a que ocorre na comunidade Esfomeado em Curaçá.

O nosso grande problema hoje que está em uma ação judicial, é os fazendeiros. A nossa terra é uma terra de uso das pessoas da comunidade formada por 100 famílias e hoje chega fazendeiros dizendo ser dono da terra, apresentaram inclusive documentos, está na justiça, colocou a comunidade na justiça, as pessoas na justiça e está aí um processo na justiça. Mas nós queremos o que é nosso por direito, nós somos da comunidade há anos, tem moradores com mais de noventa anos e que os pais nasceram na comunidade, é uma comunidade que existe há muito tempo e de repente chega alguém que não faz uso da terra, uma terra aberta, que é o fundo de pasto dessa comunidade, e se diz dono³⁰.

²⁹NISBET apudMOCELLIM, Alan Delazeri.A Comunidade:da Sociologia clássica à Sociologia Contemporânea. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.105-125, 2011.

³⁰Depoimento de Cristiane, liderança da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto da região de Canudos, Uauá e Curaçá, reside na comunidade Esfomeado II, município de Curaçá. Esse depoimento foi realizado durante o V Festival do Umbu, na atividade Roda de Conversa sobre Fundo de Pasto e Regularização Fundiária, realizada em Uauá entre os dias 22e 24 de Fevereiro de 2013.

Essa reivindicação que tem como base a trajetória de antigos moradores reflete a experiência acumulada pela comunidade na defesa de suas terras. De acordo com Thompson³¹, é por meio da categoria experiência que se “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições de mesmo tipo de acontecimento”. É pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos. Nesse sentido, a experiência de utilização de terra de forma comunitária foi realizada pela gente comum como a tática mais adaptada as suas necessidades que deu origem a uma consciência social da necessidade de preservação e continuidade dessa experiência para a garantia da sobrevivência das próximas gerações.

A experiência entra sem bater a porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes tem novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença³².

A categoria experiência permite levar em consideração o papel dos sujeitos na história e tende a evitar o reducionismo dos acontecimentos sociais ao econômico. A noção da experiência permite compreender homens e mulheres:

...não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada³³.

Thompson articula experiência e cultura. De acordo com Moraes e Muller *apud* Martins³⁴, as duas constituem “um ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humana”. A experiência vivida, além de pensada, também é sentida pelos sujeitos.

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...] Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento

³¹ THOMPSON, E.P. op. cit., 1981, p. 15.

³² Idem.

³³ Ibidem, 1981, p. 182.

³⁴ MARTINS, op. cit., 2012, p. 117.

na cultura como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas³⁵.

Os praticantes do *fundo de pasto* foram, ao longo de sua utilização, definindo as normas e os limites de utilização dessas áreas, de modo a evitar a sua saturação ou destruição ambiental, o que comprometeria a sua continuidade. Uma das normas criadas foi o impedimento de pessoas que passaram a morar na comunidade, mas que não fazem parte de nenhuma das famílias que já utilizavam a área de *fundo de pasto*, de acesso a essa terra, pois o *fundo de pasto* é regido pelo direito consuetudinário, com regras e valores próprios, que são respeitadas, mesmo que não façam parte da legislação escrita.

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas ideias. São normas, regras, expectativas etc. necessárias aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria³⁶.

Vários são os valores que permeiam essa vivência com a terra, sobretudo o respeito pela catinga, fonte da sobrevivência; a perseverança, na constante defesa pela posse da terra e o companheirismo, pois isolados não teriam força suficiente para resistir diante das dificuldades encontradas para produzir, para garantir sua moradia e de seus descendentes, e para ter um lugar para chamar de seu.

As dificuldades enfrentadas pelas comunidades permitiram a invenção da tradição do *fundo de pasto* ao longo de sua história. Penso tradição a partir da obra de Eric Hobsbawn e Terence Ranger³⁷, “A invenção da Tradição”, que permite perceber a importância da tradição do *fundo de pasto* como tática de construção de capital político³⁸. Vários termos denominavam essa forma comunitária de utilizar a terra,

³⁵THOMPSON, op. cit., 1981, p. 189.

³⁶Ibidem, 1981, p. 194.

³⁷HOBBSAWN, Eric J. A Invenção das Tradições (Introdução). In: HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (Org.). **A Invenção das Tradições**. – Tradução de Celina Cardim Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 9 – 22.

³⁸Capital político é utilizado aqui no sentido de mobilização, organização, reconhecimento e força política, pois ao se reconhecer e ser reconhecido como fundo de pasto, as comunidades conseguiram se articular para traçar as táticas necessárias de enfrentamento as dificuldades que viviam. Essa definição está associada ao conceito de campo político que P. Bourdieu, define como “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos (...)” (2011, p.164). Bourdieu afirma que capital político é uma forma de “capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um

porém diante das ameaças sofridas com o avanço da grilagem³⁹, essas comunidades se articularam em torno de uma denominação comum (*fundo de pasto*) e passaram a reagir em conjunto a essas ameaças.

O estudo de Hobsbawm e Ranger⁴⁰ contribui para um possível esclarecimento sobre o desenvolvimento “das relações humanas com o passado e, conseqüentemente, a história da história e do ofício de historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”. Hobsbawm⁴¹ assinala o fato de que em muitos casos, tradições aparentemente antigas são de fato recente ou mesmo inventadas como reações a situações novas. Nesse caso assumem o passado como referência unificadora e reeditam elementos relacionados a situações anteriores.

Muitos foram os desafios que permearam a pesquisa, dentre eles, por se tratar de uma história imediata, ou uma história do tempo presente, conforme denominada por Hobsbawm⁴², em seu artigo intitulado “O presente como história”. De acordo com este autor, existem três problemas ou possibilidades de escrevermos a história do nosso próprio tempo: o da própria data de nascimento do historiador ou, em termos mais gerais, o das gerações, pois a forma de olhar os acontecimentos do passado, varia de acordo com a idade e a experiência do historiador; os problemas de como nossa própria perspectiva do passado pode mudar enquanto procedimento histórico, pois o tempo corrente, com suas rupturas e continuidades, alteram as lentes com as quais o pesquisador observa seu objeto de estudo e o de como escapar às suposições da época partilhadas pela maioria de nós, que podem ser agravadas pelos consensos e pelos modismos metodológicos presentes, na maioria das vezes nas ciências sociais⁴³.

Ressalta-se que os estudos de Eric Hobsbawm e de Edward Palmer Thompson sobre a classe trabalhadora contribuíram significativamente para o aprofundamento de uma história “vista de baixo” ou “dos de baixo”, essa história de pessoas comuns que tem muito a dizer, a mostrar e a fazer em defesa da sua condição de trabalhadores que

objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem” (2011, p. 187-188). BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

³⁹ A discussão a respeito do avanço da grilagem nas terras utilizadas coletivamente será aprofundada no Cap. 03, item 3.4.1.

⁴⁰ HOBBSAWM, op. cit., 1977, p.10.

⁴¹ HOBBSAWM, E. J. apud FERRARO JÚNIOR, Luiz A. **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável**: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). 2008. 484 p. Universidade de Brasília – UNB, Brasília – DF, 2008, p. 06.

⁴² HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁴³ *Ibidem*, 2008, pp. 243-248.

utilizam a terra comunitariamente contrariando a lógica do mercado que privilegia as experiências individuais e a propriedade privada.

Foram utilizadas fontes diversas para realização deste trabalho, dentre elas fontes orais, aproximando o trabalho da História Oral, que é considerada “um espaço de contato e influência interdisciplinar, no qual se enfatiza os fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, gerar interpretações qualitativas dos processos históricos, buscando as visões e versões que emergem do interior das experiências dos atores sociais”⁴⁴. As entrevistas foram realizadas com moradores de Lage das Aroeiras, e durante a realização do V Festival do Uambu, na atividade Roda de Conversa sobre Fundo de Pasto e Regularização Fundiária, entre 22 e 24 de Fevereiro de 2013, com pessoas ligadas as seguintes entidades: Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto na Bahia, Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, CAFFP (Central de Associações de Fundo e Fecho de Pasto de Senhor do Bonfim e Região), AATR (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais), CPT (Comissão Pastoral da Terra) da Diocese de Juazeiro e com o Sr. Jerônimo Ribeiro uma das personalidades políticas mais influentes na história de Uauá. Optou-se por manter a originalidade das falas de acordo com a pronúncia apresentada pelos entrevistados. Foram utilizados também estudos de obras ligadas a discussão da ocupação do sertão, legislação agrária brasileira e baiana e alguns trabalhos acadêmicos a respeito do fundo de pasto e de outras temáticas que foram necessárias para a composição deste trabalho. Foram imprescindíveis também as publicações dos movimentos sociais, com destaque para as publicações e documentários produzidos pela Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Para dar conta das reflexões e aprofundamento dos diversos significados desses acontecimentos para as comunidades de fundo de pasto e, sobretudo, em Lage das Aroeiras, o trabalho está distribuído em quatro capítulos:

O capítulo I – Fundo de Pasto: elementos histórico-geográficos e agrários - tem como objetivo central realizar uma trajetória da constituição temporal e espacial dos *fundos de pasto*, desde a ocupação do interior da Bahia para a criação extensiva de gado, bem como no que se refere à legislação agrária, tendo como foco a Lei de Terras de 1850, seus antecedentes e desdobramentos. Para tanto são utilizadas fontes que

⁴⁴ AMADO, Janaínaapud REIS, Alécio Gama dos. **O que farpa o boi farpa o homem: campo** das memórias dos vaqueiros do sertão de Irecê. Dissertação (Mestrado em História). 2013. 364 p. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana, p. 46.

versam sobre a ocupação territorial e econômica do sertão, legislação agrária e trabalhos acadêmicos e não acadêmicos sobre o *fundo de pasto*.

O capítulo II - “Mudar para ficar tudo igual”: as políticas desenvolvimentistas regionalizantes e o processo de mercantilização das terras sertanejas - pretende analisar as políticas desenvolvimentistas implantadas no Nordeste pelo poder público e seus impactos nas comunidades pasteuras baianas, sobretudo em Lage das Aroeiras, discutindo os novos desafios enfrentados por essas comunidades frente à mercantilização da terra, através da concessão de créditos agrícolas.

O capítulo III - Este capítulo traz um breve panorama a respeito da caminhada dos fundos de pasto baianos após o fim da ditadura que teve como destaque inicial o Projeto Fundo de Pasto; a inclusão da forma comunitária de utilizar a terra pelos fundos e fechos de pasto na Constituição Baiana de 1989. Traça um panorama das diversas mobilizações das comunidades com a criação de entidades representativas regionais e posteriormente estadual e o reconhecimento das comunidades de fundo de pasto como comunidades tradicionais. Destaca as diversas dificuldades enfrentadas pelas comunidades a partir do parecer da Procuradoria Geral do Estado – PGE em 2007.

O capítulo IV - A comunidade de fundo de pasto Lage das Aroeiras - analisa a formação histórica da comunidade e como as políticas desenvolvimentistas atuaram para favorecer a grilagem das terras; as relações de convivência da comunidade, enfatizando o trabalho e os laços de parentesco e compadrio que permeiam essas relações, que têm o uso comunitário da terra como destaque. Trata das redes estabelecidas com outras comunidades e movimentos para continuarem com o seu “jeito de viver no sertão”, enfatizando as entidades que apoiam e apoiaram a comunidade, as entidades criadas pelo próprio movimento *fundo de pasto* para continuar a existir e as articulações em escala local, regional, estadual e nacional. Discute o cotidiano da comunidade no que se refere a sua cultura e sobrevivência, os desafios enfrentados e as lutas para garantia da posse da terra.

Diante do que foi pesquisado é possível afirmar que a existência e a continuidade dos fundos de pasto baianos está amparada na história de luta e resistência das diversas comunidades que utilizam o fundo de pasto como meio de vida e na sua articulação com entidades representativas regionais e estadual, bem como com outros movimentos sociais envolvidos com a luta pela terra, que fortalecem a luta do sertanejo pela regularização jurídica de suas terras, uma vez que sem conquistar esse reconhecimento seu modo de vida e de organização está cada vez mais ameaçado pelos diversos agentes

externos (dentre eles empresas, grandes proprietários de terras, projetos governamentais) que causam a invasão de forma direta ou indireta do seu lugar.

1. Fundo de Pasto: elementos histórico-geográficos e agrários

O *Fundo de Pasto* é uma forma secular de utilização da terra coletivamente que tem como principal objetivo a produção agropecuária, tendo destaque à criação extensiva de caprinos, maior fonte de renda dos moradores dessas comunidades.

Os agricultores que vivem nessas áreas se organizam atualmente através de associações agropastoris que lhe garantem, após a regularização fundiária junto a Governo do Estado, o direito de uso e posse dessas terras, bem como o financiamento em órgãos governamentais e não governamentais. Ferraro estima que na Bahia existam 600 (seiscentas) áreas, distribuídas em 28 (vinte e oito) municípios, totalizando aproximadamente vinte e cinco mil famílias, ocupando uma área de 1.200.000 hectares⁴⁵. A maioria das áreas de fundo de pasto localiza-se no semiárido.

De acordo com a Profa. Jocimara Lobão, o semiárido no estado da Bahia é formado por 258 municípios, compreendendo uma área de 388.274 Km², ou seja, 70% da área do estado, com uma população de 6.316.846 habitantes. Isso significa dizer que esta área corresponde a 68% do território do Estado e 48% de sua população. A visão de semiárido está sempre associada à seca, pobreza, fome, e muitas outras mazelas⁴⁶.

O Semiárido baiano caracteriza-se pelo clima Tropical Semiárido, com médias pluviométricas entre 400 e 700 mm anuais e temperaturas médias anuais elevadas, em torno de 27° e 29° C. Além da escassez das chuvas, essas áreas convivem com a irregularidade do período chuvoso, concentrando em cerca de três meses, onde ocorrem chuvas torrenciais, que promovem o desequilíbrio ambiental⁴⁷. A preservação promovida nas áreas de fundo de pasto, por não se utilizarem de práticas de desmatamento ou queimadas faz com que a escassez de chuvas ou as chuvas torrenciais não causem tantos efeitos quanto em áreas degradadas e com grande prática erosiva.

Para melhor compreensão do *fundo de pasto* e sua história acredita-se que é necessário um breve relato a respeito da ocupação das terras do nordeste baiano, discussão que apoiar-se-á em autores que debatem a questão agrária brasileira e baiana.

⁴⁵FERRARO JÚNIOR, op. cit. 2008, p. 85.

⁴⁶ LOBÃO, Jocimara S. B. et al. **Semiárido da Bahia, limites físicos ou sócio-político**: uma abordagem geotecnológica para delimitação oficial. Disponível em: <<http://www.cpatc.embrapa.br/labgeo/srgsr2/pdfs/poster15.pdf>>. Acesso em: 01 de abr. de 2014, p. 01.

⁴⁷LOBÃO, Jocimara S. B. et al. Aplicação de técnicas de geoprocessamento para mapeamento geomorfológico do polo de Guanambi: subsídios para o estudo da degradação ambiental e desertificação. **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial, v.2, n.4, pp.173 – 186, 2012.

Este capítulo discute também o histórico da ocupação econômica da Região Nordeste da Bahia e mais ainda, à forma como se deu a exploração do interior baiano, pois o fenômeno de concentração de grandes extensões de terras também caracterizou a colonização do Sertão.

1.1 O movimento tempo-espaço na conformação dos Fundos de Pasto

Desde a ocupação portuguesa, na primeira metade do século XVI, até meados do século XIX, o Brasil teve a utilização da terra regida de acordo com as orientações vindas de Portugal. A ocupação efetiva do território recém conquistado aconteceu com a instituição das Capitânicas Hereditárias, que, de acordo com Luís Henrique Dias Tavares, deve ser analisada no quadro da expansão da Europa Ocidental que teve como desdobramento o capitalismo comercial. Todos os países europeus comprometidos com esse capitalismo buscaram soluções para ocupar e explorar as terras incorporadas pela expansão. No Brasil deve-se considerar também o aspecto político da criação das capitânicas, pois elas permitiram o início da posse efetiva das terras⁴⁸.

El sistema adoptado para la ocupación de la nueva colonia fue el de las capitânicas hereditárias, sistema ya utilizado por Portugal em la Isla de Madera. Consistió em dividir la costa brasileña em 12 sectores lineares com extensiones que variavan entre 30 y 100 leguas y que de largo tenían como limite la línea imaginaria determinada por el Tratado de Tordesilhas. A estos sectores se les dio el nombre de capitânicia y a sus titulares – los donatarios – se les dieron grandes regalías y poderes de soberanos. Em su territorio – la Capitânicia – el donatario tenía el privilegio de implantar molinos – moendas – e ingenios. Le competían nombrar autoridades administrativas, jueces, recibir tasas de los impuestos y distribuir tierras. Em contrapartida el donatario tendría que responsabilizarse de todos los gastos de transporte y establecimiento de poblados⁴⁹.

No território que é hoje o Estado da Bahia, foram doadas cinco capitânicas. Sendo em 1534 a de Francisco Pereira Coutinho, conhecida sob a denominação de Bahia, compreendia 50 (cinquenta) léguas⁵⁰ de terra; a de Pero de Campo Tourinho,

⁴⁸ TAVARES, Luís H. Dias. **História da Bahia**. Salvador: Correio da Bahia, 2000, p. 56.

⁴⁹ GERMANI, Guiomar I. **Cuestión agrária y asentamiento de población em el área rural**: Lanueva cara de la lucha por la tierra, Bahia, Brasil (1964-1990). Tese (Doutorado em História). 1993. Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Barcelona, p. 22.

⁵⁰ Medida itinerária, a légua equivale a seis quilômetros ou 6.000 metros, a légua portuguesa constava de 28.168 palmos ou 2.818 braças de 10 palmos cada uma ou 8.000 milhas, regulando 1.000 passos, embora desde o século XV houvessem léguas correspondendo a 5.000 metros, a légua de sesmarias, medida de superfície agrária correspondia a 3.000 braças quadradas ou 6.600m². NEVES, Erivaldo F. **Sesmarias em**

identificada como a de Porto Seguro, com 60 (sessenta) léguas de terra e a de Jorge de Figueiredo Correa, denominada capitania dos Ilhéus, que detinha 50 (cinquenta) léguas. Em 1558, a doação a D. Antônio de Athayde, 1º conde de Castanheira, conhecida como Ilhas de Itaparica e Tamarandiva e por fim, em 1566, a de Álvaro da Costa, capitania do Paraguaçu ou do Recôncavo⁵¹. Pelo tamanho descrito por Tavares é possível afirmar que a doação de léguas de terras permitiu o início da posse efetiva das terras com os colonos portugueses com grandes propriedades de terras concentradas nas mãos de uma minoria ao longo do período colonial.

Diante da imensa quantidade de terras e da necessidade de povoamento, era permitido ao provedor da capitania, denominado donatário, conceder Sesmaria. De acordo com Boxer, objetivando melhorar a produção agrícola e redistribuir terras que não eram adequadamente cultivadas por seus donos, desde 1375 Portugal concedia terras através de “sesmos”⁵². No Brasil a sesmaria foi iniciada em 1549, com um regimento que especificava: “não dareis a cada pessoa mais terra do que aquella que boamente se segundo sua possibilidade vos poderá aproveitar”⁵³. Mas adquiriu características diferentes de Portugal, sobretudo no que se refere ao tamanho, pois as condições das terras da Bahia e do Brasil no período colonial possibilitavam a inexatidão diante da sua imensidão⁵⁴. A vastidão do território conquistado na América, assim como sua distância em relação a Portugal, determinou algumas adaptações, como a ampliação das áreas concedidas⁵⁵, com sesmarias que chegaram a ter áreas imensas, com 10, 20 e mais léguas⁵⁶.

Além da questão do tamanho das concessões, vale ressaltar o caráter hereditário destas, pois foi este um dos grandes motivos que permitiu que a posse das terras brasileiras ficasse restrita a poucas famílias, o que futuramente provocou conflitos de terras entre esses herdeiros e as classes despossuídas desse bem. Para garantir que o povoamento de fato existisse, fora determinado pelo rei Portugal um prazo de 5 (cinco) anos para que isso acontecesse, sob pena de que essas terras se tornassem devolutas⁵⁷.

Portugal e no Brasil. POLITEIA: Hist. e Soc. Vitória da Conquista, v. 01, nº 01, p. 111-139, 2001. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/151.pdf>. Acesso em: 05 de jul. de 2013, p. 126.

⁵¹ Ibidem, p. 59-64

⁵² BOXER, Charles. **A idade do ouro no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 247.

⁵³ Ibidem, p. 248.

⁵⁴ TAVARES, op. cit., 2000, p. 56.

⁵⁵ NEVES, op. cit., 2001, p. 123.

⁵⁶ Ibidem, p. 12.

⁵⁷ Ibidem 2001, p. 125.

Além da limitação de prazo para o povoamento, outra tentativa de fazer com que as terras se tornassem cultivadas e povoadas fora a limitação do tamanho das sesmarias, que não deveria exceder três léguas de comprimento e uma de largura. Aquelas áreas que não preencheram tais requisitos impostos por *el Rei*, passariam a ser denominadas terras devolutas, e, transformadas posteriormente, novamente em sesmarias para aqueles que denunciasses a sua existência e localização, e por elas tivesse interesse em ocupá-las e cultivá-las⁵⁸. A demarcação das áreas concedidas não fora realizada mais uma vez, o que permitiu duas realidades: um sesmeiro ocupar mais do que o concedido, ou vários sesmeiros se considerarem donos da mesma área, quando esta oferecia boas condições para o plantio.

Em 1549, o então governador Tomé de Souza, tomou a iniciativa de conceder a Garcia D'Ávila grandes áreas de terra a duas famílias: Guedes de Brito e Garcia D'Ávila que receberam enorme quantidade de terras nos sertões baianos. O poderio e o domínio desses dois troncos familiares são bastante marcantes na história dos sertões da Bahia.⁵⁹ Garcia D'Ávila e Guedes de Brito atuaram na colonização do Nordeste, Sudeste e Oeste baianos. De acordo com Antonil, em seu estudo “Cultura e Opulência no Brasil”,

A casa da Torre tem 260 léguas pelo Rio São Francisco acima, à mão direita, indo para o sul e indo para o dito rio para o norte chega a oitenta léguas. Os herdeiros dos Guedes de Brito possuem desde o morro dos Chapéus até a nascente do Rio das Velhas cento e sessenta léguas⁶⁰.

Em livro publicado em 2000, intitulado “O Feudo”, Moniz Bandeira, apresenta uma dimensão ainda maior do poder dos D'Ávila ao longo de trezentos anos.

Sucessivas gerações dos senhores da Torre de Garcia d'Ávila não apenas conquistaram os sertões como, por três séculos, detiveram o domínio econômico, político e militar sobre uma extensão territorial mais vasta do que a de muitos reinos na Europa, cerca de 300.000 km² de extensão. E estendia-se por mais de 400 léguas, isto é, por mais de 2.640 km, da Bahia à divisa do Piauí com o Maranhão⁶¹.

⁵⁸Ibidem, p. 126-127.

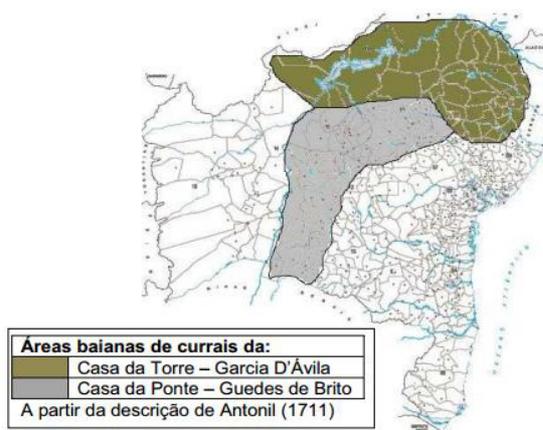
⁵⁹COTRIM, Dione Vinhas Nascimento. **O pastoreio Comunitário em Uauá**: uma expressão da subordinação do trabalho ao capital. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 1991. 108 p. Salvador, UFBA, p. 32.

⁶⁰ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Atlas. 1982, p. 126.

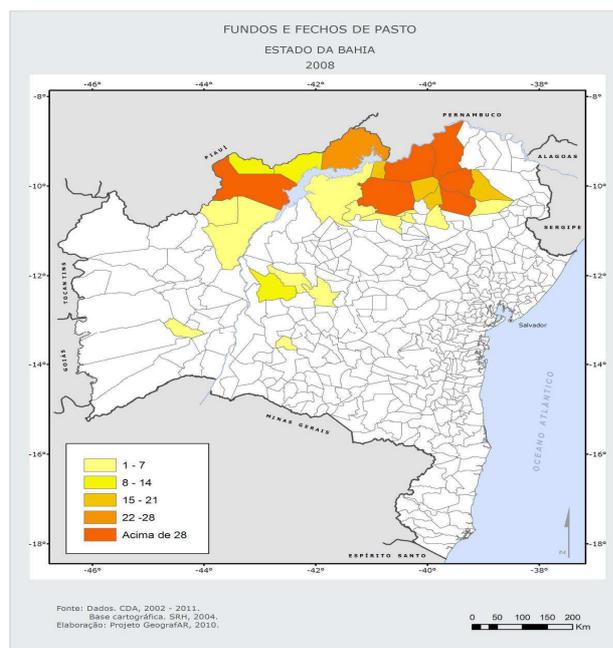
⁶¹BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 24.

Vale ressaltar que a maioria das terras onde hoje se encontram as comunidades de fundo de pasto, são oriundas de terras pertencentes antes aos D'Ávila. Ferraro, afirma que “a relação das atuais comunidades pastoris com os antigos currais fica evidente ao se comparar o mapa das casas senhoriais com os municípios onde hoje se encontram fundos de pasto”⁶².

MAPA 01 – ÁREAS BAIANAS DE CURRAIS DA CASA DA TORRE E DA CASA DA PONTE



MAPA 02 – MUNICÍPIOS COM ÁREAS DE FUNDO E FECHO DE PASTO - 2008



⁶²FERRARO JÚNIOR, op. cit., 2008, p. 50.

Aliada a grande concentração de terras foi introduzida na Bahia à criação do gado bovino, que havia sido iniciada no Brasil em 1534, na Capitania de São Vicente. Os Guedes de Brito e os D'ávila empreenderam, de acordo com Manoel Correia de Andrade “uma verdadeira dinastia de criadores de gado, pois em função desta atividade econômica realizaram a conquista de amplas áreas sertanejas, tornando-se os mais famosos e poderosos latifundiários do Brasil colonial e imperial”⁶³.

A criação de gado fez com que acontecesse a ocupação do interior baiano, os rios foram adotados como locais privilegiados para a construção de currais e o estabelecimento de fazendas. As áreas dessas fazendas eram medidas tendo como referência os rios e uma extensa área de terras que as separavam. “Não se usava cerca, entre uma fazenda e outra havia uma légua de terras devolutas que deviam ser respeitadas e serviam como divisa, além de evitar confusões entre os rebanhos”⁶⁴. Encontra-se nessa e em outras práticas a imprecisão dos limites das fazendas, uma vez que o gado ao ser criado solto (sistema extensivo) pastoreava livremente e levava consigo o vaqueiro.

Para que esse empreendimento produtivo prosperasse, fez-se necessário a presença de vaqueiros que, acompanhados de suas famílias, além de trabalhar com os rebanhos dos sesmeiros, iniciaram a abertura de áreas para o cultivo de produtos para sua subsistência.

Maria Yeda Linhares assinala que a produção desse tipo de agricultura de subsistência embora marginalizada em muitos estudos, teve bastante relevância no processo de ocupação das terras, exercendo vários papéis, com destaque para dois: ocupar, desbravar e povoar a terra e organizar-se sob forma de trabalho familiar produzindo excedentes e atendendo progressivamente as necessidades dos núcleos urbanos em expansão, com destaque para o cultivo da mandioca, do milho e da batata-doce⁶⁵. Mas a criação de gado se destacou na ocupação da terra através do livre pastoreio, o que causava a expansão constante dos limites das propriedades, que se estendiam de acordo com a necessidade da manutenção do gado.

Um fato bastante significativo nesse cenário de imprecisão de limites ocorre em meados do século XVIII, com o fracionamento dos domínios dos D'Ávila e dos Guedes

⁶³ ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o Homem no Nordeste**. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998, p. 68.

⁶⁴ ATAÍDE apud GARCEZ, op. cit. 1987, p. 14.

⁶⁵ LINHARES, Maria Yeda. **Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)**. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf>. Acesso em: 25 de abr. de 2014, p. 03.

de Brito. “Os territórios das duas grandes Casas foram desmembrados – por herança, por compra, por aforamento ou qualquer outro título. Parcelas do imenso império foram alienadas sem medir ou demarcar as glebas”⁶⁶.

O município de Uauá, onde está situada a comunidade Lage das Aroeiras, originou-se de uma área pertencente à Casa da Torre, arrendada a André Gonçalves Batista, conforme o Tombo dos bens patrimoniais desta Casa, levantado em 21 de outubro de 1815⁶⁷.

Esses vários acontecimentos culminaram para que terras baianas passassem a ser utilizadas comunitariamente. De acordo com Garcez, “a gênese da utilização comunitária da terra encontra-se em dois fatores principais: imprecisão de limites e indefinição legal dos direitos de propriedade”⁶⁸, pois ao surgirem às primeiras comunidades sertanejas, as mesmas foram criando seus rebanhos no sistema extensivo.

Antigos currais e apossamentos mantidos indivisos por gerações de herdeiros, posseiros, agregados, sitiantes, foreiros, intercalados a grandes bolsões de terras soltas revertidas ao patrimônio estatal desdobraram-se, em muitos casos, em áreas de fundos de pasto. O tempo, o saber, o aparecimento de antagonistas instituíram, ainda que ao largo das normas legais vigentes, instâncias comunitárias que regulam o uso e acesso aos recursos naturais⁶⁹.

Ferraro⁷⁰ apresenta diversas razões para que a utilização da terra de forma extensiva tenha continuado a existir entre os sertanejos mesmo após o fim dos currais utilizados para a criação de gado pelos sesmeiros. O autor afirma que as razões são dúbias e não excludentes entre si.

A razão ambiental possibilitou por sua vez, a continuação da utilização extensiva da terra devido a baixa densidade populacional aliada a pluviosidade da região teria permitido a exploração extensiva, uma vez que esta forma é mais econômica, mais estável e mais resistente as variações climáticas. Além disso, pelo fato do gado pastoreado pelos sertanejos ser oriundo de Cabo Verde, já era adaptado a pastorear livremente, buscando água e a própria comida. Adaptação alcançada também pelo gado caprino, que era criado livremente pelos vaqueiros com permissão dos sesmeiros.

⁶⁶EHLE, Paulo. **Canudos**: Fundo de Pasto no Semiárido. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1997, p. 08.

⁶⁷RIBEIRO. Jeronimo Rodrigues. **Uauá**: história e memórias. Salvador:Ianamá, 1999, p. 21-22.

⁶⁸GARCEZ, op. cit., 1987, p. 30.

⁶⁹DIAMANTINO, Pedro Teixeira. “**Desde o raiar da aurora o sertão tonteia**”: Caminhos e descaminhos da trajetória sócio-jurídica das comunidades de fundo de pasto pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. Dissertação (Mestrado em Direito). 2007. 143 p. Universidade de Brasília – UNB, Brasília – DF, 41.

⁷⁰FERRARO JÚNIOR, op. cit., 2008, p. 53-56.

No que se refere a razão socioeconômica, a existência de comunidades pastoris no sertão seria resultante de sua pobreza. Essas terras teriam sido “esquecidas” por causa do seu baixo potencial produtivo e da baixa valorização econômica. Com a decadência dos currais, a população sertaneja teria sido “abandonada” à própria sorte e sido induzida a partilha e a vida comunitária. Segundo Ferraro, “essa hipótese pode assumir uma versão mais marxista, segundo a qual, estas comunidades “pré-capitalistas”, não configuram o sistema de produção para acumulação privada e primitiva do capital, e assim não individualizam suas terras”⁷¹.

A falta de ordenamento jurídico foi uma razão que impossibilitou o reconhecimento, regularização e titulação das terras induzindo a não discriminação individual das mesmas. A decadência dos currais não transformaram esses vaqueiros e posseiros em donos, pois estes sentiam-se apenas usufrutuários da terra. Soma-se a esses fatores, um grau de desinformação no que se refere a direitos e esta desinformação conduziu para utilização coletiva das áreas.

Ao reunir elementos indígenas, ibéricos e quilombolas, a questão sociocultural se configurou como uma forte razão para a continuidade da ausência de cercas nas áreas utilizadas pelas comunidades. Estas receberam influência da forma comunal de utilização das terras em Portugal e na Espanha; dos laços de solidariedade presente nos quilombos, o que evidencia que a noção de propriedade privada era estranha aos não-brancos e estaria presente na formação mestiça dos sertanejos, além da configuração pastoril das comunidades ser considerada por Ferraro como uma adaptação dos territórios de caça das aldeias, reconfiguradas para o manejo de animais domesticados. No entanto o autor ressalta que a “substituição” dos territórios de caça utilizados pelos indígenas por áreas de pastoreios utilizadas pelos vaqueiros, ocorreu de forma não pacífica.

A questão sociocultural influenciou também os moradores a utilizarem a indivisão como tática de sobrevivência para suas famílias, pois por viverem em um ambiente relativamente isolado, a ocupação feita pelo crescimento vegetativo e pela própria forma de produção extensiva, fez com que essas famílias não reunissem razões para dividir as terras por unidades familiares.

É possível haver contribuições de várias dessas razões, mas acredito que a mais forte delas, são os laços de parentesco construídos por essas famílias e que isso tenha

⁷¹ Ibidem, p. 54

contribuído de forma significativa para o surgimento de um elo de solidariedade na árdua luta pela sobrevivência no sertão. Esses laços são fortalecidos pelas relações matrimoniais e de compadrio⁷², que tem se configurado como um dos fatores imprescindíveis para a continuidade da utilização da terra comunitariamente, ao longo de todos esses anos, (denominada posteriormente de *fundo de pasto*) frente às adversidades enfrentadas pelo povo sertanejo, quer sejam climáticas, econômicas, sociais ou educacionais, entre outras.

1.2 O contexto agrário

Acredita-se que para uma melhor compreensão a respeito das diversas dificuldades enfrentadas pelas comunidades praticantes do *fundo de pasto* até a atualidade, faz-se necessário uma breve abordagem a respeito da legislação agrária brasileira e baiana.

A imprecisão dos limites e a falta de amparo legal estiveram presentes na conformação de terras no território brasileiro nos primeiros três séculos da ocupação portuguesa. Até 1822, período em que se encerra a capitania real, por ocasião da Independência do Brasil, perdurou a determinação da carta régia de 1699, a respeito da classificação das terras não utilizadas nas sesmarias concedidas, que foram definidas como terras devolutas.

De 1822 até 1850, o Estado não definiu de que forma seria regida a utilização da terra e imperou no Brasil o regime de posses, isto é, a ocupação de terras desocupadas e, aparentemente, sem dono. Essa forma de ocupação da terra já era praticada por colonos pobres que não tinham acesso as sesmarias. De acordo com Germani, inicialmente as posses ocorreram em áreas de pequenas dimensões, mas com a abolição das concessões foram aumentando até constituíram-se em imensos latifúndios⁷³. Apesar dessas propriedades não serem legalizadas elas eram compradas, vendidas e avaliadas a vontade. No sec. XIX, com o café em larga expansão e com um número cada vez maior de apossamentos para o seu plantio, os fazendeiros do café sentiram a necessidade de

⁷² A utilização histórica do rito do compadrio transcende o significado religioso. Estar compadre de alguém, também significava estar em boa amizade, ser parente em espírito. MACHADO, Cacilda. **As muitas faces do compadrio**. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2006, v.26, n.52, pp. 49-77. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a04v2652.pdf>>. Acesso em: 01 de set. de 2012.

⁷³ GERMANI, Guiomar. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro**. *GeoTextos*, v. 2, n. 02, 2006, p. 132. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/9a648763dc58f84a08aad80e4672b8fe.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. de 2014. Esse texto é uma tradução do Cap. 01 da tese citada anteriormente.

legalizar a propriedade da terra e obter trabalho, principalmente naquela época, com a forma até então utilizada de obter mão-de-obra - a escravidão - ameaçada por forte oposição conduzida pela Inglaterra⁷⁴. Essa falta de definição legal aliada ao histórico de não demarcação permitiu que muitas terras fossem ocupadas sem que fosse feita previamente qualquer declaração legal.

Considerando a indefinição legal dos direitos da propriedade da terra no Brasil e imprecisão de limites como alguns dos elementos que possibilitaram o surgimento do *fundo de pasto*, é preciso destacar que foram justamente as definições e determinações previstas nas leis que tanto dificultaram e dificultam até hoje o reconhecimento jurídico da posse dessas terras.

Os debates em torno da necessidade de regularizar a propriedade rural começaram no Conselho de Estado⁷⁵ em 1842 e um projeto de lei, reformulado pelo Conselho foi apresentado a Câmara dos Deputados, no ano seguinte. Este projeto supunha que o Brasil era uma região com facilidade de acesso a terra o que tornaria impossível conseguir pessoas para trabalhar nas fazendas. Diante dessa suposição a única forma de obter trabalho livre nessas circunstâncias seria criar obstáculos à propriedade da terra, para que os trabalhadores incapazes de adquirir terras, fossem forçados a trabalhar nas fazendas. Seriam proscritos os tradicionais meios de acesso a terra – ocupação, formas de arrendamento, meação – e as terras que não estivessem sendo utilizadas de forma apropriada voltariam ao estado como terras públicas para serem vendidas por um alto preço. Nesse período a imigração estava em franca expansão e o dinheiro obtido com a venda das terras subsidiaria essa imigração, garantindo a substituição o trabalho escravo nas fazendas pelo trabalho livre⁷⁶.

Com a promulgação da primeira Lei de Terras no país, em 18 de setembro de 1850, pelo Imperador D. Pedro II, a utilização da terra adquiriu novos contornos, pois a

⁷⁴ COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia a República: momentos decisivos**. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 145-146.

⁷⁵ O Conselho de Estado foi instalado no segundo reinado, em 23 de novembro de 1841, com 72 conselheiros que incluíam ministros, deputados, senadores, fazendeiros, negociantes, etc. Eram em geral descendentes de antigas famílias que controlavam a política, os cargos administrativos, e as atividades econômicas já no período colonial, elementos que se integravam a variadas redes sociais e econômicas, representantes de diversas facções das elites imperiais. Através do órgão planejava-se elaborar nova legislação e regulamentar a existente, tanto a partir de suas seções como ainda através da constituição de comissões específicas para discussão de antigos problemas estruturais — processo eleitoral, centralização administrativa, reforma do judiciário, regime de terras, tráfico de escravos e abolição gradual, entre diversos outros. Em última instância, visava à consolidação do poder central. MARTINS, Maria Fernanda V. **O Conselho de Estado no Segundo Reinado**. 2012, p. 01-02. Disponível em: <<http://redememoria.bn.br/2012/01/o-conselho-de-estado-no-segundo-reinado/>>. Acesso em maio de 2014.

⁷⁶ COSTA, op. cit., 1989, p. 146.

Lei definiu todas as terras devolutas como propriedade do Estado, com exceção para aquelas com ocupação efetiva e cultura habitual, título de sesmaria ou qualquer outro título tivesse a posse efetiva da terra, a partir de 1850 o único caminho para que alguém se tornasse proprietário seria a compra ao Estado⁷⁷.

É importante lembrar que o seu projeto foi apresentado em 1843 e a lei aprovada em 1850. Tardou, portanto, sete anos de longas discussões, muitas resistências e alterações e foi aprovada apenas duas semanas depois da extinção legal do tráfico negreiro. E isto não pode entender-se como uma casualidade, senão como algo contextualizado no processo que anunciava a iminência da abolição da escravidão e da implantação do trabalho livre. Esse era um tema que preocupava a classe dominante, a qual se apressava a adotar providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição da mão-de-obra escrava sem prejuízo da grande plantação, principalmente de café e cana⁷⁸.

No Brasil o fim do cativeiro do escravo coincide também com o começo do cativeiro da terra⁷⁹ e após mais de três séculos de domínio da terra por aqueles que dispunham de privilégios junto a Portugal, a primeira Lei de Terras, exclusivamente brasileira, marca a continuidade da concentração e, mais ainda, concessão de uso pela Coroa, transformara-se agora em mercadoria, passível, portanto, de compra e venda. Essa transformação abriu caminho para a liberalização da terra para a mercantilização. “A Lei de Terras tem uma importância crucial na história brasileira na medida em que, através dela, se institui, juridicamente, uma nova forma de propriedade da terra: aquela medida pelo mercado”⁸⁰.

Thomas Skidmore afirma também que a aplicação da Lei de Terras favorecia os grandes proprietários, especialmente aqueles envolvidos na agricultura de exportação, com o propósito principal de promover o sistema de grandes plantações. Thomas considera que a única forma de diminuir o poder dos grandes proprietários teria sido cobrar um imposto alto sobre a terra não cultivada. A cobrança do tal imposto foi sucessivamente proposta depois de 1850, mas sistematicamente recusado em nome dos interesses dos que detinham grandes parcelas de terras⁸¹.

⁷⁷ MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 122.

⁷⁸ GERMANI, op. cit., 2006, p. 135.

⁷⁹ MARTINS, José de Souza apud GERMANI, op. cit., 2006, p. 135.

⁸⁰ GRAZIANO DA SILVA, 1980, apud GERMANI, op. cit., 2006, p. 134-135.

⁸¹ SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. 3. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 77.

Márcia Motta em sua tese de doutoramento, ressalta que a Lei de Terras além de ter sido inspirada pelo sistema de colonização de Wakefield⁸², para quem era preciso estipular um preço suficiente para as terras como forma de impedir que os trabalhadores se instalem por conta própria, ter recebido reflexos da Lei Eusébio de Queiroz e dos interesses dos cafeicultores, inaugurou conceitos jurídicos ainda hoje utilizados no Brasil.

Alécio Gama chama atenção para os impactos da Lei de Terras nas áreas comuns:

O critério abordado pela lei para legitimação das posses foi a exploração direta, não valendo para tanto “os simples roçados, derribadas ou queimas de mattos ou campos, levantamentos de ranchos e outros actos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura effectiva e morada habitual exigidas” (art. 6º). Esse mecanismo atingiu diretamente as áreas de usocomum, uma vez que nelas se desenvolviam atividades temporárias ou complementares, não sendo, pois, áreas de exploração direta⁸³.

A regulamentação da Lei aconteceu apenas em janeiro de 1854, procurando dar conta das inúmeras situações relacionadas à ocupação das terras, ordenou a criação da Repartição Geral de Terras, órgão responsável por dirigir a medição, dividir e descrever as terras devolutas e prover a sua conservação, além da tarefa de realizar os registros das terras possuídas propondo ao governo a fórmula a ser seguida para revalidação de títulos e legitimação das terras possuídas. Denominado de Registros Paroquiais de Terras e as declarações para que estes acontecessem deveriam ser recebidas pelos vigários de cada freguesia.⁸⁴ Cada declaração deveria ter duas cópias contendo o nome do possuidor, a designação da freguesia, sua extensão e seus limites⁸⁵.

O primeiro prazo para que o registro acontecesse era até janeiro de 1856, mas um relatório apresentado no mesmo ano pela repartição a respeito do andamento das atividades apontava diversas dificuldades encontradas na efetivação do registro, dentre elas que os possuidores não compreendiam o verdadeiro interesse daquele registro e o

⁸² Edward Gibbon Wakefield (1796-1862), foi um economista e estadista britânico, para quem era preciso estipular um preço suficiente para as terras como forma de impedir que os trabalhadores se instalem por conta própria, essa seria a solução para o livre desenvolvimento da produção capitalista, trabalhadores desprovidos da base fundiária. PRADO, Carlos Batista. **A teoria moderna da colonização como analogia à possibilidade de libertação da classe trabalhadora**, 2008, p. 04. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86prado.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

⁸³ REIS, op. cit., 2013, p. 74.

⁸⁴ A Freguesia era um misto de organização religiosa e política, que perdurou até 1890, quando Igreja e Estado se separaram. A partir de então as freguesias passaram a ser mais conhecidas pelo nome de paróquia.

⁸⁵ MOTTA, Márcia Maria M. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do sec. XIX**. Tese (Doutorado em História). 1996. 332 p. Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, p. 209-210.

fato do país conter diversas situações de ocupação, mesmo os registros que foram realizados tiveram a sua veracidade questionada pelos relatores.

Registrar ou não sua terra, contar ou não com o reconhecimento de seus confrontantes era, em suma, uma questão difícil e estava relacionada a existência ou não de uma teia de relações pessoais já consolidada, capaz de legitimar os limites territoriais declarados. Para uns, os registros seriam o primeiro passo para a regularização de sua propriedade, tal como previa a Lei de Terras. Para outros, o registro representava uma ameaça, uma possibilidade real de contestação por outrem dos limites de suas terras. Era preferível então registra-la apenas no essencial ou nem sequer registra-la, apostando no fracasso dos procedimentos legais e manter a posse das terras pela força de seu prestígio e poder das alianças que conseguisse tecer ou preservar⁸⁶.

Em 1870 o fracasso da Lei de Terras no que se refere a regularização das terras se tornou evidente em um relatório do Ministério da Agricultura que afirmava que além de não ter impedido a invasão das terras públicas continuou a ser possuída ilegalmente. Ou seja, a Lei de Terras viera tão somente para salvaguardar os interesses dos grandes fazendeiros. “Tantos antes, como depois da Lei de Terras, os limites territoriais continuaram a ser o que sempre haviam sido: definidos segundo os interesses do fazendeiro, nada tendo a haver com limites precisos e inquestionáveis”⁸⁷.

O Império além de permitir a manutenção da posse da terra aos grandes propriedades vai dar início às políticas desenvolvimentistas regionalizantes, que aliadas a manutenção da grande propriedade, trouxe dificuldades que perduram até hoje para as comunidades de *fundo de pasto*.

⁸⁶ Ibidem, p. 239-240.

⁸⁷ Ibidem, p. 288.

2. “Mudar para ficar tudo igual⁸⁸”: as políticas desenvolvimentistas regionalizantes e o processo de mercantilização das terras sertanejas.

Este capítulo se propõe a analisar o percurso das políticas desenvolvimentistas regionalizantes empreendidas pelo Estado brasileiro desde o Império até o período Pós-ditadura militar. O foco principal são as políticas que se dedicaram ao desenvolvimento da Região Nordeste, sobretudo, das políticas gestadas para a questão agrária que garantiram a continuidade do que a Lei de Terras permitiu, a grande propriedade. O capítulo analisa ainda a quem essas políticas beneficiaram e suas contribuições para mercantilização da terra, de modo mais específico, a mercantilização das terras sertanejas e suas consequências para as áreas de fundo de pasto.

O processo em que uma categoria de bens vira mercadoria é o da mercantilização. Mercantilizar um bem é fazer com que ele se transforme em, ou passe a funcionar como mercadoria⁸⁹. A transformação das terras utilizadas para o livre pastoreio em mercadoria trouxe muitos impactos para milhares de trabalhadores, pois para eles o valor da terra era incalculável, assim como a própria vida, visto que a terra e a vida para o trabalhador rural se entrelaçam, são feitas da mesma teia, pois uma não existe sem a outra, como viver sem a terra já que é ela que proporciona seu sustento, o que se extrai da terra alimenta a vida e a sua continuidade. De acordo com Martins

A terra transformada em mercadoria (que faz dela, de fato, equivalente de capital) tem efeitos diabólicos. Pois a terra é completamente diferente das outras mercadorias. A diferença está em que a terra não é produto de trabalho, é finita, móvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o representante, o título de propriedade. O que se compra e vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. Todas as verdadeiras mercadorias se realizam nas mãos de quem as possui e usa. A terra não é propriamente mercadoria, mas equivalente de mercadoria. Para que possa produzir renda – que é o seu uso capitalista – a terra não exige que o ter e o usar estejam juntos⁹⁰.

A terra do fundo de pasto não estava à venda, mas as políticas desenvolvimentistas com seus créditos fartos (para alguns) proporcionaram a “compra”

⁸⁸ A frase foi inspirada na obra “O Leopardo”, de Giuseppe Tomasi diLampedusa, sobre a decadência da aristocracia siciliana durante o período do “Risorgimento”, onde a única mudança permitida é aquela sugerida pelo personagem central, príncipe Falconeri: “tudo deve mudar, para que tudo fique como está”.

⁸⁹ OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **Mercadoria, mercantilização e mercado**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/19610591/Marcos-Barbosa-Um-esquema-teorico-para-o-estudo-damercantilizacao-da-ciencia>> p.02. Acesso em: 23 de abr. de 2013.

⁹⁰ MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar nesse verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 32-33.

de muitas delas pelo poder do capital que invadiu o campo e o que antes tinha valor incalculável, entrou para o mercado e a relação com a terra que outrora era permeada pelas “lei do costume”, passou a ser regida pela “lei do capital”.

2.1 Do Império a implantação do golpe militar de 1964: o surgimento das políticas regionalizantes

Durante o período imperial, as secas do Norte (atualmente denominado Nordeste) já se configuravam como um problema incômodo e desafiador, uma vez que se repetiam com efetiva regularidade. As estiagens ocorridas entre 1877 e 1879 e entre 1886 e 1889, foram consideradas muito graves por dizimarem grande quantidade de bovinos e levarem a morte milhares de nortistas. Essas catástrofes levaram D. Pedro II a criar a Comissão da Seca, formada por uma equipe internacional e multidisciplinar que, baseadas em experiências internacionais, propuseram a criação de açudes e reservatórios públicos⁹¹.

Em 1889 o regime político do país foi alterado por um golpe militar e passou do Império a República, que perdurou até 1929. Em fevereiro de 1891 foi aprovada a primeira constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, mas a propriedade da terra continuou mantida em toda a sua plenitude. A alteração mais significativa do período foi com relação às terras devolutas que passaram ao domínio dos estados, para a União ficara apenas a parcela do território indispensável à defesa das fronteiras, as fortificações, as construções militares e as vias ferroviárias federais. Os estados foram adaptando em sua legislação de terras os princípios básicos da Lei de Terras, ao tempo em que cediam aos municípios as terras necessárias a formação das cidades, vilas e povoados. “Cada estado desenvolveu sua política de concessão de terras segundo sua conveniência. Fizeram transferências de propriedades de terras a grandes fazendeiros e a empresas colonizadoras interessadas na especulação imobiliária”⁹².

A República deu continuidade à política de terras do império e iniciou a política de “açudagem” que fora proposta anteriormente. Seu início foi à construção do Açude Cedro, em Quixadá, Ceará, iniciado em 1890 e concluído em 1906, com uma bacia hidrográfica de 224 km². A construção contou com a mão de obra de muitos cearenses

⁹¹SOUSA, Pedro Severino de. **Histórico das Políticas Regionais**. Disponível em: <http://pedroseverinoonline.blogspot.com.br/2008_12_01_archive.html>. Acesso em: 23 de abr., de 2013, p. 01-02.

⁹²GERMANI, op. cit., 2006, p. 137.

castigados pelas secas. No início do período republicano, em 1909, foi criado o IOCS – Instituto de Obras Contra a Seca, primeiro organismo público federal de desenvolvimento regional. Em 1919, durante o governo do Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto 13.687, passou a ser denominado IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, com atuação prioritária nas áreas mais secas do país, tendo como funções principais a construção de açudes, pontes, estradas, campos de pouso entre outras⁹³.

No início de implantação das políticas regionalizantes, as ações alcançaram outras regiões do país, como a Amazônica, que a partir de 1914, viveu a crise da borracha, com o colapso de vendas externas do látex. Para essa região foram criadas várias políticas de desenvolvimento regional, através da Superintendência de Defesa da Borracha e posteriormente, nos anos 1940, por ocasião da Segunda Guerra, do Banco de Crédito da Borracha, que com recursos oriundos dos Estados Unidos, incentivou a expansão da produção do látex⁹⁴.

Nesse mesmo período, Vargas enfrentou duas grandes secas: 1932 e 1942. Em 1932, pela primeira vez, a intervenção do Estado em período de seca ocorreu de forma centralizada e coordenada no Ceará com a criação de campos de concentração em que os retirantes eram induzidos a entrar e impedidos de sair, interditando a mobilidade física e política dos retirantes. Em 1942, o governo buscou contornar a situação cearense com a criação de frentes de trabalho em várias obras públicas coordenadas pelo IFOCS, com a distribuição das famílias nas margens dos açudes públicos e áreas irrigadas dos Postos Agrícolas e o envio de aproximadamente cem mil pessoas para as áreas dos seringais, que eram atraídas pela propaganda de uma Amazônia como terra de fartura e da esperança em contraposição a terra seca do Norte⁹⁵.

A genialidade do artista francês Jean Pierre Chabloy veio somar-se a essas propostas, produzindo uma série de pinturas e cartazes em que foram veiculadas as imagens paradisíacas de uma Amazônia tropical, feliz e

⁹³DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **História**. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&f_ope=registro>. Acesso em: 23 de abr., de 2013, pp. 01-04.

⁹⁴SENRA, Kelson Vieira. **Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil: uma análise comparada dos períodos Pós-Guerra (1945-1964), Pós-Golpe Militar (1964-1988) e Pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2009. 128 p. Universidade de Brasília – UNB, Brasília – DF, p. 13.

⁹⁵Processo semelhante é tema central na obra de Steinbeck, “As Vinhas da Ira”, a respeito da expulsão de milhares de famílias dos campos de algodão de Oklahoma. Despossuídas da terra, foram atraídas pela propaganda, para o trabalho nas plantações de frutas da Califórnia. STHEINBECK, John. **As vinhas da Ira**. Rio de Janeiro:Bestbolso, 2008.

próspera, onde todos encontravam trabalho e onde a água era abundante. Ao mesmo tempo, os desfiles dos “soldados da borracha” pelas ruas de Fortaleza, assim como os programas radiofônicos diários, contribuíam para a formação de uma adesão em massa à emigração e, por conseguinte, um apoio da população cearense à contribuição brasileira ao esforço de guerra dos aliados. Não foi por acaso que os retirantes eram alistados e preparados como soldados que iriam se deparar com uma “batalha” e que estavam envolvidos numa “guerra”. O discurso bélico colaborava fortemente com a imposição de um conjunto de medidas drásticas aparentemente que se contrapunham radicalmente à realidade da seca. O fim da guerra iria demonstrar o contrário: o soldado foi esquecido, e o campo de batalha, abandonado⁹⁶.

O Centro-oeste e o Sul também foram alvo de políticas federais de desenvolvimento que foram implantadas objetivando desenvolver essas regiões. Inicialmente foram criadas instituições que fornecessem dados confiáveis às ações do governo a exemplo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1936) Conselho Nacional de Geografia (1937) e Conselho Nacional de Estatística (1937). Essas agências contribuíram para que o Estado Novo formulasse e implantasse políticas de colonização destinadas a ocupar os vazios demográficos existentes no Brasil e buscasse promover a integração territorial do país⁹⁷.

Como desdobramento dessas políticas foi lançado no final dos anos 1930, a Marcha para Oeste que estimulou a ocupação de diversas áreas do estado de Goiás, Mato Grosso e do norte do Paraná; e foram criados em 1943, os territórios do Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã (Mato Grosso do Sul) e Fernando de Noronha, com o objetivo de proteger e ocupar as fronteiras brasileiras consideradas estratégicas para a defesa do território, já que o Brasil havia aderido à participação na Segunda Guerra Mundial⁹⁸.

Até 1940 o Brasil possuía cinco regiões: Setentrional, Meridional, Oriental, Central e Norte Oriental, mas considerando as dificuldades socioeconômicas, o IBGE adotou uma nova divisão territorial, composta por Norte (Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí), Centro (Mato Grosso e Goiás), Leste (Bahia, Sergipe e Espírito Santo), Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Paraíba) e Sul (Paraná, Santa

⁹⁶NEVES, Frederico de Castro. **Getúlio e a Seca: políticas emergenciais na Era Vargas.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-131. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 de abr. de 2013, p. 120.

⁹⁷BRUNI, Fernanda Zilli. **Ideias separatistas e autonomia política: depoimentos sobre a criação do Estado do Tocantins.** Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e projetos Sociais). Rio de Janeiro: FGV, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2105/CPDOC2007FernandaZilliBruni.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 de abril de 2013, p. 14.

⁹⁸ Ibidem, 2007, p. 15-18.

Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro). A denominação Nordeste começou a entrar em cena, porém a conformação territorial⁹⁹ que conhecemos hoje ainda demoraria um pouco mais para ser criada.

Em 1946, uma importante obra da área de Ciências Humanas, chamaria a atenção do Brasil e do mundo sobre a situação de miséria vivida por muitos brasileiros das regiões Norte e Nordeste, “Geografia da Fome”, estudo publicado por Josué de Castro¹⁰⁰, afirmava que a fome não era um problema natural, isto é, não dependia nem era resultado dos fatos da natureza, ao contrário, era fruto das ações dos homens, de suas opções, da condução econômica que davam aos seus países.

O livro apontou que a falta de nutrientes, na comida cotidiana de tais povos, se dá por características climáticas e culturais de cada localidade, além do motivo principal: a concentração da terra nas mãos de poucos. Na introdução do livro, Josué de Castro, denunciou que “interesses e preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado”¹⁰¹. Os governantes mantinham esse, e outros temas sociais, como a questão agrária em silêncio, fora da pauta de suas ações, famintos e despossuídos da terra não eram incluídos na nação nem nas suas políticas ou entidades.

O período pós-guerra foi marcado pelo surgimento de outros órgãos governamentais com o objetivo de fortalecer as políticas de desenvolvimento. Em 1945, o IFOCS, foi transformado em DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Nesse mesmo ano, foi criada a CHESF – Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco para produzir e distribuir energia elétrica para a região. Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), foram criadas outras instituições de caráter regional como a Comissão do Vale do São Francisco, em 1948, com o objetivo de desenvolver

⁹⁹A partir de 1950, os Estados do Maranhão e Piauí passaram a fazer parte da Região Nordeste. Na década de 1970, os Estados da Bahia e de Pernambuco também foram incorporados. O Nordeste passou a ter nove estados, conforme conhecemos na atualidade. GASPARG, Lúcia. **O Nordeste do Brasil**. 2003. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=197&Itemid=180>. Acesso em: 20 de jun. de 2013, p. 02.

¹⁰⁰Josué Apolônio de Castro, mais conhecido como Josué de Castro (1908-1973), nascido em Recife – PE foi um influente médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor, ativista brasileiro que dedicou sua vida ao combate à fome, que até então era um tema silenciado. Ao quebrar este silêncio, o autor ganhou destaque internacional e suas obras traduzidas para mais de 25 países e recomendadas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Ele, inclusive, ocupou a presidência do Conselho do órgão, de 1952 a 1956, e recebeu duas indicações ao Prêmio Nobel da Paz. CASTRO, Anna Maria. **Josué de Castro**. Disponível em: <<http://www.josuedecastro.com.br/port/index.html>>. Acesso em: 01 de maio de 2013, pp. 01-04.

¹⁰¹CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. São Paulo: Antares, 10. ed., 1984.

economicamente a área do rio, ambas inspiradas na TVA - Tennessee Valley Authority, Agência de Desenvolvimento Regional, criada nos Estados Unidos para desenvolver a região do Vale do Tennessee, fortemente atingida pela grande depressão¹⁰².

A década de 1950 trará outros contornos para a questão regional, com a criação de outros órgãos responsáveis pelas políticas desenvolvimentistas, à chegada de Juscelino Kubitschek ao poder com seu Plano de Metas e as reivindicações promovidas pelos movimentos estudantis e pelas Ligas Camponesas que clamavam uma atuação pública federal que trouxesse melhores condições de vida e um olhar diferenciado para a classe trabalhadora. Esses novos contornos serão brevemente expostos, uma vez que a partir desses acontecimentos, o Nordeste entrará em cena como uma região geograficamente definida e as políticas para o seu desenvolvimento se tornaram mais específicas e de fato beneficiarão os nordestinos, mas nem todos.

Em 1951, com a primeira divulgação das contas nacionais e em 1952 das regionais, as disparidades econômicas entre os estados brasileiros tornaram-se muito evidentes e o debate em torno da questão regional avançou de uma fase inicial pautada na construção de obras hídricas e em ações para integração do território nacional, como a construção de rodovias, para uma fase preocupada em desenvolver economicamente a região Nordeste e torná-la menos dependente das precipitações pluviométricas. A partir daí iniciou-se uma segunda fase nas políticas desenvolvimentistas, tendo destaque à criação do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, em 1952, “com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da região Nordeste que, assolada pelas constantes secas e pela escassez de recursos estáveis, carecia de um organismo financeiro capaz de estruturar sua economia”¹⁰³.

Durante a última passagem de Vargas na presidência (1951-1954) foi criado também o BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1952, a Petrobrás em 1953 e instituições com caráter desenvolvimentista regional. O BNDE que surgiu para ser um órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico (BNDES, 2013, p. 01), colaborou com o diagnóstico realizado pela a

¹⁰²VIANNA, Monica Peixoto. **O planejamento regional integrado da TVA e sua influencia no Brasil: o caso da CESP.** Santa Catarina, 2009. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/inicio/images/anais/ena13/ARTIGOS/GT533915220090317163221.pdf>>. Acesso em: 23 de abril de 2013, p. 15.

¹⁰³ BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **A história do Banco se confunde com a história da transformação do nordeste.** Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/O_Banco/Historico/gerados/hist_1950.asp>. Acesso em: 24 de abri. de 2013, p. 01.

Comissão Mista Brasil-Estados Unidos¹⁰⁴ (1951-1953) e se buscou apontar os entraves existentes para o Brasil alcançar o desejado crescimento econômico. O Relatório elaborado pela Comissão apontou que enquanto o crescimento do produto real *per capita* no Centro Econômico do Brasil, composto pelos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e o Distrito Federal, foi de 50% entre 1939 e 1959, nos estados nordestinos foi de 4%¹⁰⁵.

Além dos estudos do BNDE e da Comissão Mista, nesse período a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe¹⁰⁶, que tinha o economista Raul Prebisch como sua maior referência, influenciou fortemente as políticas de desenvolvimento regional no Brasil e em outros países da América Latina. A CEPAL defendia que o desenvolvimento regional deveria ser baseado na industrialização para substituição das importações dos países subdesenvolvidos, objetivando elevar o padrão de vida da população, porém sem tocar na questão agrária.

O modelo adotava medidas protecionistas com o propósito de absorver a mão-de-obra local, através de políticas de créditos subsidiados, investimentos públicos em infraestrutura, formação de mercados latino-americanos e integração regional. A CEPAL subsidiou a elaboração de vários planos de desenvolvimento, inclusive o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek – JK (1956-1960) e elaborou uma “teoria” para justificar o “atraso” do Nordeste em relação ao Sudeste.

A lógica da Teoria Cepalina de centro-periferia também foi aplicada para análise do quadro regional brasileiro, em particular para explicar a defasagem do desenvolvimento do Nordeste (exportar de matérias-primas) para o Sudeste (exportador de produtos industrializados). Na visão Cepalina, a

¹⁰⁴ Em dezembro de 1950, foi celebrado um acordo entre Brasil e Estados Unidos, que deu origem a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, composta por renomados técnicos e autoridades em assuntos financeiros e econômicos com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico do Brasil, através da formulação de planos de investimentos destinados a vencer as deficiências do país em transporte e energia. Após dois anos de trabalho, quarenta e um projetos haviam sido elaborados, a maioria não foi concretizada. Elaborou-se ainda um Relatório Geral com as tendências da economia a longo prazo. O BNDE ficou encarregado de executar as propostas elaboradas pela Comissão. RELATÓRIO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231638540.MD2_0_277_1.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2013, p. 27.

¹⁰⁵ RELATÓRIO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS. Op. cit. 2013, p. 27

¹⁰⁶ A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – ligada ao sistema ONU, foi criada em 1948 com o intuito de ser um órgão que conseguisse atender e assessorar os estados latino-americanos, bem com promover estudos e consequentemente o desenvolvimento econômico da região. Raul Prebisch, economista argentino, foi um dos fundadores e o diretor da CEPAL (1950-1963), e representou a efetividade do novo órgão. SANTOS, Fernando Correa. **CEPAL- Comissão Econômica para América Latina e o Caribe**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/mini-onu/2008/pdfs/guias/cepal.pdf>>. Acesso em: 24 de abr. de 2013, p. 03-05.

solução para o Nordeste, para a superação de sua condição de periferia atrasada em relação ao Sudeste, seria a sua industrialização¹⁰⁷.

A Teoria Cepalina encontrou em Celso Furtado um grande defensor. Sua contribuição particular ao que ficou conhecido como teoria estruturalista da Cepal foi historicizá-la, mostrando como foi estabelecida, ao longo do tempo, a relação entre colônias e metrópoles, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia¹⁰⁸. Furtado acreditava que o atraso nordestino se devia a sua arcaica estrutura agrária que com excedentes populacionais, fornecia um exército de reserva para o Sudeste, além da vulnerabilidade da região aos períodos das secas, considerando

Desenvolvimento e subdesenvolvimento como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a se reforçar mutuamente [...] para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial¹⁰⁹.

Contestando as ideias de Furtado, Francisco de Oliveira afirma que o subdesenvolvimento é fruto do processo de expansão do capitalismo industrial em escala mundial e que a industrialização da periferia não contemplava as questões inerentes a luta de classes. Para ele, as relações entre capital e trabalho no Brasil tinham na indústria um elemento estratégico, criando um modelo que mantinha o processo de concentração capitalista. Assim sendo, a superação do “atraso” em regiões periféricas, só seria possível com mudanças estruturais no sistema capitalista.

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”. O subdesenvolvimento pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo em “transito”, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação

¹⁰⁷ SENRA, op. cit. 2009, p. 19.

¹⁰⁸ RICUPERO, Bernardo. **Celso Furtado e o pensamento social brasileiro**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142005000100024&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 de abr. de 2013, p. 02.

¹⁰⁹ FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed., 2000, p. 28.

esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma produção da expansão do capitalismo. Em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica¹¹⁰.

Influenciado pelas ideias da CEPAL, em 1956, com a chegada de Juscelino Kubitschek ao poder, o Brasil entra na chamada fase desenvolvimentista, sem considerar críticas como as de Oliveira. Empossado no dia 31 de janeiro de 1956, Juscelino quase que de imediato, em fevereiro mesmo, apresentou a nação o seu Plano de Metas composto por 31 setores que seriam o foco do investimento e teriam metas a serem alcançadas durante sua gestão que tinha como objetivo "crescer cinquenta anos em cinco", desenvolvendo setores estratégicos com a implantação de infraestrutura econômica, apoio à indústria de bens intermediários e de bens de capital¹¹¹.

Os investimentos se concentraram principalmente no setor de energia (42,39%) e transporte (28,88%). Empobrecido, o Brasil tinha 60% da população no campo e, aproximadamente, 30 milhões de brasileiros dependiam da economia agrária. Desta forma, era hora de modernizar o país e investir no desenvolvimento, gerando crescimento e empregos. A finalidade do plano era consolidar o que começou com Getúlio, a chamada substituição das importações. A primeira fase foi criar uma infraestrutura para que o país pudesse produzir dentro de seu território os produtos de que precisava.

O Plano alcançou resultados expressivos. No setor de energia hidrelétrica, a capacidade instaladas saltou de 3,0 milhões de KW em 1955 para 5 milhões em 1961, as rodovias federais cresceram de 22.250 km para 35.419 km no mesmo período, dentre outros resultados. O capital internacional também cresceu expressivamente, nesses seis anos os investimentos estrangeiros no Brasil passaram de US\$ 43 milhões de dólares em 1955 para US\$147 milhões em 1961¹¹².

2.1.1 Ligas Camponesas, o grito que ecoou do campo.

A onda desenvolvimentista não chegou às áreas rurais. A propriedade latifundiária continuou a predominar no Brasil, sem ser considerada um problema

¹¹⁰ OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003, pp. 33-34.

¹¹¹ SILVA, Suely Braga. **O Brasil de JK > 50 anos em 5: o Plano de Metas**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 28 de abr. de 2013, p.02.

¹¹² Ibidem, 2013, pp. 03-04.

social, e miséria a assolar a população do campo através das constantes secas que se repetiam, com políticas ineficientes e insuficientes que também se repetiam.

A urgência por uma nova política de desenvolvimento e a necessidade da Reforma Agrária se tornaram presentes, sobretudo, com o surgimento das Ligas Camponesas. Para uma melhor compreensão do histórico e das dimensões incorporadas pelas Ligas, se faz necessário retroceder aos anos 1940. Essa denominação surgida inicialmente através do PCB – Partido Comunista Brasileiro, em 1945, foi criada com o objetivo de proporcionar uma maior projeção para as discussões a respeito das relações agrárias estabelecidas no país naquele período, frente às diversas barreiras impostas ao homem do campo quando tentava se organizar através de associações ou expressar seus interesses em uma realidade em que predominavam os interesses dos grandes proprietários de terras.

Na Assembleia Nacional Constituinte, em 1946, o senador Luiz Carlos Prestes, representando a bancada do PCB, apresentou um projeto de lei de Reforma Agrária, com fortes críticas a grande concentração fundiária e as condições a que estava submetido o homem do campo, porém, pouco tempo depois da apresentação do projeto, as Ligas foram desmobilizadas durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), em função de terem seu principal articulador político, o PCB, posto novamente em 1947 na ilegalidade.

Em Pernambuco, especificamente na região da Zona da Mata, no município de Vitória de Santo Antão, aproximadamente a 60 km da capital, Recife, no Engenho Galileia, surgiu novamente um movimento de trabalhadores rurais que se aproximaria daquele existente com as Ligas dos anos 40, através da formação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco - SAPPP. A SAPPP foi criada em 1954 e regulamentada em 1955. Essa associação seria posteriormente conhecida como Liga Camponesa. De acordo com a versão mais conhecida, tinha como intenção adquirir recursos para a construção de uma escola local que receberia seus moradores; a obtenção de fundos para um auxílio funerário, bem como de insumos agrícolas para o trabalho no campo. Um trecho do filme “Cabra Marcado para Morrer”¹¹³, afirma que os objetivos eram bem maiores:

¹¹³O filme “Cabra Marcado para Morrer” foi iniciado em abril de 1962, durante a UNE volante, uma caravana da União Nacional dos Estudantes que percorreu o país para promover a discussão da Reforma Universitária. Com os estudantes viajavam membros dos CPC – Centro de Cultura Popular da UNE, que pretendiam estimular a formação de outros Centros de Cultura nos estados. O grupo foi filmar em Alagoas um campo de petróleo que a PETROBRÁS começava a explorar, estiveram também em

Como a sindicalização rural era um direito inexistente na época, os trabalhadores do campo encontraram nas Ligas o único meio legal para canalizar suas reivindicações. Aumento do foro, trabalho obrigatório sem pagamento, despejo sem indenização pelas benfeitorias e lavouras, uso da violência pelos grandes proprietários de terras, na luta contra tudo isso, João Pedro forjou a unidade dos camponeses da região¹¹⁴.

Fundar qualquer associação naquele momento com a denominação de sindicato causaria forte repressão em função da oposição das autoridades e dos proprietários de engenho. Diante disto, se propôs estabelecer o quadro administrativo da SAPPJ junto aos moradores e convidar o proprietário do engenho Oscar Beltrão a assumir a presidência de honra para não despertar suspeitas ou intrigas entre os moradores e o proprietário, tendo este último aceito o convite, no entanto a ideia de não despertar intrigas sustentou-se por pouco tempo¹¹⁵.

Logo em seguida, no entanto, o proprietário foi alertado pelo seu próprio filho e por alguns fornecedores e usineiros, como Sadir Pinto do Rego (engenho Surubim) e Constâncio Maranhão (engenho Tamatamirim) que a organização dos foreiros representava uma ameaça potencial à “paz agrária” na área, e que a iniciativa “era obra dos comunistas”. Oscar Beltrão recusa, então, o cargo honorífico e ordena a dissolução da sociedade agrícola, ameaçando represálias policiais, o aumento do foro anual e a expulsão em massa dos foreiros do engenho¹¹⁶.

Pernambuco e chegaram a Paraíba no dia 14 de abril, duas semanas antes do assassinato do líder e um dos fundadores das Ligas Camponesas, João Pedro Teixeira. Na ocasião filmaram o comício organizado pelas Ligas em protesto contra a situação que estavam vivendo. Nesse dia surgiu entre os membros da caravana a realização de um longa metragem sobre a vida de João Pedro, intitulado *Cabra Marcado para Morrer*. Produzido pelo CPC da UNE e pelo Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, o filme seria realizado com os participantes reais da história. Dois anos depois estava tudo pronto para começar as filmagens, mas em 15 de janeiro de 1964, um conflito entre os trabalhadores de Sapé e policiais deixou onze trabalhadores mortos, e a região foi posteriormente ocupada pela Polícia Militar da Paraíba, diante disso as filmagens no local se tornaram impossíveis e foram transferidas para o Engenho Galileia em Pernambuco. Em 01 de abril de 1964, com apenas 40% do roteiro concluído, a continuidade do trabalho foi proibida pelo Regime Militar, o Engenho foi invadido pelo exército e seus principais líderes e alguns membros da equipe do filme foram presos. Embora tenham apreendido todo o material, parte do trabalho foi salvo, pois já tinha sido enviado ao laboratório no Rio de Janeiro. Apenas em fevereiro de 1981, Eduardo Coutinho, voltou a Galileia para concluir o filme.

¹¹⁴Trecho do filme, narrando quais eram os objetivos das Ligas Camponesas. *CABRA MARCADO PARA MORRER*. Direção: Eduardo Coutinho. Narração: Ferreira Gullar, Tite Lemos e Eduardo Coutinho. ELENCO: Elisabeth Teixeira e família, João Virgíneo da Silva e os habitantes de Galileia (Pernambuco). Editora Globo Filmes, Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=VJ0rKjLIR0c>>. Acesso em: 20 de abr. de 2013.

¹¹⁵MELO e SILVA, Tiago Moreira. *A presença das Ligas Camponesas na região Nordeste*. 2009. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva TM M.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_TM_M.pdf)>. Acesso em: 22 de abr. de 2013, pp. 01-03.

¹¹⁶ *Ibidem*, 2009, p. 05.

Essas ameaças colocaram os trabalhadores numa situação de desespero, pois teriam que deixar suas moradias, todo o trabalho realizado nas lavouras e acima de tudo, ficariam sem terra para trabalhar. Além disso, não teriam direito a nenhuma indenização por todos os anos dedicados às benfeitorias do Engenho Galileia. Diante das dificuldades em que se encontravam, os trabalhadores decidiram buscar ajuda em Recife. Segundo Azevedo¹¹⁷, as chances de resistência, só existiriam se a SAPP não se restringisse ao âmbito local e recorresse ao apoio jurídico e político fora do município de Vitória de Santo Antão, onde tanto a justiça como a polícia sofriam forte influência do poderio agrário. É nesse período, em 1954, que o advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro-PSB, Francisco Julião, toma conhecimento da situação dos foreiros no Engenho Galileia, e aceita assumir a causa ao lado dos “galileus”. Neste momento, a preocupação de Julião de imediato, foi a de conferir base jurídica à SAPP, podendo posteriormente enquadrar a luta dos camponeses a um processo jurídico.

O debate a respeito da questão agrária ganhou maior visibilidade com a realização de dois eventos em 1955. O Congresso de Salvação do Nordeste, realizado em agosto em Recife, foi o primeiro. Organizado pela Liga de Emancipação Nacional, reuniu parlamentares, sindicalistas, intelectuais e profissionais liberais. O evento resultou na compreensão política e técnica a respeito da seca, que foi dissociada da questão geográfica, e na elaboração da “Carta de Salvação do Nordeste”.

Em setembro, organizado pela SAPP, ocorreu o 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, que contou com o apoio do professor Josué de Castro, então diretor da FAO. O evento reuniu cerca de três mil trabalhadores rurais, que ao final das discussões, realizou uma passeata pelas ruas centrais de Recife. Houve uma grande cobertura da imprensa, o que provocou maior visibilidade para os problemas das relações sociais no meio rural e ao mesmo tempo, a atitude dos meios de comunicação em resgatar a denominação “Ligas Camponesas” foi uma tentativa de colocar a SAPP contra a opinião pública, pois a nomeava como uma organização comunista. A expressão foi reapropriada pelos trabalhadores e através dela foram registradas as próximas sociedades agrícolas¹¹⁸.

Quem batizou a Sociedade Agrícola e Pecuária com esse nome “Liga”, em 1955 foram os jornais do Recife para torná-la ilegal. A Liga Camponesa

¹¹⁷ AZEVEDO apud MELO e SILVA, op. cit., 2013, pp. 01-03.

¹¹⁸ MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia e Memória**. São Paulo, Contexto: 2010, pp. 83-84.

começou sendo crônica policial. Qualquer coisa relacionada com a Liga estava na página policial, porque consideravam que tudo o que acontecia no campo não era senão uma série de delitos cometidos pelos camponeses sob a orientação desse fulano de tal, esse senhor advogado e agora deputado que criava conflitos, tirando a paz do campo¹¹⁹.

O projeto foi apresentado pela primeira vez pelo Dep. Francisco Julião em 1957, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, solicitando a desapropriação do Engenho Galileia em favor dos foreiros constantemente ameaçados de expulsão. O projeto não foi aprovado, mas as reivindicações continuaram e novas Ligas Camponesas foram criadas em vários municípios pernambucanos, o que aumentou a pressão em torno da necessidade da aprovação do projeto, pois as mobilizações cresciam intensamente, inclusive com a utilização de cordéis que eram cantados nas feiras livres, distribuição de panfletos e realização de reuniões entre vários grupos de trabalhadores rurais. Durante o ano de 1959, reportagens feitas pelo jornalista Antônio Callado, para o jornal *Correio da Manhã*, provocaram ampla repercussão no país, ao abordar aspectos da vida e da luta dos trabalhadores do Nordeste, sobretudo os de Vitória de Santo Antão. Somente em dezembro, com as galerias da assembleia repletas de foreiros e de outros trabalhadores, o projeto de desapropriação foi finalmente aprovado e considerado com uma vitória dos trabalhadores diante do latifúndio e da exploração ocorrida no campo¹²⁰.

Diante da repercussão provocada pelas Ligas Camponesas em torno da situação social e econômica do Nordeste, o governo JK criou em 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, responsável pela elaboração de um plano de trabalho em favor da região. O Grupo coordenado por Celso Furtado elaborou um minucioso levantamento das questões regionais, que deu origem ao documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, apresentado em 1959. O diagnóstico apontou como justificativa para o atraso do Nordeste em relação ao Sul e Sudeste as condições climáticas que impediam o desenvolvimento da agricultura e causavam o baixo rendimento da pecuária, além da estrutura fundiária desigual.

¹¹⁹Entrevista com Francisco Julião: Jornal O Pasquim, edição de 12 de Janeiro de 1979, apud MELO e SILVA, op. cit., 2009, p. 03.

¹²⁰PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Narrativas sobre o perigo: a desapropriação do Engenho Galileia e as Ligas Camponesas (1959-1964)**, 2007. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/sites/default/files/P1_%20Pablo%20Porfirio.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2013, p. 03-09.

O documento destaca dez pontos sobre a economia nordestina, que serão brevemente apresentados, uma vez que esse diagnóstico foi o responsável pela formulação de importantes políticas desenvolvimentistas: (1) A disparidade dos níveis de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul constitui-se como o problema mais grave a ser enfrentado; (2) O ritmo de crescimento da economia nordestina era inferior a do Centro-Sul; (3) Políticas desenvolvimentistas inadequadas têm contribuído para o agravamento dos problemas; (4) Há um duplo fluxo de renda entre as duas regiões: o setor público (federal) investe em obras assistenciais, enquanto o setor privado nordestino aplica seu lucro no Centro-Sul; (5) O impulso básico da economia nordestina vem do setor exportador, que tem permitido um grau limitado de desenvolvimento; (6) O governo federal investe no Nordeste bem menos do que arrecada; (7) A carga tributária nordestina é incompatível com seu nível de renda; (8) O desenvolvimento só é possível através da industrialização; (9) A economia da zona semiárida é composta por uma pecuária extensiva e uma agricultura de baixo rendimento e (10) Nenhuma das medidas adotadas até então conseguiu modificar os efeitos das secas¹²¹.

Para que a estagnação em que se encontrava o Nordeste deixasse de existir, o GTDN apontou como condições indispensáveis a transformação na estrutura agrária (sem desagradar os grandes proprietários) e agrícola, além da industrialização, esta considerada peça chave nesse processo, ao realizar a diversificação da produção interna. A política de industrialização deveria ter três objetivos: dar emprego a massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída de espírito de desenvolvimento e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas que tendem a migrar¹²².

Para que houvesse a realização do que determinou o estudo do GTDN, seria necessária a criação de uma estrutura administrativa adequada. Fruto dessa necessidade foi criada pela Lei nº 3.692 do Congresso Nacional, a SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, uma Autarquia diretamente ligada a Presidência da República, que seria formada por uma Secretaria Executiva, composta pelos técnicos e burocratas, e por um Conselho Deliberativo, que formaria o lado político da instituição, agregando Ministros, Governadores da região e o de Minas Gerais, visto que a região norte mineira foi considerada também polígono das secas.

¹²¹REVISTA ECONOMICA DO NORDESTE. Fortaleza, BNB, v. 28, n. 4, p. 387-389. out./dez., 1997.

¹²²Ibidem, 1997, p. 409.

A SUDENE era definida como uma agência de desenvolvimento regional, incumbida de planejar e coordenar os programas socioeconômicos de interesse do Nordeste, sendo-lhe conferido o poder de atuar como órgão centralizador dos investimentos federais na região. Nomeado primeiro superintendente da SUDENE, Celso Furtado foi designado pelo BNDE para coordenar em Recife a instalação do novo órgão. A fim de sistematizar os trabalhos e assegurar-lhes continuidade de ação, a SUDENE passou a operar em função de planos plurianuais, denominados planos diretores de desenvolvimento econômico e social do Nordeste¹²³.

Em maio de 1960 foi encaminhado ao Congresso o primeiro destes planos diretores, que provocou intenso debate político. O plano norteava-se por quatro diretrizes: a sistematização dos investimentos em matéria de transportes, o aumento da capacidade de energia elétrica, o aproveitamento dos recursos humanos e a reestruturação da economia rural. Outros objetivos eram a industrialização, a colonização do Maranhão, a criação de uma reserva alimentar de emergência e o levantamento dos recursos minerais. O plano também facultava à SUDENE a organização ou a incorporação de sociedades de economia mista com o fim de executar obras tidas como prioritárias para o desenvolvimento regional.

A oposição ao I Plano Diretor da SUDENE - liderada por políticos nordestinos ligados a setores que receavam perder suas posições e privilégios com a atuação da SUDENE - foi finalmente derrotada na Câmara dos Deputados que, em agosto de 1961, o aprovou. Em 25 de agosto do mesmo ano, Jânio Quadros renunciou à presidência da República, provocando uma grave crise política no país. Os ministros militares decidiram vetar a posse do vice-presidente João Goulart. Neste período, Celso Furtado continuou na superintendência da SUDENE. Em 1962, nomeado por Goulart para ocupar o Ministério do Planejamento, foi incumbido de elaborar, em dois meses, um plano de política econômica para o governo, que foi divulgado oficialmente em 30 de dezembro com o nome de Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

A política econômica do governo presidencialista de Goulart baseou-se nas diretrizes traçadas pelo Plano Trienal, executado sob a direção de Celso Furtado e San Tiago Dantas. Com o fracasso dos planos de estabilização e de crescimento econômico propostos pelo Plano Trienal, Goulart decidiu promover mudanças em seu ministério. Em fins de junho Furtado deixou o cargo de ministro e voltou a Recife para dedicar-se integralmente à SUDENE

¹²³CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação. **Celso Furtado**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso_furtado>. Acesso em: 30 de maio de 2013, p. 01.

até 31 de março de 1964, quando eclodiu o movimento político-militar que depôs Goulart e instaurou novo regime no país, forçando sua saída do órgão. Com a edição do Ato Institucional nº 1 (AI-1), Celso Furtado teve seu nome incluído na primeira lista de cassados¹²⁴.

As diretrizes da SUDENE sofreram intensas modificações com o golpe militar, sobretudo no que se refere à diminuição do seu poder institucional. A entidade foi concebida para ter um caráter desenvolvimentista e reformista, a partir de 1964 o caráter reformista passa ter cada vez menos espaço. A partir de então as perspectivas de solução dos problemas nordestinos estava se distanciando, nesse cenário a SUDENE passou a assumir o papel de agência de reforço à expansão oligopolista sobre o Nordeste brasileiro. Nos planos elaborados pela SUDENE antes do governo militar o objetivo maior da política regional era a redução das desigualdades regionais e a promoção de um crescimento nacional equilibrados, na gestão dos militares a questão da redução das desigualdades regionais é posta de lado, e o desenvolvimento regional torna-se um elemento na estratégia global do desenvolvimento em si, que visa acima de tudo, à expansão do mercado interno¹²⁵.

O governo militar buscou implantar uma mentalidade empresarial no campo, com o lançamento de diversos projetos e programas, - que serão discutidos no tópico a seguir e para alcançar esse objetivo passou a conceder muitos créditos para que os proprietários de terras realizassem investimentos e fizessem, sobretudo, o Nordeste, vergonha nacional com a extrema pobreza que o rondava, finalmente tornar-se desenvolvido. Essa “facilidade” de recursos provocou um crescente interesse nas terras nordestinas, fazendo com que muitas delas fossem invadidas e expropriadas de pequenos agricultores que não tinham amparo jurídico, como os moradores das comunidades de *fundo de pasto*, perdessem suas terras. Sendo assim, todas as mudanças realizadas desde o final de império foi para que tudo continuasse como estava, ou seja, reforçando a propriedade da terra nas mãos dos ricos e trazendo mais miséria aos pobres.

¹²⁴Ibidem, 2013, p. 02.

¹²⁵CARVALHO, op. cit., 2001, p. 50-53.

2.2 O período militar e seus investimentos para “desenvolver o Nordeste”

O golpe militar de 1964 não deu sequência às ideias pela democratização da terra, tão reivindicadas pelas Ligas Camponesas e pela mobilização da sociedade em torno das “reformas de base”, que foram amplamente discutidas no governo João Goulart e tinham como carro chefe a reforma agrária. Em poucos meses de vigência o regime promulgou o Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra, ou lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, foi mais um arame colocado, no sentido de aumentar a cerca que já estava em torno da terra. Era a positivação da ideia de modernização do espaço agrícola nacional. A verdadeira intenção do Estatuto era estabelecer uma mentalidade empresarial no cenário rural. O minifúndio deveria obrigatoriamente se transformar em empresa, dando oportunidade ao latifúndio de se desmembrar, enquadrando-se na mesma figura jurídica. A terra improdutiva participaria da reforma, primeiramente, por uma tributação, sendo a desapropriação, uma solução residual, efetuada somente em áreas de tensão social. Logo, a lei fez com que a reforma agrária seja um instrumento para desmobilizar a luta camponesa, já que só utiliza a desapropriação em áreas de conflito. Tratando a questão do campo, não como uma questão política, mas como questão acessória ao desenvolvimento econômico do país, se evidenciou mais uma contradição do modo de produção capitalista aplicado ao campo, à empresa rural¹²⁶.

O Estatuto implantou uma política de concessão de créditos agrícolas, acreditando que para o desenvolvimento da agricultura brasileira, uma mentalidade empresarial era imprescindível. Esses créditos criaram um interesse muito grande nas terras brasileiras, muitos fazendeiros, empresários, políticos, passaram a adquirir enormes quantidades de terras, pois quanto mais terra, mais crédito. Provocou também uma mudança nos propósitos que norteavam a política regionalizante brasileira, pois esta, anteriormente, tinha como objetivo maior a redução das desigualdades regionais e a promoção de um crescimento nacional equilibrado, mas a partir de abril de 1964, “abdicaram de maiores preocupações com a instância social do desenvolvimento regional do país e concentraram a atenção sobre as instâncias políticas, estratégico-militares e econômicas”¹²⁷. As proposições reformistas de caráter progressista que deram origem a Sudene foram liquidadas, a proposta do GTDN foi profundamente atingida, mais nas políticas agrária e agrícola do que nas de infraestrutura e de indústria.

¹²⁶FREITAS, op. cit., 2013, pp. 13-14.

¹²⁷GALVÃO apud CARVALHO, op. cit., 2001, p. 48.

Daí em diante reformas institucionais e de normas de política econômica causariam enorme pulverização do sistema de incentivos regionais fiscais, cambiais e creditícios, que até 1964 estavam concentrados, basicamente, na política de desenvolvimento regional da Amazônia e do Nordeste. A começar com o novo Sistema Nacional de Crédito Rural, subsidiando principalmente os modernos segmentos voltados para a exportação, basicamente localizados na moderna agricultura de São Paulo e do Sul do País.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi criado pela Lei 4829 de 05 de Novembro de 1965, sendo a regulamentação atribuída ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e o controle das ações, ao Banco Central. Integravam o SNCR o Banco do Brasil, o Banco de Crédito da Amazônia, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo. O principal objetivo era prover o setor agrícola com recursos externos para financiar o custo operacional, investimento e comercialização, estimular o processo de formação de capital na agricultura, acelerar a adoção de tecnologia e fortalecer a posição econômica dos produtores¹²⁸.

Ressalta-se que o objetivo do crédito rural não foi cumprido, pois embora entre 1967 e 1975 a concessão de crédito tenha conseguido melhorar os índices produtivos, sua atuação não foi satisfatória, uma vez que houve uma desigualdade gritante na sua distribuição. Até 1975 apenas 20% dos agricultores brasileiros tiveram acesso ao crédito, e desse total, 60,8% eram possuidores de grandes extensões de terras, o que demonstra que a estrutura agrária é que definiu as ações do SNCR, pois enquanto uma pequena propriedade recebia 200 cruzeiros por hectare de área de lavoura, as propriedades acima de 10.000 hectares recebiam 3.143 cruzeiros. Além disso, foram privilegiados produtos voltados para exportação ou que substituíam as importações, bem como as regiões Sul e Sudeste em detrimento do Norte e Nordeste¹²⁹.

A partir de 1967 ocorreriam várias modificações na política de incentivos fiscais também. Foram ampliadas as alternativas para investimentos, que, além daquelas opções regionais, passavam também a contar com opções setoriais, muitas delas sem maiores restrições de localização regional do investimento e algumas, fundamentalmente localizadas nos próprios centros mais desenvolvidos do País. A política de incentivos, a partir de 1967, seria estendida à indústria da pesca; em 1968,

¹²⁸ CASTRO, Eduardo Rodrigues de. **Crédito Rural e oferta agrícola no Brasil**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Federal de Viçosa – UFV. 2008. 131 p. Viçosa – MG, p. 02.

¹²⁹ GONÇALVES NETO, Wenceslau e MIRANDA, Luciana Lilian de. **A política de crédito rural nos anos de 1965-1985: Histórico, expansão e crise**. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/cms2304.htm>>. Acesso em: 17 de Jan. de 2014, p. 02.

incluiria o turismo, o reflorestamento e em 1970, seria incluída a indústria estatal aeronáutica (Embraer) e em 1975, o Programa do Alcool¹³⁰.

No início dos anos 1970, uma forte seca atingiu a região Nordeste, o que provocou o retorno do conhecido fenômeno e novas providências para sua possível “solução”. Na ocasião o então presidente Emílio Garrastazu Médici visitou o interior do Ceará e posteriormente afirmou que buscava solucionar o problema da região. Como ação imediata, anunciou a liberação de recursos federais para o financiamento de um programa de frentes de emergência, com ações para a construção e a melhoria de estradas e açudes. O fortalecimento da agricultura, com o objetivo de torná-la resistente à seca, teve como principal estratégia a destinação de recursos para programas de irrigação em áreas selecionadas, canalizando recursos e incentivos fiscais para projetos agrícolas, e incentivando a colonização em áreas úmidas. A seca de 1970 trouxe também impactos para a Sudene e para as políticas de desenvolvimento regional.

A Sudene que hesitara bastante antes de tomar as providências necessárias, sai enfraquecida. Dada essa inércia da Sudene, os Estados recorreram diretamente ao governo federal, buscando socorro contra os efeitos imediatos da seca. As condições para a retomada do controle efetivo da formulação das políticas de desenvolvimento regional estavam, portanto criadas. O poder central – que desde o golpe militar de 1964 se materializava em um regime político mais centralizador que aquele que havia criado a Sudene – aproveitasse dessa demonstração de ineficiência para desarticular parcialmente o aparato institucional da agência. A partir desse momento, a Sudene se caracteriza cada vez mais como uma agência executora, perdendo progressivamente seu papel de formuladora de estratégias de desenvolvimento regional¹³¹.

Foram instituídos programas especiais – como o Programa de Integração Nacional – PIN e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA. Posteriormente surgiram programas específicos para o Nordeste: Programa de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE e o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida – PROJETO SERTANEJO, recebedores de recursos do PROTERRA. Ambos serão discutidos aqui de forma específica, evidenciando como tais programas estimularam ainda mais a

¹³⁰ CANO, Wilson. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**. Ano 5. n. 7. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010, pp. 44-45.

¹³¹ BURSTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro/Fortaleza: Garamond, 2008, p. 47-48.

concentração da propriedade rural e, conseqüentemente, o acirramento de conflitos nas áreas utilizadas para o livre pastoreio de animais.

2.2.1 Programa de Integração Nacional – PIN

O Nordeste e a Amazônia eram considerados pelo governo militar como “regiões-problemas” devido às dificuldades socioeconômicas que possuíam. O I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1972-1974) apresentou como alternativa mais viável para resolver essas dificuldades, desviar para a Amazônia, considerada de grande capacidade de absorção de mão-de-obra, os fluxos migratórios que se destinavam aos centros urbanos do Centro-sul e do Nordeste. Para o semiárido nordestino a integração com a Amazônia, considerada uma terra sem homens, para homens sem terra, era a saída para os contingentes populacionais que o setor rural não era capaz de absorver, estes seriam integrados nos programas de colonização e de irrigação que seriam estabelecidos nos vales úmidos amazônicos.

Para executar a alternativa proposta para o Norte/Nordeste, foi criado pelo Decreto-lei número 1.106 em 16 de junho de 1970 o Programa de Integração Nacional – PIN, financiado pelos recursos gerados pelos incentivos fiscais regionais. Com um caráter nitidamente inter-regional ao buscar a integração do Nordeste com a Amazônia. O PIN destinava-se a financiar três grandes projetos: construção da estrada Cuiabá-Santarém e da rodovia Transamazônica, a colonização e a “reforma agrária” ao longo dessas estradas e o financiamento do Plano Nacional de Irrigação para os vales úmidos do Nordeste.

Para a operação de assentamento em grande escala, principalmente de trabalhadores rurais e arrendatários do Nordeste, foi fixado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) uma faixa de 10 quilômetros de extensão de ambos os lados das estradas através da Amazônia, para o estabelecimento de pequenas propriedades de 100 hectares cada. O número de colonos assentados representou somente pequena parte dos objetivos extremamente otimistas do início. No começo, eram um milhão de famílias a serem assentadas; mais tarde, o INCRA reduziu esse número para 100 mil e, em meados dos anos 1970, somente 7% do número

planejado estava assentado na Transamazônica. Todavia, o slogan do governo, “Há terra para todos na Amazônia”, deu impulso à migração em massa para o Norte¹³².

O Programa visava na verdade inviabilizar a reforma agrária, e, adicionalmente diminuir a migração em direção aos grandes centros urbanos do Sudeste e do Sul do país. Estes eram de fato os objetivos, pois não existia, e não existe atualmente escassez de terras no Nordeste, o que existe é uma estrutura agrária concentrada. Surgiram muitas críticas ao PIN, sobretudo porque a fonte de recursos utilizada para o programa era a mesma para o Nordeste (incentivos fiscais) e com a persistência da seca de 1970, e conseqüentemente o agravamento da crise da economia nordestina, as críticas intensificaram-se. As críticas levaram o governo a criar, em 1971, um outro programa especial para o Norte e Nordeste: o Programa de Redistribuição de Terras, e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA)¹³³, que será discutido a seguir.

2.2.2 Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA

O PROTERRA foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.178, de julho de 1971, norteado pelo objetivo geral de promover o desenvolvimento agrícola pautado em ações que visavam promover uma diversificação nas políticas desenvolvimentistas, corrigindo os desequilíbrios das propostas anteriores que enfatizavam a industrialização e os problemas urbanos. Essa “correção” adotou como estratégia a reordenação fundiária, que deveria ser feita sem criar tensões sociais no campo, ou seja, sem incomodar os grandes proprietários de terras.

O programa operaria principalmente mediante crédito, buscando a organização e a modernização das grandes propriedades, a implantação de projetos agropecuários de cunho empresarial e a instalação e expansão de agroindústrias no Norte e Nordeste, e, paralelamente daria apoio à agricultura de pequenas unidades de cunho familiar, enfatizando que deveriam ser criadas condições de acesso à terra que favorecessem a produtores despossuídos desse bem.

¹³² KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200004>. Acesso em: 21 de jan. de 2014, p. 09.

¹³³TAVARES Hermes apud CARVALHO, op. cit. 2001, p. 55.

Suas principais medidas eram: aquisição de terras ou sua desapropriação por interesse social para a venda a pequenos e médios produtores rurais na região; empréstimos fundiários a pequenos e médios produtores rurais na região para aquisição de terra própria ou ampliação de propriedade, com reduzidas dimensões para exploração econômica; financiamento de projetos destinados a expansão da agroindústria; assistência financeira à organização e modernização de propriedades rurais; subsídios ao uso de insumos modernos; garantia de preços mínimo para produtos de exportação e custeio de ações discriminatórias de terras devolutas e fiscalização do uso e posse da terra¹³⁴.

Os resultados do programa ficaram distantes de suas proposições uma vez que houve predominância da modernização em detrimento da reestruturação fundiária, pois a maioria dos seus recursos foram utilizados para estradas, usinas hidrelétricas e linhas de transmissão. A parcela aplicada na agricultura foi destinada a médios e grandes proprietários, sendo ínfima a redistribuição de terras para os pequenos agricultores, houve, pelo contrário, um aumento da concentração da terra com o reforço a bovinização.

Esse aumento da criação de bovinos atingiu também o município de Uauá. Em estudo realizado por Cotrim¹³⁵, esse crescimento é atribuído em grande parte à política de incentivos governamentais (crédito subsidiado), que no município atingiu os médios e grandes produtores que concentravam no período cerca de 60% do efetivo rebanho. Estes produtores foram os principais beneficiários do crédito oficial e alcançaram através desse benefício um nível maior de capitalização, acompanhado de um avanço sobre as terras da pequena produção e do conseqüente cercamento das áreas de pastoreio.

De acordo com a Sudene¹³⁶ entre 1972 e 1976, o programa financiou a aquisição de mais de um milhão e duzentas mil cabeças de gado, sendo que desse total, mais de 70% foi destinado ao gado de corte.

O problema principal da pecuarização, num primeiro momento, é a redução do nível de emprego no campo, notadamente quando se trata de uma pecuária extensiva de corte. Num segundo momento, a própria produção de alimentos pode ser comprometida, se não se modernizar rapidamente. O paradoxo, entretanto, reside no fato de que o programa foi criado para reforçar a

¹³⁴ PIMES. **Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro**. Recife: SUDENE, 1984, p. 145-146.

¹³⁵ COTRIM, op. cit. 1991, p. 23

¹³⁶ PIMES, op. cit. 1991, p. 157.

pequena propriedade e conseqüentemente a produção de lavouras alimentares, tenha tido um efeito oposto, ou seja, reforçar a pecuária de baixa produtividade das grandes propriedades¹³⁷.

Além da redução do nível de emprego e do reforço à grande propriedade, a pecuarização trouxe como consequência também a progressiva perda de importância da agricultura. As terras agricultáveis foram sendo cada vez mais, destinadas à formação de pastagens perenes, em prejuízo da produção agrícola, que favorece não só o desemprego, conforme citado acima, mas funciona como um fator de expulsão demográfica do meio rural. Além desses fatores assinalados acima, o crédito concedido foi desviado para manobras especulativas, inclusive para compra de novas terras, tanto que se converte em fator inflacionário¹³⁸.

O sistema de financiamento permitiu distorções, que podem ser consideradas “trapaças” como a compra do próprio gado efetuada por muitos produtores beneficiados com o crédito. Consistia (e ainda consiste) no pedido de um empréstimo para a compra de um rebanho que já pertencia àquele que pediu o financiamento previamente. Nesse caso, o gado é guardado em uma propriedade vizinha durante um período de tempo, de maneira que uma eventual inspeção do banco possa constatar sua inexistência na propriedade em questão. Posteriormente o vizinho lhe “vende” o rebanho ficticiamente e os recursos levantados – a juros subsidiados – são empregados em alguma atividade especulativa, fora da esfera produtiva. A operação também pode resultar com o vizinho fazendo a mesma transação. Diante dessa prática houve um aumento do capital subvencionado disponível para os beneficiários, sem que necessariamente haja um incremento na capacidade produtiva ou na produção. Esse recurso em geral, foi aplicado na especulação imobiliária, causando um efeito direto na elevação do preço da terra e da renda da terra¹³⁹.

Ressalta-se que esse programa além de financiar o crescimento do latifúndio, financiou ainda a cobiça nas áreas utilizadas comunitariamente, pois segundo estudos citados abaixo, os anos 1970 acirraram a grilagem¹⁴⁰ e a invasão de terras em diversas comunidades de *fundo de pasto* baianas.

¹³⁷Ibidem, 1991, p. 158.

¹³⁸BURSZTYN, op. cit. 2008, p. 69-70

¹³⁹Idem.

¹⁴⁰De acordo com Ariovaldo U. de Oliveira, a estrutura da grilagem é um processo clássico, junta-se a documentação para aquisição das terras “devolutas” dos estados, duas certidões sempre “negativas” da existência, naquela terra a ser titulada de índios e/ou posseiros. Depois dos documentos, na grande maioria falsos, o órgão competente dos Estados (Instituto de Terras) expede títulos de propriedade da

A partir da década de 1970, acentuam-se as pressões sobre o fundo de pasto através de novos agentes, a proposta oficial de modernização da agricultura começa a ser implantada visando a expansão do capital no campo. Inicia-se ao mesmo tempo na área um processo de industrialização, de estímulo à agricultura e à pecuária através do crédito subsidiado e de investimentos em terras. Na maioria das vezes as terras passam a ser ocupadas para fins especulativos e como reserva de valor¹⁴¹

Nos anos 70 o sistema de fundo de pasto passou a sofrer sérias ameaças. A valorização das terras da região deram início à corrida de proprietários ou pretensos proprietários que requeriam do Estado uma posse; ao demarca-la e cercá-la invadiam áreas de ocupação comunitária, diminuindo as terras disponíveis para a circulação dos rebanhos¹⁴²

Da década de 1970 em diante, as dificuldades enfrentadas pelos praticantes do fundo de pasto vão se intensificar, pois além de não lançar mão de uma reforma agrária ampla e democrática, os governos militares implantaram uma política de favorecimento de créditos agrícolas, pois acreditavam que somente uma mentalidade empresarial seria fundamental para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Com esses projetos e créditos agrícolas, muitos ocupantes de áreas de fundo de pasto, viram suas terras invadidas.¹⁴³

Em fins dos anos sessenta, a aceleração do processo inflacionário, a disponibilização de novas tecnologias voltadas para impulsionar o avanço das relações capitalistas na região e os grandes programas financiados com dinheiro público de desenvolvimento para o nordeste, com crédito subsidiado e incentivos fiscais, deram início a uma corrida especulativa que encontrou nas terras soltas grande vulnerabilidade para ação de grileiros e fomento de um mercado de terras no bojo da chamada modernização conservadora. Tal pressão privatizante se intensificou nos anos 70¹⁴⁴.

Os anos 70 são marcados também pela atuação da Igreja Católica junto às comunidades rurais, influenciada pela Teologia da Libertação. De acordo com Leonardo Boff, a Teologia da Libertação não caiu do céu, nem foi inventada por algum teólogo, ela emergiu do contexto eclesial, político mundial e latino-americano, se propondo a pensar as práticas eclesiais e políticas existentes a luz da Palavra da Revelação, que remetia a prática real junto e com os oprimidos. Partiu diretamente dos pobres materiais, das classes oprimidas, dos povos desprezados, marginalizados como os indígenas, os negros e as mulheres submetidas ao machismo e outros estigmas sociais.¹⁴⁵ Antônio Silva Câmara destaca a importância da Teologia da Libertação na criação da Comissão

terra requisitada, sem que ninguém, nem mesmo os técnicos (agrimensores etc.) que assinaram as plantas de localização e de amarração tenham estado lá. São conhecidos como “títulos voadores”. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas do campo**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 64.

¹⁴¹ COTRIM, op. cit. 1991, p. 42.

¹⁴² EHLE, op. cit. 1997, p. 14

¹⁴³ DIAS, 2006, op. cit. p. 23.

¹⁴⁴ DIAMANTINO, op. cit. 2007, p. 64-65.

¹⁴⁵ BOFF, Leonardo. **Quarenta anos da Teologia da Libertação**. 2011. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>>. Acesso em: 20 de maio de 2014, pp. 01-02.

Pastoral da Terra – CPT¹⁴⁶ que tem um histórico de luta junto aos trabalhadores do fundo de pasto, que será retomado posteriormente no capítulo 3.

A luta camponesa não subordinada ao Estado se desenvolve na década de 1970, sob os auspícios da Igreja Católica, através das Comissões Pastorais da Terra. O movimento no campo mantém-se, neste período, com base nesta colaboração fundamental da Igreja, enquanto os sindicatos rurais são utilizados pelo governo como agências paraestatais. As formulações da Igreja acerca da terra, cujo registro fundamental são os conceitos de "terra de trabalho" e de "terra de exploração", que tratam da disparidade que a utilização da terra apresenta na realidade: a "terra de trabalho" pertence ao trabalhador do campo, o camponês, o parceiro, o posseiro, que a utilizam para dela extrair o seu sustento e o de sua família; a "terra de exploração", pertence ao latifundiário que dela se utiliza como reserva de valor, como terra de pasto etc., preocupado com o lucro e não com a sobrevivência dos que nela habitam. Via CPT, o fio que tece a luta pela reforma agrária é mantido. Segmentos da Igreja Católica, inspirados na teologia da libertação, unificam Marx e Cristo: a justiça divina, mediatizada pelo cristianismo, aproxima-se do marxismo que informa as formas de exploração sob o capitalismo. Esta mística marxista-cristã permite aos religiosos comprometidos com a reforma agrária pronunciarem-se em favor desta e interferirem na organização do movimento camponês, fomentando-o onde parecia extinto. O mesmo sonho de justiça, aqui na terra, que unificou os camponeses de então, em torno da organização política das Ligas Camponesas, reativa a sua luta sob a égide das CPT¹⁴⁷.

Nesse mesmo período além da grilagem de terras, outros quatro eixos articulados exerceram pressão sobre as comunidades pastoris baianas: pressão ambiental - degradação da caatinga através da extração indiscriminada do angico e da aroeira, pressão política - leis municipais dos quatro fios, que determinava que as propriedades fossem cercadas com ao menos quatro fios de arame para impedir a livre circulação de animais; pressão econômica - pela valorização das terras, e pressão técnica - em virtude da modernização da agricultura e da pecuária¹⁴⁸.

Diante do que foi apresentado anteriormente, é possível perceber que o PROTERRA não produziu mudanças significativas nas áreas onde atuou, pelo contrário, dificultou a vida do seu público alvo: os pequenos produtores. Seus efeitos foram pouco relevantes uma vez que, o poder local, representado por políticos e proprietários de grandes extensões de terras é que exerciam o controle sobre as verbas

¹⁴⁶A Comissão Pastoral da Terra nasceu em julho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, realizado em Goiânia – GO.

¹⁴⁷CAMARA, Antônio Silva. **A atualidade da Reforma Agrária:** de Canudos aos Sem-terra. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/03camara.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2014, pp. 03-04.

¹⁴⁸FERRARO JÚNIOR, op. cit., 2008, p.56.

destinadas para as políticas de desenvolvimento rural no Nordeste. Para Germani¹⁴⁹, o PROTERRA, na prática, não foi um instrumento de redistribuição de terras, e sim, de modernização e capitalização dos setores que já detinham terra, tendo como resultado uma aceleração do processo de acumulação e concentração do capital na região.

Devido ao fracasso dos dois programas anteriores, PIN e PROTERRA, o Governo Federal resolve criar o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste – POLONORDESTE.

2.2.3 Programa de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE

O surgimento do POLONORDESTE está diretamente ligado a um projeto-piloto de desenvolvimento regional implantado no Rio Grande do Norte, em 1973. Nessa ocasião o Banco Mundial, parceiro mais importante do governo no financiamento dos programas de desenvolvimento, concedeu um empréstimo de 49 milhões de dólares para a experiência pudesse obter êxito e seu exemplo se tornasse um modelo para aplicação em outras regiões.

O POLONORDESTE foi criado pelo Decreto nº 74.794, de 30 de outubro de 1974, tinha por objetivo promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste¹⁵⁰. Tinha como público-alvo pequenos agricultores, parceiros, arrendatários e assalariados. O programa partiu do pressuposto de que qualquer ação desenvolvimentista que considerasse o Nordeste como todo homogêneo estaria inviabilizada, pois a diversidade sub-regional deveria ser considerada para evitar a adoção de programas uniformes e padronizados para toda região. Esse pressuposto é uma vantagem em relação aos demais programas, ao reconhecer as diferenças regionais e o seu potencial agrícola de cada região¹⁵¹.

A ideia central do programa era elaborar Planos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), para a criação de polos rurais de desenvolvimento, espalhados estrategicamente pela da região Nordeste. Esses núcleos deveriam privilegiar uma organização da produção que possibilitasse a resolução de dois problemas: frear o fluxo migratório, que era responsável por uma perda bastante significativa de população em

¹⁴⁹GERMANI apud SANTOS e SANTOS. Cirlene Jeane. **Tecitura da resistência, rupturas e permanências no tempo-espaço desse modo de vida camponês**. Tese (Doutorado em Geografia). 2010. 290 p. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP, p. 66.

¹⁵⁰ PIMES, op. cit. 1984, p. 187

¹⁵¹ CARVALHO, op. cit. 2001, p. 61.

algumas localidades, e assegurar o fornecimento de alimentos aos grandes centros urbanos, sem realizar uma reestruturação fundiária na região¹⁵².

Essa estratégia de criação de polos de desenvolvimento foi inspirada na ideia de desenvolvimento polarizado, formulada por François Perroux, economista francês, para quem “o crescimento não aparece em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidade variável; difunde-se por meio de diferentes canais, com distintos efeitos terminais sobre o conjunto da economia”¹⁵³. Os estudos de Perroux defendiam os polos industriais para que o desenvolvimento ocorresse, mas no Brasil foram adaptados para polos rurais.

Para que esses polos fossem criados, ao invés de promover uma democratização do desenvolvimento nos níveis espacial e social, o programa concentrava recursos no Estado, para que este criasse núcleos de prosperidade material, favorecendo um regime autoritário baseado na concentração-segregação, ao privilegiar algumas regiões em detrimento de outras. Para se ter uma dimensão da força do processo de apropriação privada na Bahia neste período, no dia 12 de dezembro de 1975, o então governador Roberto Santos, sancionou a lei 3.442 que no artigo 4º concede a apropriação privada de terras devolutas a quem houvesse conseguido registro no cartório de imóveis, independente de se provar cadeia sucessória como exigia a lei de 1850 para reconhecimento da propriedade. Desta forma, regularizou-se a grilagem na Bahia fortalecendo o processo de expropriação privada¹⁵⁴.

Sua atuação compreendia ações voltadas para crédito rural, assistência técnica e extensão rural; serviço de mecanização agrícola; construção de açudes; construção de estradas vicinais, eletrificação rural apoio ao cooperativismo dentre outras. As áreas prioritárias para elaboração de um PDRI deveriam se enquadrar nas seguintes categorias geográficas: vales úmidos, serras úmidas (acima de 600 m); áreas de agricultura seca, tabuleiros costeiros e pré-Amazônia maranhense. Mas, embora a população mais carente se concentrasse nas áreas secas, em 1979, dos 39 PDRI elaborados, apenas cinco correspondiam às áreas secas, os demais correspondiam a vales e montanhas úmidos, por apresentarem as mais elevadas taxas de produtividade da região.

Em 1982, através da ação do PDRI-Nordeste, financiado pelo Banco Mundial, a CAR e a Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC em conjunto

¹⁵² BURSZTYN, op. cit. 2008, 149-150

¹⁵³ PERROUX, François *apud* BURSZTYN, op. cit. 2008, p. 150.

¹⁵⁴ ALCÂNTARA, op. cit. 2011, p. 143.

com o INTERBA – Instituto de Terras da Bahia, idealizaram um Projeto Piloto para o estudo da situação fundiária na Região Nordeste da Bahia. Uma das principais preocupações do Banco Mundial e dos órgãos governamentais era com a garantia ou segurança dos títulos de propriedade (individuais), segurança necessária para a realização de qualquer negócio no mercado de terras e para incorporar os pequenos produtores e trabalhadores sem-terra na lógica produtiva de mercado.

A CAR, o INTERBA e o Banco Mundial, elaboraram o documento “Planejamento e Informações no Projeto de Titulação de Terra”, em que foram listados pontos que indicam para o novo patamar de intervenção na questão fundiária. Pontos que mais parecem uma espécie de cartilha do Banco Mundial a ser implantada pelos referidos órgãos. Eles expressam, uma nítida preocupação desse Banco – com a grande conivência do governo baiano¹⁵⁵ – em criar as condições necessárias para dar segurança aos títulos e para sutilmente dispor das terras públicas no mercado de terras:

Definir critérios e fontes de informação a serem usados na escolha das áreas a serem discriminadas e tituladas; discutir com os produtores as áreas a serem discriminadas como também, esclarecê-los acerca deste processo; definir papéis a serem desempenhados pelas outras instituições (Ematerba, Car, Prefeituras, Sindicatos, etc.); especificar cada uma das atividades que fazem parte do processo discriminatório, definindo os métodos e parâmetros a serem usados, decidindo onde cada atividade deve ser feita [...] e as formas de comunicação a serem usadas”; preparar um programa e cronograma de atividades administrativas e técnicas (processo piloto, discriminação, medição das áreas, emissão de títulos etc.) [...]; especificar os critérios a serem usados para reaver e redistribuir as terras do Estado e os preços que serão cobrados pelos títulos; definir requisitos para qualificação de pessoal, considerando a hipótese da concentração de firmas particulares, se necessário, para desenvolver os trabalhos topográficos nos processos discriminatórios; definir o tipo de apoio administrativo necessário para titulação incluindo o acesso ao computador e o envolvimento de pessoal técnico a nível central; implantar coordenadorias regionais objetivando descentralização das atividades técnico administrativas do órgão etc.¹⁵⁶.

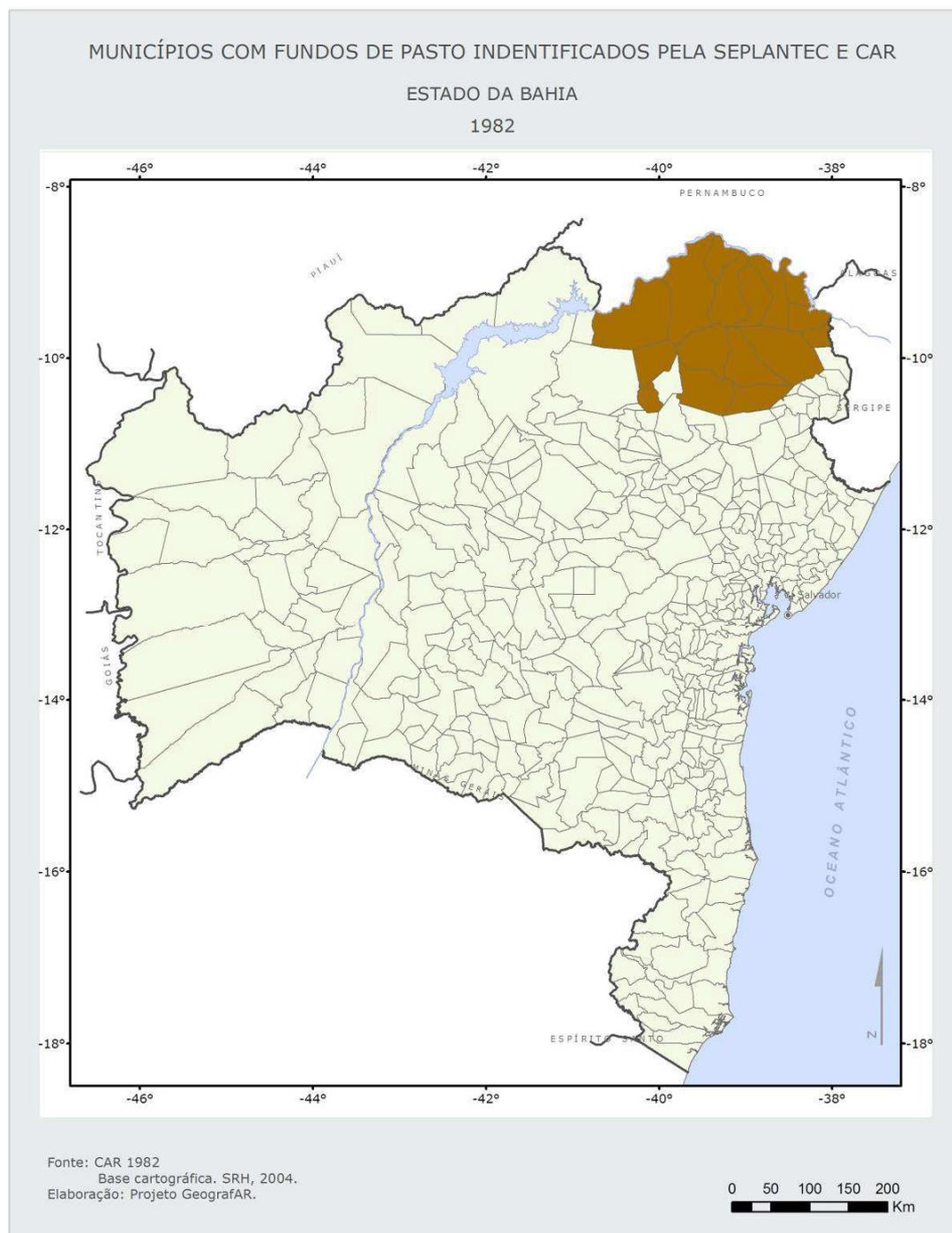
O estudo realizado em 1982, deparou-se com a realidade da utilização coletiva de áreas abertas para o pastoreio em terras devolutas: o *fundo de pasto*, contrariando a ideia inicial de concessão de títulos individuais. Os relatórios produzidos pela equipe responsável apontavam para a importância dessas áreas como garantia de sobrevivência em uma região pobre e chamavam atenção para a tendência a extinção em função do

¹⁵⁵ Antônio Carlos Magalhães era o governador baiano na época do projeto

¹⁵⁶ REIS, op. cit. 2010, p. 107.

cercamento com fins especulativos. Nesse período foram identificadas áreas de fundo de pasto em poucos municípios baianos, conforme o mapa a seguir:

MAPA 03 – MUNICÍPIOS DE FUNDO DE PASTO IDENTIFICADOS PELA SEPLANTEC E CAR - 1982



Esse estudo deu origem ao Projeto Fundo de Pasto, que teve desde sua gênese, a participação de Francisco de Assis Borges Ribeiro, popularmente conhecido como “De

Assis”. De Assis, filho de Jeronimo Ribeiro, importante político uauaense entra para o serviço público e passa a trabalhar no escritório do INTERBA em Uauá na década de 1980. Por ter de gerenciar os diferentes conflitos que eram postos sobre sua mesa, ele iniciou um processo de articulação com as comunidades atingidas pela grilagem. De acordo com seu pai,

O fundo de pasto é aquela área pra utilizar, para o pastoreio de caprinos e ovinos, sendo pra cultura do bode que persiste aqui, então foi rendendo a população, foi de De Assis, a iniciativa de defender o fundo de pasto, fazer a denominação, o fundo de pasto estava sendo devastado, agredido. De Assis passou a ser chamado, os atritos, as lutas internas, que havia entre as famílias foi desaparecendo e o fundo de pasto ganhou essa expansão toda. De Assis fazia aquilo por espírito de amor, ele era catingueiro¹⁵⁷.

Em busca de solução para a questão dos conflitos que ocorriam, De Assis apresentou ao responsável pela coordenação das ações implementadas pelo PDRI, Paulo Cunha, a necessidade de se pensar outro modelo de regularização fundiária bem como ação discriminatória visto que estavam diante de algo diferenciado. Paulo Cunha solicitou a De Assis que elaborasse um relatório sobre as áreas de Fundo de Pasto conhecidas e o apresentou aos consultores do Banco Mundial. O documento foi encaminhado à consultoria do Banco e, depois de uma resistência inicial (o Banco estava mais interessado em sua proposta do levantamento aerofotogramétrico e subsequente distribuição de terras) obteve a aprovação e alocação dos recursos específicos¹⁵⁸.

Para que o projeto fosse de fato iniciado a equipe da CAR e o INTERBA responsáveis pela questão da regularização fundiária, realizam discussões com as comunidades de *fundo de pasto* de diversos municípios e as pressões destas para a regularização de fato acontecesse fizeram com que fosse incluído no documento citado anteriormente (“Planejamento e Informações no Projeto de Titulação de Terra”), estudos para titulação das pastagens comuns. Fruto da resistência das comunidades foram incluídos os seguintes itens: rever a legislação estadual e federal relacionada à titulação de terras, identificar fatores socioeconômicos que afetam a escolha de sistemas de titulação para terras comunais (grau de parentesco, tipos de sistemas de produção, variações nas quantidades de terra e água, etc.), fazer propostas de formas alternativas de

¹⁵⁷ Entrevista realizada com o Sr. Jeronimo Ribeiro, pai de De Assis, em sua residência em Uauá em 20 de outubro de 2012.

¹⁵⁸ ALCANTARA, op. cit. 2011, p. 153-154.

titulação, que possam ser adotadas para uma dada área, junto com a indicação da solução mais aceitável, para os diferentes tipos de comunidades identificadas;descrever a extensão e procedimentos de consultas que seriam realizados sobre o projeto, com comunidades (líderes e outros membros da comunidade) para garantir os títulos comunais nas formas propostas, incluindo, no processo, envolvimento de outras instituições –sindicatos, prefeituras, Igrejas¹⁵⁹.

No entanto, somente em 1985, no âmbito do Projeto Nordeste é que o Projeto Fundo de Pasto foi colocado em prática, pois as ações do POLONORDESTE não contemplaram de fato modificações na estrutura agrária, na realidade, as realizações do programa privilegiaram as obras de infraestrutura, que valorizaram ainda mais as terras, tornando sua aquisição cada vez mais cara, o que proporcionou que aqueles que possuíam mais terras, se tornassem os maiores beneficiados pela elevação do seu preço. Mais uma vez os principais beneficiários foram os médios e grandes proprietários. O restante da população, de baixa renda, foi favorecida apenas marginalmente, pela extensão de investimentos nas áreas de saúde, educação e saneamento básico¹⁶⁰.

2.2.4 Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida - Projeto Sertanejo

O declínio do “milagre econômico”¹⁶¹, em meados da década de 1970, agravou ainda mais o excedente de mão-de-obra não-qualificada nas metrópoles das grandes cidades; no campo a ineficácia das políticas desenvolvimentistas, contribuía para que o êxodo rural se intensificasse cada vez mais. O desemprego crescia de forma incontrolável e esse cenário criava riscos de tensões sociais no campo e na cidade. Essa

¹⁵⁹ REIS, op. cit. 2010, p. 112.

¹⁶⁰ CARVALHO, op. cit. 2001, p. 62.

¹⁶¹ Essa denominação refere-se ao período da ditadura militar, presidido pelo governo Médici (1969-1974), em que o Brasil registrou os maiores índices de desenvolvimento e crescimento econômico. Entre 1969 e 1973, a economia brasileira registrou taxas de crescimento que variavam entre 7 e 13 por cento ao ano. O setor industrial se expandia e as exportações agrícolas aumentaram significativamente gerando milhões de novos postos de trabalho. A oferta de emprego aumentou de tal modo que os setores industriais mais dinâmicos concorriam na contratação de trabalhadores assalariados. Nesse período a repressão e a tortura foram intensificadas. O crescimento econômico começou a diminuir a partir de 1974 provocado pelo elevado aumento do petróleo no mercado mundial, o que afetou diretamente o Brasil. A capacidade de geração de divisas tornou-se insuficiente para sustentar o ritmo do crescimento. No final dessa década, a inflação chegou a 94,7% ao ano; em 1980 já era de aproximadamente 110%. A crise intensificou o desemprego e agravou as péssimas condições sociais já vividas por milhões de brasileiros. CANCIAN, Renato. **Governo Médici (1969-1974): “milagre econômico e a tortura oficial”**. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-medici-1969-1974-milagre-economico-e-a-tortura-oficial.htm>. Acesso em: 03 de mar. de 2014, pp. 01-02.

situação levou o governo a adotar políticas que buscavam “fixar o homem à terra”, criando condições que assegurassem a sua sobrevivência. A fórmula adotada mais uma vez para consolidação dessas políticas foi à modernização da produção agrícola e da pecuária utilizando instrumentos já conhecidos: sistema de crédito, apoio ao cooperativismo e obras de infraestrutura contra as secas, além do incentivo as exportações. Esse incentivo resultou na criação de espaços agroindustriais subsidiados pelo Estado, através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) em Bom Jesus da Lapa e Juazeiro da Bahia. Além da implantação de infraestrutura, o Estado facilitou aquisição de propriedade por meio de subsídios. Os financiamentos rurais faziam parte da nova postura do Governo Federal em direção a um paternalista ativo. Foi nesta lógica que foi criado o Projeto Sertanejo.

Esse projeto foi criado em 20 de agosto de 1976, com o objetivo básico de tornar a economia da região semiárida¹⁶² mais resistente aos efeitos das secas, enfatizando a associação entre agricultura irrigada e agricultura seca. Para alcançar esse objetivo, outros cinco objetivos se faziam necessários: estabilização da produção agrícola; estabilização do emprego e da renda nas pequenas e médias unidades de produção; expansão dos serviços de apoio ao desenvolvimento agrícola; reestruturação fundiária, das unidades de produção agrícola e, intensificação do processo de desenvolvimento agrícola das unidades de produção.

Estabelecia estreita articulação com o POLONORDESTE, suas ações deveriam ser executadas com base nos núcleos de prestação de serviços dos projetos de irrigação coordenados pelo DNOCS ou das áreas dos PDRI's, beneficiando propriedades situadas dentro de um raio de 30 km desses polos de atuação . O programa tinha quatro categorias de beneficiários: I - trabalhadores agrícolas não-proprietários (meeiros, arrendatários, ocupantes etc.), II - pequenos proprietários, III - médios proprietários (até 500 ha) e IV - grandes proprietários (com mais de 500 ha). A participação dos grandes proprietários estava limitada a aceitação por parte destes de renunciar parte de suas terras para desapropriação ou para venda, através do crédito fundiário, aos não proprietários e aos pequenos proprietários. Dessa forma “estes pequenos produtores que

¹⁶²A necessidade de um programa específico para o semiárido já estava presente em estudos feito pela SUDENE desde 1974 e pelo GTDN. O estudo realizado pela SUDENE, denominado II Plano Nacional de Desenvolvimento – Programa de Ação do Governo para o Nordeste, 1975-1979, elaborado em 1974, apresentava essa demanda, bem como o documento produzido pelo GTDN, entre 1956-59, já apresentava o anseio de fortalecimento da economia do semiárido. PIMES, op. cit. 1981, p. 217.

praticavam o cultivo para o autoconsumo, poderiam assim atingir um nível de produção que lhes permitisse sua incorporação à economia de mercado”¹⁶³.

Uma válvula de escape encontrada pelos grandes proprietários para não renunciar as suas terras, foi à divisão formal de suas propriedades em parcelas inferiores a 500 ha, em nome de filhos ou parentes¹⁶⁴. Diante dessa “artimanha”, ao se enquadrarem na categoria III, tornaram-se alvo preferido do Projeto Sertanejo. No que se refere ao crédito, o Projeto trouxe vantagens melhores do que as oferecidas pelo SNCR, pois além de beneficiarem-se de crédito para aquisição de terras, os proprietários escolhidos podiam beneficiar-se com financiamentos para valorização hidro agrícola, investimentos em construção de cercas, construção de habitações e pagamentos de dívidas anteriores.

Para o *fundo de pasto* o Projeto Sertanejo trouxe consequências que acirraram ainda mais as disputas de terras, já ocorridas pela influência de outros programas creditícios desenvolvimentistas. Para Germani¹⁶⁵ programas como o Polonordeste e o Projeto Sertanejo foram capturados pelas elites locais utilizando-os em benefício próprio. Dessa forma, esses programas em suas distintas atuações estatais contribuíram mais para aumentar as diferenças socioeconômicas entre os grupos sociais na região que para diminuir as desigualdades existentes, e acabaram por dificultar o acesso a terra uma vez que as obras de infraestrutura implantadas contribuíram para a valorização e a cobiça das mesmas. Isso fica evidente com os dados estatísticos de atuação do Sertanejo, pois “embora os trabalhadores sem-terra e os pequenos proprietários representassem 95% dos agricultores a serem atingidos, o programa concentrou 80% dos benefícios para os médios e grandes proprietários”¹⁶⁶.

A infraestrutura e a acessibilidade motivaram a grilagem nas terras de uso comum em toda Bahia, nesse mesmo período muitas áreas sucumbiram devido ao enfraquecimento e à fragilidade de sua organização interna. Surgiram pretensos donos das terras ocupadas pelos pasteiros, esses “donos” se utilizavam da grilagem e do cercamento das terras apresentando escritura de propriedade¹⁶⁷. Até então prevalecia entre os moradores do *fundo de pasto* o mundo do valor das palavras, das tradições, o universo da “Lei do Costume” que vem “desde o começo do mundo”. A partir desse

¹⁶³ BURSZTYN, op. cit. 2008, p. 143

¹⁶⁴ BURSZTYN, op. cit. 2008, p. 143-144.

¹⁶⁵ GERMANI, GuiomarapudSANTOS e SANTOS, op. cit. 2010, p. 67.

¹⁶⁶ CARVALHO, op. cit. 2001, p. 63.

¹⁶⁷ A comunidade Lage das Aroeiras sofreu uma incursão direta da grilagem motivada e financiada pelo Projeto Sertanejo. Discussão que será realizada no capítulo 4.

momento conflituoso, perceberam que as palavras, fora do território de convívio do grupo social, tem menos valor do que os papéis escritos, estes tão raros entre eles¹⁶⁸.

No ano de 1979, foram identificados 51 casos de grilagem, atingindo 78.862 pessoas, com uma área em disputa de 16.449,52 ha. No ano seguinte, foram catalogados 20 casos, com 86.881,00ha de área em conflito, atingindo 10.500 pessoas. Deve-se ressaltar que apesar de haver um número menor de conflitos, a quantidade de terra grilada aumentou. Em dois anos os dados mostram a existência de 71 casos de conflitos, com 103.330,52ha de área em disputa, atingido 89.362 pessoas¹⁶⁹. A quantidade de conflitos indica também a resistência das comunidades que mesmo de forma ainda isolada na maioria dos casos, não se entregava aos ditames da grilagem, não se calava; resistia diante dos grileiros, diante dos projetos governamentais e, certamente, diante de membros das próprias comunidades que temiam por suas vidas.

Nesse cenário Angélica Reis¹⁷⁰, em sua dissertação sobre a regularização fundiária dos fundos de pasto, afirma que o Projeto Sertanejo, foi um dos que mais cruelmente impactaram as comunidades pasteiras. A supervalorização das terras na região atraiu a ganância dos “investidores” externos, estimulados pelas benesses trazidas àqueles que tivessem terra por meio desse Projeto. Já que para acessar os investimentos públicos (para entrar na disputa de uma agropecuária capitalista) o indivíduo tinha que possuir terra, estes, assim incentivados, procuram usurpar a terra dos pequenos produtores, cercando as áreas utilizadas comunitariamente para o pastoreio extensivo.

Denílson Alcântara¹⁷¹, analisa que o Projeto Sertanejo ampliou efetivamente as fronteiras do Polonordeste tanto em nível social, como da organização técnica e social da produção, mas, ao mesmo tempo, houve um assalariamento crescente da força de trabalho, a diminuição da produção de alimento para o auto-consumo, o aumento nos preços dos alimentos, o crescimento demográfico no sertão como um todo, e, por fim, o aumento das migrações temporárias e a concentração de uma população marginalizada nas favelas dos centros urbanos. É neste contexto que eclodiram os conflitos nas áreas de Fundo de Pasto.

O depoimento abaixo retrata bem as consequências da implantação desse Projeto naquele período:

¹⁶⁸ SANTOS e SANTOS, op. cit. 2010, p. 66-67.

¹⁶⁹ ALCÂNTARA, op. cit. 2011, p. 145.

¹⁷⁰ REIS, op. cit. 2010, p. 98-99.

¹⁷¹ ALCÂNTARA, op. cit. 2011, 142

Com o projeto Sertanejo a grilagem de terra foi oficializada literalmente, você tinha um investimento do governo na região e este investimento gerou corrida às terras e esta corrida fez com que muita gente comprasse uma pequena quantidade e cercasse uma quantidade maior e depois iam ao cartório regularizar a terra grilada do Fundo de Pasto através da Correção e retificação da quantidade de terra¹⁷².

As pressões resultantes da implantação do desenvolvimento do capital no campo manifestaram-se nos fundos de pastos de várias formas: possibilitam ao capital ganhar mobilidade e instalar-se em locais antes não permitidos, destruição da vegetação nativa, tanto na caatinga quanto no cerrado, reduzindo o pasto necessário para o criatório; a modernização do processo de plantio, fortalecendo a negação da pequena produção reafirmou o latifúndio, além de levar a empresa para o campo, disseminando a racionalidade capitalista enquanto verdade. Estes dois processos combinados resultaram em valorização do/no espaço passando o espaço a ser disputado por diferentes grupos sociais e por fim a presença do direito positivado que estabeleceu normas prejudiciais ao Fundo de Pasto, evidenciando-se dentre o conjunto de normas destaca-se a Lei do Pé Alto¹⁷³ ou Lei dos Quatro Fios (abordada no capítulo I ao tratar do contexto jurídico dos fundos de pasto).

A referida Lei que obrigava a construção de cercas com quatro fios em todas as áreas abertas, indo de encontro a toda utilização do fundo de pasto, foi criada em função da bovinização incentivada pelo Projeto Sertanejo. Enquanto o programa previu para 1979 a implementação de 63.000 ha para agricultura de sequeiro, a implantação de pastagens previam 350.000 ha¹⁷⁴.

A ação do Projeto Sertanejo envolveu, ao longo dos oito anos de execução, cerca de três mil funcionários, e, de acordo com Miranda¹⁷⁵ sua extinção intensificou, para a população rural, o descrédito na ação governamental, pois houve a instalação de equipes técnicas multidisciplinares, aquisição de equipamentos, instalação de escritórios técnicos, divulgação do Programa e, ao final, seus resultados foram pífios diante dos objetivos traçados, o que foi uma marca das políticas regionalizantes implantadas antes e durante o regime militar.

O final do Projeto Sertanejo, em 1984, coincidiu com o período do processo de mobilização nacional que vinha ocorrendo desde 1983 reunindo partidos, sindicatos e

¹⁷² Entrevista com o Sr. Adelson Matos Alves, *apud* ALCÂNTARA, 2011, op. cit. p. 142.

¹⁷³ ALCÂNTARA, op. cit. 2011, p. 143

¹⁷⁴ BURSZTYN, op. cit. 2008, p. 146.

¹⁷⁵ MIRANDA, Ricardo. Avaliação do Projeto Sertanejo. **Revista Econômica do Nordeste** - REN, Fortaleza, v. 21, n° 2, p. 193-224, abr./jun., 1990, p. 208-209.

vários setores da sociedade para o fim do regime militar. O movimento diretas já, como ficou conhecido, reuniu também a esperança de milhares de brasileiros do campo e da cidade que sonhavam com um país mais justo, onde a democracia reinasse e as desigualdades sociais tão gritantes nesse período fossem atenuadas e que demandas históricas como democratização do acesso à terra fossem atendidas. Com as comunidades de fundo de pasto não foi diferente, pois nesse período muitas delas já estavam mobilizadas e já resistiam as diversas pressões sofridas, mas conforme veremos a seguir, o sonho não se concretizou por completo.

3. Do pós-ditadura ao Parecer da PGE em 2007: mobilizações, reconhecimentos, retrocessos

Este capítulo traz um breve panorama a respeito da caminhada dos *fundos de pasto* baianos após o fim da ditadura que teve como destaque inicial o Projeto Fundo de Pasto, que possibilitou o início da inserção das necessidades das comunidades pasteiras na esfera governamental e posteriormente através do apoio de diversas entidades não governamentais, a inserção da forma comunitária de utilizar a terra pelos fundos e fechos de pasto na Constituição Baiana de 1989.

A década de 1990 por sua vez, foi marcada pela criação de entidades regionais representativas das comunidades, fortalecendo a luta pela defesa da terra que culminou com a criação da Articulação Estadual em 2000 e se consolidou como um movimento estadual com organicidade, visibilidade, articulação e identidade. Destaca-se também neste item do trabalho o reconhecimento do fundo e fecho de pasto como integrante nacional dos povos e comunidades tradicionais brasileiras, o que consolidou o modo de vida dessas comunidades como um bem a ser preservado pela Política Nacional dos Povos e Comunidade Tradicionais.

O capítulo trata ainda do parecer da Procuradoria Geral do Estado – PGE em 2007, que a partir de então questionou a nulidade dos títulos de domínio concedidos até então em nome das Associações Agropastoris representativas das comunidades e fez com que o movimento do fundo de pasto se deparasse nesse, cenário de mobilização e reconhecimento que o acompanhava no momento, com um cenário de insegurança e retrocesso.

3.1 – Do Projeto Nordeste a inserção nos povos e comunidades tradicionais brasileiras: reconhecimentos e mobilizações

Após quatorze anos do início dos programas desenvolvimentistas da Ditadura Militar o “tão desejoso e perseguido” desenvolvimento dos pequenos produtores rurais continuava distante e se configurava como desafio para a nascente democracia brasileira. Para dar conta dessa “necessidade”, o Projeto Nordeste criado pela Lei n. 91.178, de 1º de abril 1985, foi sancionado pelo então presidente, José Sarney. Este Projeto envolveu ações interministeriais coordenadas pelo Ministro do Interior e delegou à SUDENE a coordenação executiva dos trabalhos de implantação dos seus

programas. Por meio do Decreto n. 91.179, da mesma data da lei supracitada, foram definidas as estratégias de sua atuação por meio do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP). Foram sete as ações a serem realizadas por esse programa: ação fundiária, crédito rural, pesquisa, assistência técnica, extensão rural, recursos hídricos e apoio à comercialização de produtos agrícolas.

A meta referente à ação fundiária na Bahia deveria realizar a execução do processo de regularização fundiária, via ação discriminatória em 42 municípios da Microrregião Nordeste, em uma área de cerca de trinta e seis mil quilômetros quadrados, na qual estavam incluídos aproximadamente sessenta mil estabelecimentos agrícolas, a fim de oferecer títulos de propriedade acerca de cinquenta e cinco mil pessoas que ocupavam parcelas de terras até cinquenta hectares, tendo como órgão executor o INTERBA. Nos primeiros quatro anos o programa deveria cumprir a ação discriminatória em pelo menos duzentas mil hectares, a outorga de cinco mil títulos e a redistribuição de terras à ao menos, duzentos produtores¹⁷⁶.

Os recursos para execução do projeto eram oriundos do Governo Federal com recursos financeiros do BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. O BIRD propôs um levantamento aerofotogramétrico como técnica mais indicada, dada à extensão das terras em questão. A realidade encontrada mostrou aos técnicos que a posse da terra não era uniforme e seus problemas e litígios também eram diversificados. Surgiram questões que a fotografia aérea não era capaz de captar ou perceber a dimensão social e política. O projeto deparou-se com a singularidade do *fundo de pasto*, que nesse período já tinha adquirido uma dimensão política maior¹⁷⁷.

A resistência, que outrora se dava de forma isolada, começou a acontecer de forma organizada e articulada o que tornou visível as comunidades de Fundo e Fecho de Pasto na Bahia. Os elementos que possibilitaram tal visibilidade foram: a) o fim da ditadura militar que gerou um contexto animador de esperança de mudança na direção política do país; b) as organizações populares com uma nova forma de articulação a partir dos STR; c) a unificação com as organizações que no processo de ditadura assumiram a luta popular com as comunidades a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), a Associação de Advogados da Bahia (AATR), entre outras.

¹⁷⁶ GARCEZ, op. cit. 1987, p. 49-50.

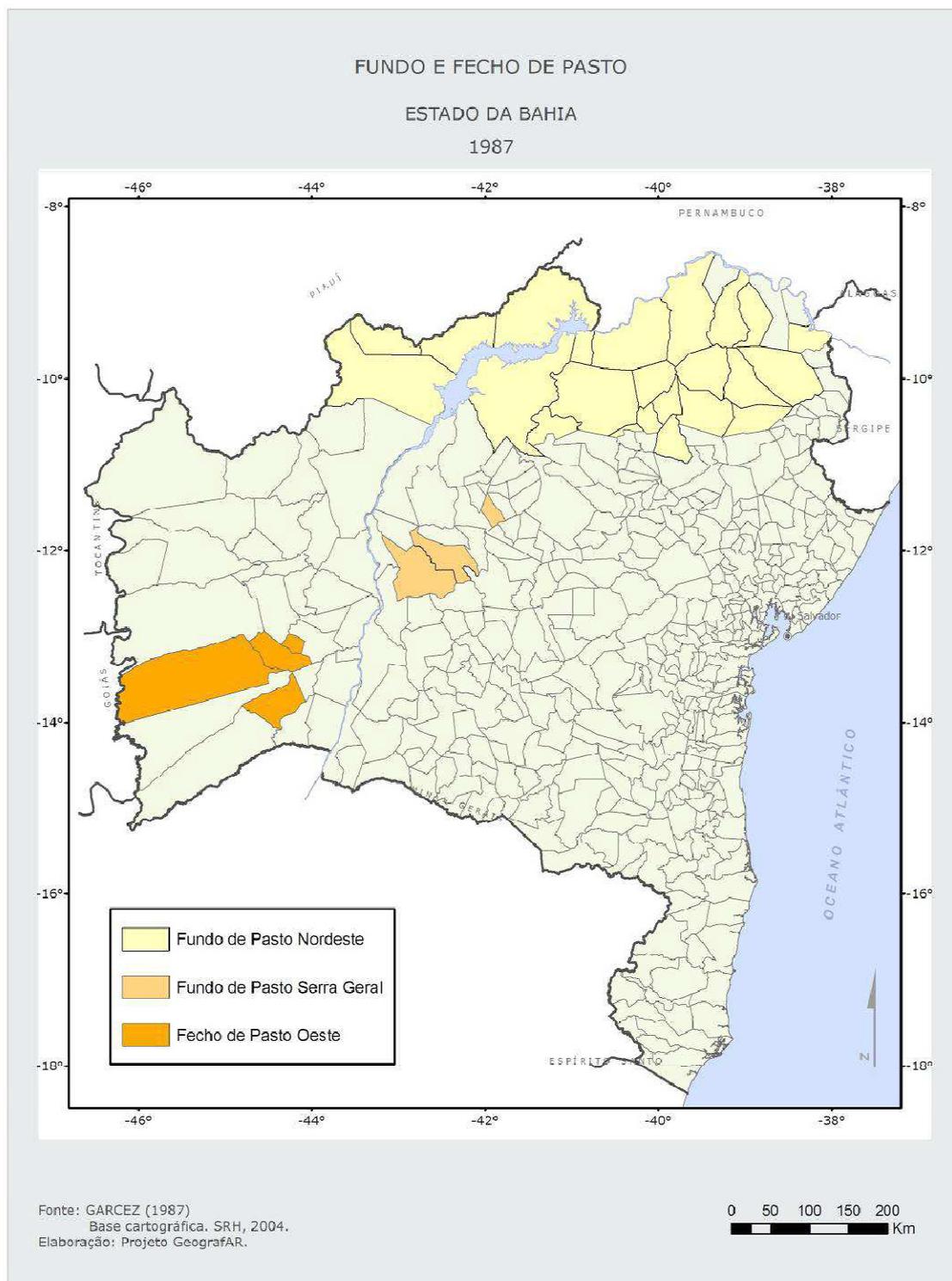
¹⁷⁷ Ibidem, p. 50-53.

É neste contexto que surge o Projeto Fundo de Pasto, gestado em 1982, com a participação de De Assis, mas que só foi iniciado de fato em 1985, como uma ação específica do Projeto Nordeste. Incluído finalmente nas políticas públicas do Estado, para os *fundos de pasto* iniciou-se um novo período de esperança nas comunidades para o reconhecimento jurídico e o reconhecimento do seu modo de vida.

Diante da dimensão do *fundo de pasto*, para dar mais flexibilidade às atividades e atender melhor às especificidades de cada região o projeto inicial foi subdividido em três subprojetos: Projeto Fundo de Pasto Nordeste – abrangendo os municípios de Abaré, Curaçá, Macururé, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Santa Brígida, Senhor do Bonfim, Chorrochó, Juazeiro, Rodelas, Monte Santo, Glória, Paulo Afonso e Jaguarari; Projeto Fundo de Pasto Serra Geral – Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas e Ibititá e Projeto Fechos de Pasto Oeste – Correntina, Coribe, Santa Maria da Vitória e Canápolis¹⁷⁸. Através do mapa a seguir é possível visualizar o crescimento da quantidade de áreas identificadas de 1982 (p. 75), para as que foram identificadas pelo Projeto Fundo de Pasto em 1987.

¹⁷⁸ SANTOS e SANTOS, op. cit. 2010, p. 71.

MAPA 04 – FUNDO E FECHO DE PASTO ESTADO DA BAHIA - 1987



A execução do projeto sofreu limitações de diversas ordens, dentre elas falta de recursos humanos e a insatisfação salarial dos funcionários e essas limitações se

refletiram em seus resultados. Ao final de três anos o projeto tinha cadastrado apenas 11% dos imóveis e realizado 22% das medições que o projeto se propôs¹⁷⁹.

O fato é que se o Projeto caminhou de maneira capenga enquanto houve financiamento do Banco Mundial, após o término deste a situação se agravou, tendo o Estado, com a sua falta de apoio, evidenciado o seu desinteresse pela regularização dos fundos de pastos. Vale ressaltar que a desarticulação e os conflitos entre os órgãos do governo (INCRA, INTERBA, Secretaria de Agricultura) são apontados como um dos principais motivos para a suspensão do financiamento do Banco Mundial. [...] O Projeto enfraquecido com a morte de De Assis, em 1987, foi interrompido com a mudança de governo, como amiúde ocorre com a maior parte dos projetos de gestões anteriores¹⁸⁰.

Diante do fracasso do Projeto Fundo Pasto e da continuidade do avanço dos grileiros, os trabalhadores procuraram instrumentos para a defesa travando uma intensa luta junto aos poderes públicos para que o direito de posse comunitária das terras fosse juridicamente reconhecido e estas pudessem ser medidas, demarcadas e tituladas, assegurando assim que a posse da terra garantisse a manutenção do seu trabalho e da sua produção econômica.

Após a realização de encontros, abaixo-assinados, ocupações de órgãos públicos, os trabalhadores das comunidades de fundo de pasto, apoiados por organizações, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR)¹⁸¹ e outras entidades, conseguiram a inclusão no Artigo 179 da Constituição Baiana de 1989¹⁸², Parágrafo

¹⁷⁹ TORRES, Paulo Rosa. **Terra e Territorialidade das Áreas de Fundo de Pastos no Semiárido baiano 1980-2011**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Católica do Salvador – UCSAL. 2011. 134 p. Salvador – BA, p. 60.

¹⁸⁰ REIS, op. cit., 2010, p. 138

¹⁸¹ A AATR foi criada em 1982, mas sua existência está diretamente ligada ao período da ditadura militar que provocou o acirramento das disputas pela terra na Bahia. nesse período houve o envolvimento de vários advogados com as causas populares e esse envolvimento culminou com a morte de dois deles Eugenio Lira, na região de Santa Maria da Vitória e Hélio Hilarião na região de Senhor do Bonfim no ano de 1977. Com o objetivo de enfrentar esse cenário de insegurança e ameaças sofridas, vários advogados populares fundam, em 21 de abril de 1982, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR). Inicialmente a Associação tinha um caráter de entidade de classe, voltada para a defesa dos interesses dos seus associados e realização de denúncias junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), às autoridades e à opinião pública. Mas, em pouco tempo, passou a entender que o apoio aos advogados implicava também no apoio à luta dos trabalhadores, concretizado na presença constante em suas mobilizações, prestando assistência jurídica em regiões de conflito e realizando cursos para esclarecimentos sobre a legislação e os encaminhamentos necessários para fazê-la valer. Atualmente a entidade atua no combate ao trabalho escravo, territórios negros, meio ambiente e recursos hídricos e assessoria aos movimentos sociais do campo, dentre eles os fundos e fechos de pasto baianos. Disponível em: <<http://www.aatr.org.br/site/aatr/index.asp#historia>>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

¹⁸² BAHIA, Constituição (1989). **Constituição do Estado da Bahia**. Salvador, BA, Câmara dos Deputados, 1989, p. 75.

Único, do reconhecimento por parte do estado da utilização da terra sob a forma comunitária:

Art. 178 – Sempre que o estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições.

Parágrafo Único - No caso de uso e cultivo coletivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade à associação legitimamente construída, especialmente nas áreas denominadas de Fundo de Pasto ou Fecho e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a transferência de domínio (grifos nossos)¹⁸³.

As ressalvas deixaram evidente que o estado tinha compromisso com as suas conveniências e não com as comunidades e apesar da utilização comunitária da terra ter se tornado Lei, o reconhecimento jurídico presente na Constituição Baiana não trouxe consigo a resolução dos problemas e as áreas de muitas comunidades continuaram em disputa sem ter suas terras regularizadas, mas mesmo assim foi um grande passo para consolidação do *fundo de pasto*, pois além de reforçar a luta, trouxe um maior número de comunidades para as mobilizações. O depoimento de Dra. Tatiana Gomes, advogada da CPT, contribui para esse entendimento:

No texto da Constituição Estadual os fundos e fechos de pasto foram lembrados, foram citados na nossa Constituição, aparentemente isso é bom, só que a forma como eles foram citados, como essas comunidades foram citadas com uma preocupação um pouco preconceituosa. Na cabeça dos deputados os trabalhadores rurais, especialmente os trabalhadores do fundo e fecho de pasto não saberiam o que fazer com a terra, eles dizem até que o trabalhador rural baiano não tem a mesma capacidade que o trabalhador rural europeu que veio pro sul do Brasil, e isso até fundamentou um pouco o texto da Constituição e com isso ficou lá expressado que as comunidades de fundo e fecho de pasto só teriam direito a terra na conveniência do estado, se o estado quisesse e não teriam direito a um título de propriedade. Teria direito a uma concessão que seria feita através de um contrato com o governo¹⁸⁴.

As mobilizações e as ações em conjunto com os movimentos sociais continuaram e em 1994 surgiu a Central de Associações de Fundo e Fecho de Pasto - CAFFP, com sede em Senhor do Bonfim, primeira entidade representativa das comunidades de fundo e fecho de pasto. A importância e a necessidade de criar as

¹⁸³Idem.

¹⁸⁴ Depoimento concedido durante a realização do V Festival Regional do Umbu, realizado em Uauá – BA, entre os dias 22 e 24 de Fevereiro de 2012.

centrais é evidenciada pelo depoimento de Valdivino Rodrigues, um dos líderes dos fundos de pasto:

As associações de fundo de Pasto começaram a amadurecer a ideia de construir uma entidade mais regional, que pudesse representá-las em Salvador, que levasse as reivindicações das associações por que cada lutava por si, por isso a necessidade da Central. Justamente pra que a luta das reivindicações fossem maior, melhor representada nos órgãos públicos em Salvador, se cada uma associação fosse sozinha, era uma força mas se todo mundo tivesse uma entidade para lutar junto, a força era muito maior, esse foi um dos objetivos de se criar as centrais¹⁸⁵.

A CPT de Senhor do Bonfim tinha um histórico de luta em defesa do fundo de pasto e o surgimento da Central é um dos frutos desse trabalho. O principal objetivo da entidade era articular as associações de fundo e fecho de pasto que na época lutavam isoladamente por pautas comuns, sendo a primeira e principal dessas pautas a regularização dos seus territórios. Atualmente a Central abrange os municípios de Pindobaçu, Jaguarari, Itiúba, Andorinha, Campo Formoso, Umburunas, Antônio Gonçalves e Monte Santo, com um total de 39 associações filiadas e tem como missão defender as comunidades que representa, promover a igualdade social, defender o meio ambiente através de políticas públicas sociais que mantenham o homem e a mulher no campo.

Lutamos por um Fundo de Pasto onde todos possam viver com dignidade e para que isso aconteça é importante que busquemos nos preocupar mais uns com os outros e buscar políticas públicas. A nossa organização é alimentada pela amizade, companheirismo e solidariedade, ou seja, que a gente não se esqueça do grande ensinamento de Cristo, amar o próximo como a nós mesmos¹⁸⁶.

Ainda na década de 1990 foi criada a Central das Associações dos Produtores de Caprinos e Ovinos - CEAPRI de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, que passou a atuar como uma Central de Fundo de Pasto abrangendo as áreas de Oliveira dos Brejinhos e de Buritirama, com o objetivo de lutar pela manutenção do “bode solto” e pela regularização das terras. A luta do “bode solto” evidenciava que a criação do bode era a única forma de subsistir as condições socioambientais da região. Assim

¹⁸⁵ Depoimento de Valdivino Rodrigues, morador da comunidade Lage das Aroeiras e além de ser uma das lideranças da comunidade, é membro da Articulação Estadual. A entrevista foi concedida em 10 de Fevereiro de 2014.

¹⁸⁶ Depoimento de Cosme da Silva, da equipe de Coordenação da Central de Associações de Fundo e Fecho de Pasto de Senhor do Bonfim, durante o V Festival do Umbu, na atividade Roda de Conversa sobre Fundo de Pasto e Regularização Fundiária, em 23 de Fevereiro de 2013.

como os fundos de pasto da região nordeste da Bahia, os de Oliveira dos Brejinhos e de Buritirama também sofreram com a grilagem e com a implantação das políticas desenvolvimentistas regionalizantes. Nessa região além da atuação da CPT, a FUNDIFRAN – Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco teve destaque na articulação das comunidades para manterem além do bode solto, a terra solta, pois representava a sua liberdade.

A FUNDIFRAN é uma entidade ligada a Diocese de Barra, criada em 1971. Os 26 municípios que compunham a Diocese, à época da fundação da entidade, eram dominados por uma oligarquia regional, materializada no coronelismo, no clientelismo e no mandonismo local. Embora as principais lideranças do regime militar (1964-1985) atacassem as práticas coronelísticas, as oligarquias regionais deram-lhe apoio, recebendo em troca sustentação, consubstanciada em políticas voltadas para o atendimento de suas demandas e interesses e para manutenção de sua clientela. Também continuaram a usar e abusar do uso da força contra os movimentos sociais/de trabalhadores ou contra quem quer que seja que questionasse seus poderes e práticas. Especialmente, no Médio São Francisco, tradicionalmente marcado pela violência e pelos desmandos dos coronéis, o cerceamento era sufocante. Foi nesse quadro que a Fundifran passou a atuar¹⁸⁷.

Na região de Juazeiro que tem cerca de 150 comunidades de fundo de pasto, não foi criada uma central, mas a organização das comunidades teve a CPT como força mobilizadora que junto com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais contribuiu efetivamente para a resistência das comunidades frente às incursões das grandes empresas e grandes proprietários de terras que, favorecidos pelos projetos desenvolvimentistas regionalizantes, promoveram desde a década de 1970 a grilagem em larga escala¹⁸⁸. A criação do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, em 1990, que assim como a FUNDIFRAN também surgiu sob a influência da Igreja Católica, reforçou a luta das comunidades e além da luta pela terra, incluiu em sua atuação a luta pela sustentabilidade hídrica das comunidades e a

¹⁸⁷ ESTRILA, Ely de Souza. **Ação coletiva no Alto-Médio São Francisco: o caso da Fundifran (1971-2003)**. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300847267_ARQUIVO_AcaocoletivanoAltoMedioSaoFranciscoElyEstrela.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2014, p. 04.

¹⁸⁸ CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – Bahia e Sergipe. **O trabalho da CPT da Diocese de Juazeiro nas áreas de Fundo de Pasto**. Informativo TERRA VIVA, Ano XI, n. 76, Nov. 2007, p. 03.

implantação de técnicas apropriadas para a produção e a convivência com o semiárido, sobretudo nos municípios de Uauá, Canudos e Curaçá.

Todo esse processo trouxe um intenso amadurecimento para as comunidades que adquiriram mais capital político, ganharam maior poder de resistência, organicidade regional e o fortalecimento de uma identidade construída historicamente a partir do cotidiano da luta pela terra que se constitui como uma identidade política marcada pelo sujeito histórico que alimenta e põe em evidência o sujeito de direito. Sujeito histórico que investido de poder por uma identidade cidadã que os une e passa a disputar com agentes externos a base da sua reprodução e reivindica o poder de decidir sobre a terra, enquanto meio de produção e de vida.

Mas só as organizações regionais não eram suficientes para travar os constantes embates com os poderes públicos e com esses agentes para garantir que essa reivindicação fosse atendida. Era preciso uma entidade que abarcasse todo o estado e possibilitasse maior poder de articulação. Diante dessa necessidade através da mobilização feita pela CPT¹⁸⁹ da Diocese de Senhor do Bonfim em conjunto com as Centrais Regionais, foi criada em 2000 a Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto da Bahia – AEFPPB. Em julho de 2001 foi realizado no Distrito de Carnaíba do Sertão em Juazeiro o primeiro encontro e a decisão mais importante foi de se juntar a outros movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, a Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados – CETA e Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB.

Entre 2001 e 2002 participaram de mobilizações em conjuntos com os outros movimentos, ocupações de órgãos públicos elaborando pautas em conjunto e buscando estabelecer avanços nas negociações com o governo. Além da experiência adquirida com os outros movimentos esse processo obteve visibilidade com a ida às ruas. Em 2003 durante a realização do movimento conhecido como “Abril Vermelho”, organizado pelo MST e por outros movimentos que lutam pela terra, realizaram uma ocupação na Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA¹⁹⁰ e iniciaram a

¹⁸⁹ A atuação da CPT junto às comunidades é destacada na tese de Cirlene Geane: “Merece destaque a atuação da CPT que tem acompanhado os grupos de fundos/fechos de pasto desde o início da década de 1970 principalmente, nos fundos de pasto regionalizados nas CPTs. Essa entidade foi, juntamente com as lideranças dos fundos de pasto a organizadora das organizações regionais e da estadual de representação desses camponeses. Nas CPTs de Senhor do Bonfim e Juazeiro as assessorias, representantes dessa entidade confundem-se com as lideranças dos fundos de pasto”.

¹⁹⁰ Órgão Estadual, integrante da estrutura da SEAGRI – Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia. A atuação da SEAGRI, bem como seus órgãos foram sofrendo modificações desde a sua criação em 1980, com a extinção de várias entidades, e a criação de outras, como por exemplo

construção de uma pauta com as diversas reivindicações do fundo e fecho de pasto. Após dias de ocupação conseguiram estabelecer junto a CDA um compromisso para a regularização de 28 (vinte e oito) áreas e o fim das taxas cobradas pelo processo de emissão de título de domínio acima de 100 hectares, que poderiam chegar a mais de três mil reais, visto que as comunidades que estavam conseguindo a titulação não tinham condições de pagar essas custas e os títulos ficavam engavetados por anos e anos. Durante a execução do Projeto Fundo de Pasto essas custas cartoriais eram pagas com recursos do Banco Mundial, após o fim do financiamento essas taxas teriam que ser pagas pelas comunidades. Esses foram avanços importantes, mas não suficientes¹⁹¹.

A pauta de reivindicações iniciada em 2003 foi concluída em 2004 e deu origem ao documento “O Fundo de Pasto que Queremos: Política Fundiária, Agrícola e Ambiental”. Este documento construído em conjunto com a CPT, a FUNDIFRAN, as Centrais e a Articulação de Juazeiro ampliou significativamente as bandeiras do movimento, pois estabeleceu todas as políticas públicas necessárias para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades e a regularização fundiária continuou como pauta principal, mas a necessidade de escolas, fornecimento de energia elétrica, estrutura hídrica familiar e comunitária também se consolidaram como imprescindíveis para a manutenção das famílias nas áreas de *fundo de pasto*.

A promoção de eventos como seminários estaduais, plenárias regionais, assembleias, ocupação de órgãos públicos levou o governo baiano a criar em 2004 na estrutura da CDA um Núcleo de Fundo de Pasto buscando dar uma resposta ao movimento que vinha crescendo como demanda política organizada a cada ano. O Núcleo foi criado com a função acompanhar, executar, julgar, avaliar e encaminhar ações de regularização, reconhecimento e viabilização das áreas de fundo e fecho de pasto. Mas os avanços foram tímidos e a lentidão continuou como marca principal do poder público junto às comunidades que tem mantida acesa a chama da resistência.

Estas comunidades têm costurado uma trajetória sociopolítica de defesa da vida individual e coletiva mobilizada em torno de lutas de resistência,

do Instituto de Terras da Bahia – INTERBA, que nos anos 1980, contribuiu para a demarcação das primeiras áreas tituladas de fundo de pasto e a criação de diversas Associações Agropastoris. Entre as diversas modificações, a CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário foi criada em 1999 e tem como missão promover e apoiar o desenvolvimento agrário sustentável do estado da Bahia, por meio de ações de regularização fundiária e reforma agrária. Disponível em: <http://www.cda.ba.gov.br/cda/historico.php>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

¹⁹¹ ALCÂNTARA, op. cit., 2011, p. 178-183.

definição auto reflexiva de projetos de vida, tendo em vista a realização dos anseios coletivos de efetivação de vasto leque de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais historicamente negados, como corolário de um direito à diferença e reivindicação de reconhecimento público, exigindo a construção de políticas públicas capazes de transcender às categorias jurídicas pré-estabelecidas, de modo a ajustar-se as singularidades verificadas nestas comunidades¹⁹².

Toda essa trajetória de luta e resistência das comunidades demonstra sua força, seu poder de defesa e de embates e sua crença em seu modo de vida e deixa evidente o descaso dos vários governos baianos ao longo de todos esses anos.

Desde que a fome pelas terras sertanejas se instaurou, passaram-se mais quarenta anos de inoperância generalizada e os poucos avanços conquistados são fruto da incansável luta que reúne milhares de homens e mulheres que tradicionalmente utilizam a terra como bem que é partilhado e preservado para as futuras gerações.

3.2 Fundo de pasto como comunidade tradicional: contexto e importância

A tradição está na constituição do fundo de pasto como elemento de coesão de sua intensa luta para continuar existindo, mas o seu reconhecimento como integrante dos povos e comunidades tradicionais brasileiras embora recente, está amparado em um histórico que retrocede aos anos 1980.

Com vistas a garantir a preservação e sobrevivência dos sistemas de vida dos povos indígenas e tribais e sua ativa e efetiva participação no planejamento e execução de projetos que lhes dissessem respeito, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, adotada em Genebra, em junho de 1989, se constitui no primeiro instrumento internacional que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. Aplica-se a povos em países independentes que são considerados indígenas pelo fato de seus habitantes descenderem de povos da mesma região geográfica que viviam no país na época da conquista ou no período da colonização e de conservarem suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas¹⁹³.

¹⁹² DIAMANTINO, op. cit., 2007, p. 45.

¹⁹³ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente a ação da OIT**. OIT, Brasília, 2011, p. 08.

A Convenção dedica uma especial atenção à relação dos povos indígenas e tribais com a terra ou território que ocupam ou utilizam de alguma forma, principalmente aos aspectos coletivos dessa relação. É nesse enfoque que reconhece o direito de posse e propriedade desses povos e preceitua medidas a serem tomadas para salvaguardar esses direitos, inclusive sobre terras que, como observado em determinados casos, não sejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais tenham, tradicionalmente, tido acesso para suas atividades e subsistência. A autoidentidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos, sujeitos da Convenção, ou seja, nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça¹⁹⁴.

No Brasil a Convenção 169 foi aprovada pelo Decreto Legislativo 143, de 20 de junho de 2002 e sancionada pelo Decreto 5051, de 19 de abril de 2004, explicitando o compromisso do governo com o cumprimento da mesma. Inicialmente a definição de povos tradicionais estava delimitada ao universo indígena e tribal, mas esta não se restringiu unicamente a este grupo. Considerando a utilização da terra ocupada tradicionalmente de modo coletivo e a autoidentidade como necessárias para o reconhecimento dos povos indígenas e tribais, a Convenção possibilitou que vários grupos fossem se identificando e assumindo o termo tradicional. A ocupação permanente de terras e seu uso caracterizam o sentido de “tradicional”.

Muitos grupos marginais e etnicamente distintos estão adotando cada vez mais o termo tradicional (*indigenous*) por causa dos direitos que creem associados ao direito às suas terras e territórios; para manter suas tradições culturais, religião, língua e práticas; para exercer suas leis consuetudinárias; para governar-se por suas próprias instituições; para controlar os próprios recursos; para autodeterminação e reconhecimento¹⁹⁵.

De acordo com Almeida, por seus desígnios peculiares, o acesso aos recursos naturais para o exercício de atividades produtivas, se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e

¹⁹⁴ Ibidem, p. 10.

¹⁹⁵ COLCHESTER, M. apud ALCÂNTARA, op. cit., 2011, p. 79.

solidariedade obtido face a antagonismos e em situações de extrema adversidade de conflito, que reforçam politicamente as redes de solidariedade¹⁹⁶.

Os conflitos violentos presentes em diversas regiões brasileiras pela posse das terras tradicionalmente ocupadas, fez com que os grupos se articulassem, ganhassem visibilidade; diante dessa realidade tornou-se necessário o estabelecimento de políticas públicas que atendessem as suas necessidades. Em fevereiro de 2007, o Decreto nº 6040 Instituiu a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, definindo como povos tradicionais grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; e Territórios tradicionais como os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

As ações da PNPCT adotaram como princípio o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade.

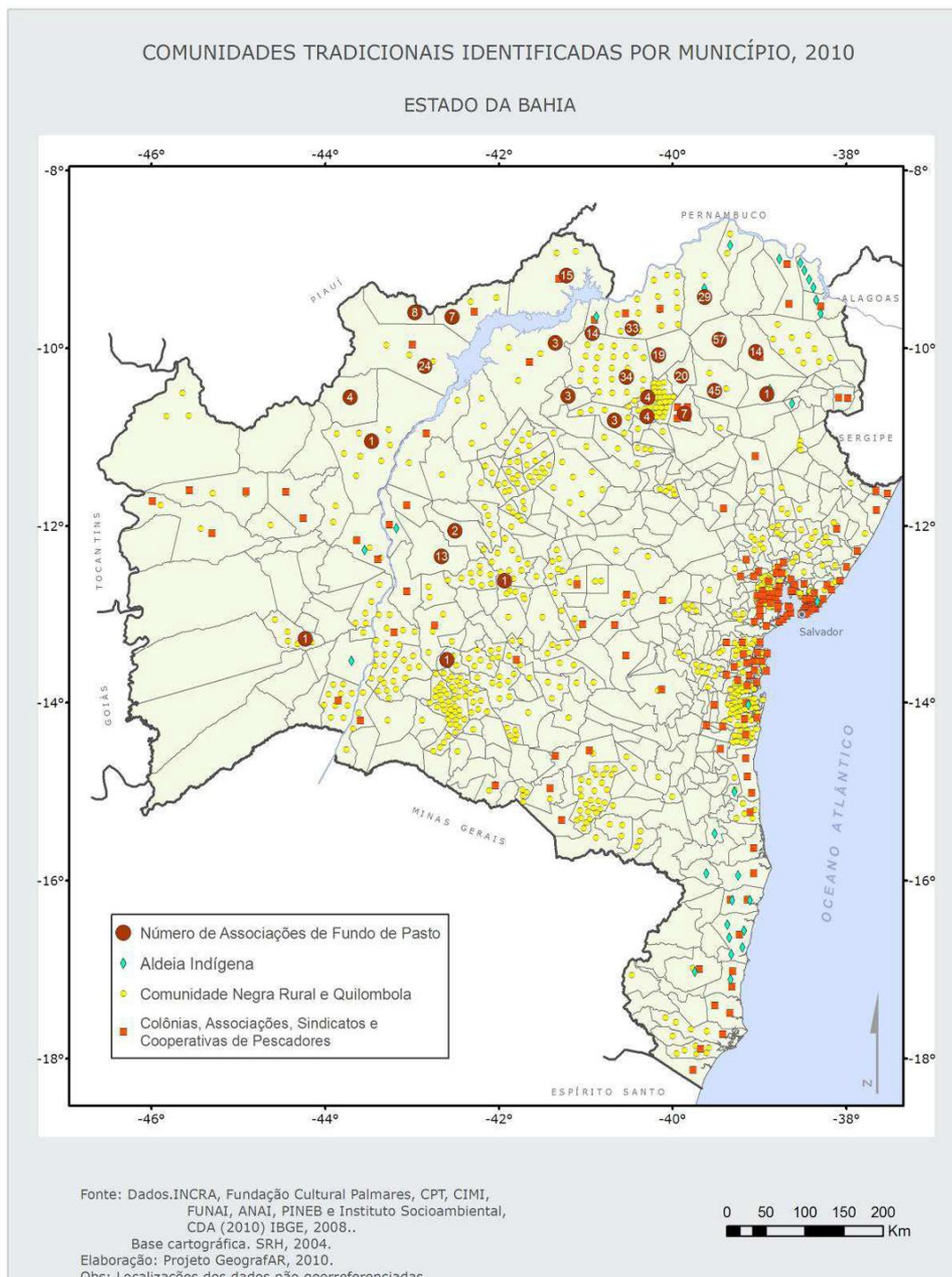
Um dos elementos primordiais no processo de reconhecimento das comunidades tradicionais é assumir a condição de diferente, passar de pessoas negadas a sujeito histórico, consciente da sua condição de índio, pescador, quilombola, quebradeira de coco, membro de uma comunidade de Fundo e Fecho de Pasto e reconhecer que a diferença se dá pelo modo como vive e como usa o seu território a fim de se reproduzir. Por fim, assumir um saber que não é gerado no mundo da academia nem nos polos industriais, um saber fruto da vida e passado pela tradição.

Na Bahia, destacam-se quatro grandes grupos de populações tradicionais: indígenas, quilombolas, fundo de pasto e pescadores (que inclui marisqueiras e ribeirinhos), ressalta-se que os *fundos de pasto* são a mais nova população tradicional

¹⁹⁶ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2. ed., Manaus: PGSCA – UFAM, 2008, p. 29.

do estado, não pelo tempo de sua configuração, mas pela sua autoidentificação¹⁹⁷. O mapa a seguir permite uma dimensão desses grupos no território baiano.

MAPA 05 – COMUNIDADES TRADICIONAIS IDENTIFICADAS POR MUNICÍPIO - 2010



¹⁹⁷ FERRARO, op. cit., 2010, p. 191.

A luta pelo o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais resultou na formação da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT) e o reconhecimento nacional proporcionou às comunidades de fundo de pasto uma das quinze vagas na Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A inserção dos *fundos de pasto* como comunidade tradicional trouxe passos importantes para sua luta, dentre deles o reconhecimento público nacional, a oportunidade de propor princípios e diretrizes para políticas governamentais vinculadas à temática do desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, bem como coordenar e acompanhar a implementação dessas políticas.

3.3 O parecer da PGE: insegurança e retrocesso

No mesmo ano do reconhecimento nacional dos *fundos de pasto* como comunidade tradicional, no âmbito estadual houve um grande retrocesso no que se refere à regularização fundiária das áreas, que sempre se constitui com sua principal reivindicação. Conforme discutido no item 3.1 deste trabalho, as comunidades conseguiram incluir o reconhecimento legal da posse comunitária na Constituição Estadual de 1989¹⁹⁸, no Artigo 178, Parágrafo Único.

No caso de uso e cultivo coletivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade à associação legitimamente construída, especialmente nas áreas denominadas de Fundo de Pasto ou Fecho e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a transferência de domínio.

No entanto, o texto constitucional vedava a transferência de domínio para os fundos de pasto e autorizava o contrato de concessão do uso, mas o governo continuou regularizando através da transferência de domínio. Com essa postura, o Estado ignorou o art. 178 e considerou os Artigos 174 (que estabelece o limite de 500 hectares para ocupação de particulares) e 177 (estabelece que a aquisição de terras acima de duas mil

¹⁹⁸BAHIA, 1989, op. cit. p. 75.

e quinhentas hectares só poderá ser feita com prévia autorização do órgão competente), para continuar transferindo o domínio.

Esses artigos tratam sobre a transferência de terras públicas para particulares, mas não falam sobre fundo de pasto. Por isso é que ao aplicá-los na regularização dessas áreas, em detrimento do instrumento específico para esse fim, o Estado baiano ignorou a identidade dos fundos de pasto, tratando-os como simples organizações civis. Além disso, o Estado continuou se respaldando, por meio de improviso, na Lei de Terras da Bahia, de 1972, que traz como empecilho a regularização das áreas acima de 500 hectares, vedando a alienação à mesma pessoa, física ou jurídica, de terras públicas acima desse limite. Para driblar essa limitação legal, o Estado considerou os fundos de pasto como um condomínio (isto é, como uma simples organização civil), de modo que cada condômino teria direito a uma fração ideal que, por sua vez, não deveria ultrapassar o limite de quinhentos hectares¹⁹⁹.

Para Reis²⁰⁰, o Estado continuou transferindo domínio porque existia, por um lado, uma pressão das próprias comunidades e lideranças nesse sentido e, por outro lado, porque ainda havia, mesmo com o término do financiamento do Projeto Fundo de Pasto, o incentivo do Banco Mundial para que a regularização desses territórios ocorresse dessa forma, isto é, por meio da privatização de terras públicas para particulares. Ressalta-se que o Banco Mundial tem procurado determinar a concepção de desenvolvimento e as políticas econômicas de países em desenvolvimento, como o Brasil, orientando e até mesmo obrigando esses países a comprometer parte de seus orçamentos com projetos que beneficiam especialmente o grande capital, promovendo a sua expansão. Essa política, que vem desde as décadas de 1970 e 1980, tem se refletido no campo brasileiro onde o Banco tem concentrado seus projetos, buscando privatizar o território por meio das regras de mercado. Aqui na Bahia, financiou nas referidas décadas inúmeros projetos com esse fim, dentre eles o Polonordeste e o Projeto Nordeste (discutidos no capítulo anterior).

A transferência dominial continuou acontecendo até 2006. Em 2007, através de um parecer da PGE (Procuradoria Geral do Estado) sobre uma área de Fundo de Pasto requerida pela Associação Comunitária e Agropastoril Fazenda Queimada dos Currais, em Jaguarari, com uma área de 1.715ha, a Procuradora Jussara Maria Salgado Lobo, no

¹⁹⁹ REIS, op. cit., 2010, p. 158-161.

²⁰⁰ Ibidem, p. 161.

parecer nº PA -79/2007, ao processo da CDA 211.401-1, no dia 11/06/2007, veda a transferência de domínio. No parecer à procuradora afirma:

Quanto às áreas de “Fundo de Pasto”, a concessão de direito real de uso será outorgada pelo Estado, quando entender conveniente, à associação legitimamente constituída e integrada pelos seus reais ocupantes. O que não pode - e isto é incontroverso, basta atentar para a norma expressa no texto da Constituição Baiana- é o Estado transferir a dominialidade destas áreas, seja pela alienação simples (área com até 500 hectares), Alienação Excepcional (área acima de 500 hectares) ou mediante doação²⁰¹.

O parecer da Dra. Jussara Lobo considerou apenas as conveniências e os interesses do Estado com relação à utilização das terras, excluindo completamente as comunidades de terem as suas necessidades atendidas. A PGE reafirma a questão do direito concessório, condicionado aos interesses do Estado e não a necessidade da comunidade, e exclui por inteiro a possibilidade de alienação.

Alcântara²⁰² chama atenção para o contexto em que esse parecer surgiu, para muitos pode ser considerado apenas como mais um momento no processo de regularização, mas se for analisado considerando os interesses do Programa Aceleração do Crescimento – PAC, do governo federal o parecer adquire outro cenário.

O PAC está pautado sobre seis pilares: geração de energia a fim de garantir a segurança do fornecimento de energia necessária ao crescimento econômico; habitação que busca melhoria das condições de habitação existente; melhoramento das cidades com ações de saneamento, mobilidade, para melhoria da vida urbana; ampliação dos serviços sociais e urbanos nos grandes municípios; ampliação do acesso à energia elétrica e a água; por fim, ampliação das redes logísticas do país possibilitando maior fluidez com a melhoria e interconexões da malha existente com construção e integração de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Ora, toda política pública é política espacial e esta, pela sua envergadura, se apresenta como uma política de impacto. A Bahia é o quarto estado brasileiro com o maior volume de investimento, com destaque para a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) para o programa de geração de energia que conta com ampliação das áreas destinadas ao biodiesel; instalação de 17 usinas termoelétricas a óleo; pequenas centrais hidroelétricas; linhas de transmissões e subestações. Esta ação do governo sobre o espaço não se dá desconectada da ação do capital, muito ao contrário, está em consonância, sendo acompanhada pelo deslocamento do capital que exigem melhores condições de ação e mobilidade física, mas também jurídica. Juntamente com as obras do PAC há uma série de medidas tomadas a fim de tornar mais rápida a realização do capital²⁰³.

Um evento realizado em setembro de 2009, entre a PGE, a CDA e a Articulação Estadual reforçou a intencionalidade de dificultar a legalização das áreas. Nessa ocasião

²⁰¹ ALCANTARA, op. cit., 2010, p. 197.

²⁰² Ibidem, p. 197-198.

²⁰³ Idem.

as comunidades apresentaram uma proposta para o contrato de concessão de uso com prazo indeterminado e que esse processo seja gratuito, além disso, para preservar a existência do modo de vida do *fundo de pasto*, caso haja a extinção de uma comunidade a área deverá ser concedida para outra comunidade sem diminuir a área anteriormente utilizada. A Procuradoria rejeitou todas as propostas e reafirmou que a concessão só será feita se o Estado julgar conveniente, ao invés de prazo indeterminado, propuseram que este seja de 20 a no máximo 30 anos e além disso, o Estado poderá efetuar fiscalização na comunidade sem comunicado prévio e sem deixar evidente a finalidade da visita. Valdivino Rodrigues, uma das lideranças da comunidade Lage das Aroeiras e da Articulação Estadual dos Fundos de Pasto da Bahia e representante dos fundos de pasto na Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, fez uma avaliação do que essa proposta representa para as comunidades:

O estado, propôs através da CDA, com as associações, com a articulação um modelo de contrato que já era um modelo apresentado pela procuradoria geral do estado, um modelo de contrato de concessão de direito real de uso, que quando nós, a articulação viu o modelo de contrato a gente disse não, isso não é possível, não reconhece o modo de vida tradicional dessas comunidades não garante, o direito a essas comunidades, até porque o prazo é muito curto, a PGE propõe um prazo de 20 anos, pro contrato valer, vinte anos, o meu filho já tem 23, se nós tivéssemos firmado o contrato em 90, ele já teria mais de 20 anos e o meu filho nem viveu direito ainda, aí nós propomos um outro contrato, e quando nós propomos pra CDA e pro governo que a CDA pegou e mandou pro governo, a PGE só foi rascunhar e dizer não, não e não, e aí o impasse foi criado e até agora o processo continua na CDA entupido lá nas caixas, aquelas caixas de papelão lá na CDA, são mais de cem processos porque depois tiveram outros processos de regularização de outras comunidades e até agora não conseguimos um consenso, nem o estado do lado de lá nem a gente do lado de cá, e aí as coisas continuam muito mais difíceis, porque muito mais difíceis, porque diante dessa situação as comunidades não tem garantia real nenhuma segundo o estado, e a gente percebe isso, a fragilidade do ponto de vista do direito, da regularização enquanto isso os fechos de pasto lá no oeste estão sendo sufocados pelo avanço do agronegócio é o eucalipto é a soja enfim, chegando e sufocando as comunidades, é os empreendimentos públicos na áreas de energia renovável chamada energia eólica na região de Caetitê, Oliveira dos Brejinhos, aquela região e chegando aqui pertinho, Sobradinho, Casa Nova sabe, é também outros empreendimentos ligado a mineração pressionando as comunidades sufocando essas comunidades e recorre ao estado, mas o estado tem também a desculpa de dizer, nós não temos legislação, nós não temos marco nenhum que garanta a gente regularizar as terras do fundo de pasto²⁰⁴.

Essa indefinição jurídica coloca as comunidades a mercê de todos esses agentes que se materializam através da grilagem, das empresas mineradoras, dos que promovem

²⁰⁴ Depoimento concedido durante o V Festival do Umbu, na atividade Roda de Conversa sobre Fundo de Pasto e Regularização Fundiária, em 23 de Fevereiro de 2013.

a energia “limpa”, dos que expulsam para construir grandes barragens e enquanto isso o Estado diz que não pode se comprometer, que não tem legislação. João Régis, coordenador da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais – AATR, que é uma das entidades que apoia a luta dos fundos de pasto desde a década de 1980, destaca que

Existe já uma preocupação com essa demora, porque corre o risco de quando tiver o marco legal, quando as coisas forem organizadas pra proceder à regularização não existir mais tantas associações ou áreas de fundo de pasto e elas estão sofrendo uma pressão muito grande²⁰⁵.

Essa preocupação levantada por João Régis também faz parte das preocupações de Paulo Torres, um dos fundadores da AATR, advogado, professor da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), que tem um histórico de luta junto ao *fundo de pasto* e também um estudioso da temática. Com uma dissertação sobre a Tradição e a Territorialidade dos Fundos de Pasto, que tem sido utilizada ao longo deste trabalho, permite perceber através da sua longa experiência, a situação vivida pelas comunidades nesse contexto da regularização.

Lamentavelmente, uma coisa que nós chamamos de sistema legal não acompanha a dinâmica, o processo social, não acompanha o desenvolvimento da sociedade. Nós temos uma Lei de Terras que é de 1972, nós temos uma Constituição Estadual que é de 1989, quanta coisa mudou entre 1989 e 2012, quanto de avanço aconteceu na organização das comunidades, na participação e no progresso econômico das comunidades, no processo de organização dessas comunidades. Vejam que situação estranha a gente vive, nos últimos vinte e dois anos as comunidades avançam, crescem, se organizam, se transformam em associações, se transformam em cooperativas, se transformam em centrais, mas a legislação é a mesma de vinte e dois anos atrás. A gente não perder de vista a necessidade de intervenção sobre essa legislação, porque ela é um impedimento para se promover a própria regularização dessas comunidades. Eu queria dizer também que quando se fala em regularização, tá se falando também da perspectiva do estado, quando ele tá falando em regularizar, tá falando que aquela terra é devoluta, que aquelas pessoas não têm a propriedade da terra, aquelas pessoas tem a posse ameaçada e é preciso então criar mecanismos que garantam a permanência dessas pessoas. A regularização fundiária vai garantir não apenas a posse, mas a posse com permanência na terra e em condições de produzir ou em condições de morar, para que aquela pessoa possa alcançar uma coisa que tá lá na Constituição que é a dignidade da pessoa humana. Em suma quando nós que lutamos pela regularização fundiária, nos estamos falando nessa possibilidade, que a regularização fundiária seja um passo a mais para a garantia de permanência na terra e para alcançar a dignidade da pessoa humana, porque toda pessoa tem direito a um pedaço de terra, a condições de trabalho e a condições de habitação, então todas as pessoas, tanto no plano

²⁰⁵ Depoimento de João Régis concedido durante o V Festival do Umbu, na atividade Roda de Conversa sobre Fundo de Pasto e Regularização Fundiária, entre os dias 23 e 25 de Fevereiro de 2013, em Uauá - BA.

urbano, como no plano rural, precisam ter segurança de habitar, de trabalhar, de progredir e se realizar como pessoa humana²⁰⁶.

Conforme evidenciado por Torres, a regularização é vital para que as pessoas tenham condições de produzir, de morar, de viver da terra e somente mostrando seu poder de articulação política é que será possível fazer com que a legislação que vem se mantendo intacta por anos e anos possa atender a realidade do presente, para garantir o futuro.

3.4 Ameaças enfrentados pelas comunidades de Fundo de Pasto na atualidade

A partir dos trabalhos de Ferraro,²⁰⁷ bem como de outros pesquisadores da temática e de documentos produzidos pela Comissão Pastoral da Terra e outras entidades, serão abordados os conflitos e as ameaças enfrentados pelas diversas comunidades de *fundo de pasto* na atualidade. Ressalta-se que os fechos de pasto²⁰⁸, comunidades que tem no uso de terras comuns a base de suas organizações, presentes no Oeste do estado, também são alvo de diversos ataques, porém estes não serão abordados aqui por não fazerem parte deste estudo.

3.4.1 Grilagem

Embora a ordem aqui colocada para discussão dos conflitos e ameaças não defina sua importância ou gravidade, acredito que a grilagem é a que atinge a maioria das comunidades, pois há relatos dessa forma de expropriação da terra em vários municípios e em várias épocas diferentes, conforme os trabalhos²⁰⁹ estudados sobre a temática.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ FERRARO, op. cit, 2008, p. 132-142.

²⁰⁸ As Comunidades de Fecho de Pasto estão localizadas em regiões mais úmidas, com vegetação nativa mais densa e com presença marcante de água GERMANI, Guiomar I. A Pequena Propriedade e o Meio Ambiente no Médio São Francisco. In: MEDEIROS, R. M. V e FALCADE, (Org.). **Tradição Versus Tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 138.

²⁰⁹ Garcez (1987), Cotrim (1991), Ehle (1997), Dias (2006), Diamantino (2007), Ferraro (2008) e Camarote (2010).

Entre as décadas de 1980 e 1990 os conflitos violentos entre grileiros e trabalhadores foram bem mais intensos, sobretudo nos municípios de Monte Santo, Senhor do Bonfim, Juazeiro, Euclides da Cunha. Em 1986, foram encontrados pelos integrantes do Projeto Fundo de Pasto (Capítulo II, item 2.3), 80 conflitos ativos na região semiárida do Nordeste da Bahia, desse total, 32 estavam ocorrendo em Uauá. A principal causa desses conflitos era a grilagem com a adulteração de documentos, aliada à violência através da utilização de várias formas de intimidação, dentre estas, a contratação de jagunços armados para atemorizar os trabalhadores²¹⁰.

O ano de 1987 também trouxe como marca principal dos conflitos a ação dos grileiros em Uauá com atritos em 80% das 72 áreas de *fundo de pasto*. Já entre 1995 e 2005, de acordo com a Articulação Estadual, houve uma diminuição nesse tipo de embate, embora ainda esteja presente em muitas localidades. Segundo Ferraro²¹¹, atualmente existem várias formas de litígio: o modo mais comum de litígio relatado é o que ocorre quando da compra de pequenas áreas do *fundo de pasto*, (ou seu entorno), seguida da ação de *variantar*²¹², áreas bem maiores; o pedido de retificação de escritura²¹³ também acontece como estratégia de grilar as terras; utilização de escrituras falsas; entre outras estratégias.

A disputa ocorrida na região de Areia Grande, que inclui as comunidades de Melancia, Jurema, Salina Branca e Riacho Grande no município de Casa Nova é um caso de grilagem que se arrasta desde 1979, envolvendo aproximadamente duas mil pessoas e quarenta mil hectares de terra. O conflito iniciou com a “compra de títulos de posses” das terras utilizadas pelas comunidades para o livre pastoreio, passados a Empresa Camaragibe S.A. por políticos e membros das oligarquias regionais que possuíam influência sobre os cartórios locais. A empresa contraiu altos financiamentos junto ao Banco do Brasil para produção de álcool a partir da mandioca²¹⁴, a injeção de capital para esses empreendimentos no Sertão do Rio São Francisco aqueceu o mercado

²¹⁰TORRES, op. cit., 2011, p. 103.

²¹¹FERRARO, op. cit., 2008, p. 133-134.

²¹²Abrir picadas, pequenas estradas que servem para definir os limites de uma propriedade.

²¹³A comunidade de Monte Alegre é vítima desse processo, pois foi solicitado por um grileiro, parente mais velho, que se tornou fazendeiro, se apropriou do formal de partilha e faz uso deste para uma retificação de 130 hectares para 1.200.

²¹⁴Essa tentativa de produzir álcool a partir da mandioca ficou nacionalmente conhecido como o “escândalo da mandioca”, no qual a Empresa Camaragibe S.A. foi uma das envolvidas, assim como latifundiários nordestinos, que forjavam perdas de safras para não quitar os empréstimos e continuar a receber os incentivos ligados ao Pró-álcool, durante o regime militar. DIAMANTIDO, Pedro e MAGALHÃES FILHO, Paulo A. **Grilagem de terras ameaça fundos de pasto na Bahia**. 2008. Disponível em <<http://pambazuca.org/pt/category/comment/52758>>. Acesso em: 10 de jul. de 2013, p. 02.

de terras e promoveu a expulsão de muitas famílias, além de causar muitos danos ambientais, com a destruição de muitas áreas de catinga para abrigar os plantios. A empresa faliu há cerca de 20 anos e deixou uma dívida estimada em R\$ 40 milhões com o Banco do Brasil²¹⁵.

Diante da falência da empresa, as comunidades viveram um período de certa tranquilidade, porém em 2004, os empresários Alberto Martins Pires Matos e Carlos Nisan Lima e Silva “compraram” a dívida junto ao Banco do Brasil por R\$ 639 mil. Eles reivindicam a propriedade da terra na justiça. As comunidades resistiram e sofreram várias invasões violentas, como a ocorrida em 2008, quando o juiz Eduardo Padilha emitiu sentença em favor dos empresários. Durante o cumprimento do mandado de reintegração da posse, com a presença da Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia da Caatinga, estas tentaram tirar a força as famílias da área.

Em fevereiro de 2009, foi assassinado uma das lideranças da comunidade – José Campos Braga, que na invasão de 2008 teve sua casa destruída, porém decidiu permanecer na área e lutar pelo lugar que nasceu e onde desejava viver. Zé do Antero, como era conhecido, deixou dez filhos. A opção em continuar na comunidade mesmo tendo sua casa destruída dá a dimensão do sentimento de pertença a terra nutrido pelos moradores do *fundo de pasto*, Zé morreu em nome do amor que sentia pelo seu lugar, sua terra, sua gente. Tinha tanta certeza que a terra pertencia aos seus que não se acovardou, teve a coragem de resistir. Certamente o sentimento de Zé pela posse da terra onde nasceu é semelhante ao descrito por Steinbeck:

Se um homem tem um pedaço de terra, esse pedaço de terra é ele mesmo, faz parte dele mesmo, é como ele mesmo. Se é dono de uma terra assim, pode andar nela, tratar dela, e ficar triste quando ela não produz, e contente quando chove. Está sempre satisfeito, porque a terra é dele, é parte dele, é igual a ele²¹⁶.

Somente após o assassinato, o processo de discriminação das terras públicas realizado pelo Estado concluiu que os títulos da Camaragibe eram falsos e a área fazia parte das terras públicas devolutas.²¹⁷ Mas novos capítulos do conflito continuaram a

²¹⁵ REIMBERG, Mauricio. **Área em disputa no sertão é palco de morte de trabalhador rural**. 2009. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/02/rea-em-disputa-no-sertao-e-palco-de-morte-de-trabalhador-rural/>>. Acesso em: 10 de jul. de 2013, p. 01-03.

²¹⁶ STHEINBECK, op. cit. 2008, p. 47.

²¹⁷ PYL, Bianca. **Ação direta de juiz acua comunidades de fundo de pasto**. 2010. Disponível em <<http://reporterbrasil.org.br/2010/04/acao-direta-de-juiz-acua-comunidades-de-fundo-de-pasto/>>. Acesso em: 10 de jul. de 2013, p. 01.

surgir, pois as ações discriminatórias de titularidade de terra só podem ocorrer quando não há nenhuma contestação, e, diante do processo movido pelos empresários, o impasse continuou. Outro agravante na situação foi a atuação do juiz Padilha no caso, uma vez que este realizou visitas na área sem comunicado prévio e declarou em entrevista ao site Repórter Brasil, que a utilização da área pelas famílias teria sido “mascarada”²¹⁸. Candido da Costa e Silva, define o porquê desse tipo de atitude que privilegia os poderosos:

Entre os que detém o poder, o jogo de influências decidirá pelo mais forte. E a força está no dinheiro. Via de regra, a justiça sanciona os interesses do mandonismo local. Abandonado as suas próprias dores, desatendido nos reclamos contra espoliações e descasos, vive o sertanejo. As conveniências do chefe norteiam as providências do Delegado (ou a falta delas), inspira a eloquência inútil do Promotor, até os despachos incolores do Juiz²¹⁹.

Diante do comportamento do magistrado, as famílias entraram com pedido de suspensão do julgamento da ação discriminatória questionando a imparcialidade do juiz. A área, marcada há mais de 30 anos pelas investidas de grileiros, voltou a ser alvo de ameaças no último dia 17 de janeiro de 2013, quando três homens não identificados acompanhados de um oficial de justiça, dois policiais armados e um chaveiro entraram na área, sem apresentar mandado judicial, e no dia seguinte três homens invadiram uma propriedade e perfuraram uma cisterna com mais de vinte tiros. Essas ações demonstram como a violência sempre está rondando o cotidiano dessas famílias²²⁰.

A exposição do caso de Areia Grande foi feita com o intuito de demonstrar como a estrutura do Estado tem contribuído para o favorecimento da grilagem. Com a sua lentidão aliada à atuação duvidosa da justiça, tem deixado a mercê do medo e da violência, milhares de famílias sertanejas que utilizam a terra para produzir.

3.4.2 Barragens

A construção de grandes barragens tem gerado muitos efeitos nocivos às populações que ocupavam as terras antes dessas obras, pois além de serem deslocadas

²¹⁸ PYL, op. cit. 2010, p. 04.

²¹⁹ COSTA E SILVA, Candido da. **Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia**. São Paulo: Ática, 1982, p. 79.

²²⁰ BORGES, José Carlos. **Comunidades de Areia Grande clamam por justiça no município**. Disponível em: <<http://zecarlosborges.blogspot.com.br/2013/03/casa-nova-ba-comunidades-de-areia.html>>. Acesso em: 10 de jul. de 2013, p. 01.

do seu lugar de origem e de vivências diversas, muitas vezes as compensações oferecidas pelos governos não trazem os benefícios esperados. Em sua tese de doutoramento, Ely de Souza Estrela, trouxe a tona o sofrimento de várias famílias que saíram de suas terras para dar lugar às águas para serem represadas na Barragem de Sobradinho. As compensações financeiras através das indenizações foram incipientes e as sociais jamais ocorreram, uma vez que as Agrovilas de Serra do Ramalho, para onde foram alocados centenas de trabalhadores, trouxe para a maioria miséria, decepção, sofrimento.

Identificados os atingidos pela barragem, os órgãos governamentais envolvidos no processo de sua construção empreenderam as desapropriações, dando ensejo ao pagamento de indenizações. Somente 13% das terras eram tituladas, seus proprietários seriam indenizados com possibilidades imediatas de reorganizar suas vidas. E os foreiros-posseiros-beraderos? Estes se surpreenderam com a informação de que não teriam suas terras de trabalho indenizadas. Receberiam apenas indenizações adstritas às benfeitorias. As indenizações que em princípio deveriam reparar as perdas dos desapropriados e possibilitar-lhes o recomeço da vida, tornaram-se mais um fator de espoliação dos camponeses²²¹.

No caso específico do *fundo de pasto*, a Barragem de Sobradinho inundou terras pertencentes à comunidade Areia Grande em Casa Nova, “teve gente que até morreu, tomou veneno por desgosto” (Valério Rocha, ex-presidente da União das Associações de Fundo de Pasto de Casa Nova, em entrevista ao Repórter Brasil, 2009)²²². A obra fez com que acontecesse um avanço da grilagem nas terras de uso comunitário em Juazeiro por causa do crescimento das áreas irrigadas. A Barragem de Itaparica, ao provocar a valorização das terras em torno das áreas represadas, oportunizou a grilagem de muitas terras, contribuindo para o fim do *fundo de pasto* nos municípios de Abaré, Macururé, Chorrochó, Rodelas, Paulo Afonso e Glória.

Um novo projeto de aproveitamento das águas do Rio São Francisco para produção de energia elétrica ameaça áreas de fundo de pasto em Juazeiro e Curaçá. O empreendimento, denominado de Barragem de Riacho Seco e Pedra Branca, atingirá, além desses municípios localizados na Bahia, os municípios de Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Petrolina, em Pernambuco.

²²¹ ESTRELA, Ely de Souza. **Sobradinho**: a retirada de um povo. Salvador: Eduneb, 2010, p. 107.

²²² REPÓRTER BRASIL. **Comunidades de Fundo de Pasto resistem a pressões**. 2009. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/09/comunidades-de-fundos-de-pasto-resistem-a-pressoes/>>. Acesso em: 28 de maio de 2013, pp. 01-02.

Nos últimos anos, as organizações dos agricultores sentiram necessidade de construir estratégias voltadas para o enfrentamento das construções das barragens de Riacho Seco e Pedra Branca e, ao mesmo tempo, questionar o modelo de desenvolvimento e o modelo energético brasileiro. Pelo histórico de construção de barragens no Brasil, existe a preocupação com as violações dos direitos das famílias que serão atingidas pela barragem²²³.

A obra faz parte do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal e deve deslocar, de acordo com o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens²²⁴, cerca de vinte mil pessoas, dentre elas, moradores de diversas comunidades de *fundo de pasto* do município. Além dos atingidos diretamente pela barragem, as demais comunidades temem pela grilagem de suas áreas em consequência da valorização das terras do município.

3.4.3 Energia Eólica

A grilagem e a construção de barragens são ameaças presentes no cotidiano de muitas comunidades há vários anos, com conflitos que se arrastam por décadas. Recentemente, em nome do desenvolvimento através da produção de energia, uma nova ameaça ronda *o fundo de pasto*: a energia eólica.

A utilização dos ventos, para produção de “energia limpa”²²⁵, denominada energia eólica, não tem demonstrado na prática ser tão limpa assim. De acordo com a CPT²²⁶, na comunidade de São Gonçalo da Serra, em Sobradinho, que utilizam áreas abertas há

²²³ASA – ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Resistência das comunidades ribeirinhas à construção das hidrelétricas de Riacho Seco e Pedra Branca**. 2010. Disponível em: <<http://7enconasa.wordpress.com/2010/03/17/resistencia-das-comunidades-ribeirinhas-a-construcao-das-hidroeletricas-de-riacho-seco-e-pedra-branca/>>. Acesso em: 27 de maio de 2013, p. 02.

²²⁴MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Na Bahia, atingidos por barragens, marcham na BR 210**. 2010. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/na-bahia-atingidos-por-barragens-marcham-na-br-210>>. Acesso em: 26 de maio de 2013, p. 01.

²²⁵O documentário **Energia Eólica: a caçada pelos ventos**, produzido pela CPT – Bahia e dirigido por Thomas Bauer, traz importantes relatos a respeito da produção energética a partir dos ventos vista por diversos ângulos e permite perceber que assim como as hidroelétricas, as empresas e o governo divulgam apenas os ganhos econômicos e não tornam público as dificuldades que esses empreendimentos causam ao cotidiano dos moradores locais, como o caso de grilagem nas terras do município de Sento Sé, e a grande quantidade de água utilizada para erguer as torres enquanto milhares de famílias estão sofrendo com a escassez de água no semiárido. O documentário está disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=s90nKSlbgoQ>>. Acesso em 25 de jul. de 2013.

²²⁶CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – Diocese de Juazeiro - BA. **Depois da barragem, as torres**. 2013. Disponível em: <<http://cptjuazeiroba.blogspot.com.br/search?q=energia+e%C3%B3lica>>. Acesso em: 11 de jul. de 2013, p. 02.

mais de 200 anos, e foram tituladas como áreas de *fundo de pasto* há mais de doze, recentemente apareceram “novos donos” para grilar as terras onde serão instaladas as torres. Outra preocupação de quem mora perto de parques eólicos em Sobradinho é a história local, pois na comunidade Serra do Olho d’Água foram instaladas torres eólicas pela empresa Consórcio Pedra do Reino S/A a cerca de 100 metros de pinturas rupestres.

Na Bahia, o setor que gera energia através dos ventos deu um salto nos últimos quatro anos. Com 10% do potencial nacional de energia eólica, o estado é o maior polo brasileiro de investimentos no ramo, em que cada megawatt produzido por hora custa cerca de R\$ 99,00. Até 2014, estão previstos investimentos de cerca de R\$ 6,5 bilhões, que serão empregados em 57 usinas e cinco fábricas de componentes para geradores eólicos. Ao sabor do vento, grande parte desses recursos sairá dos cofres públicos. E o que é pior, sem uma consulta pública, sobretudo às comunidades, a maioria de famílias camponesas que conservam modos de vida tradicionais, como as de fundo de pasto²²⁷.

Além de Sobradinho, os municípios de Campo Formoso, Sento Sé e Casa Nova, que possuem comunidades de *fundo de pasto*, também receberão projetos de produção de “energia limpa” que contam com altos investimentos públicos e dada a rapidez de suas operações, é possível afirmar que os impactos para o *fundo de pasto* e para outras formas de utilização da terra presente nos diversos municípios baianos, não foram devidamente estudados.

A desconfiança de ambientalistas é de que esses estudos foram feitos às pressas, já que a expansão das eólicas acontece com muita rapidez. O primeiro leilão de energia eólica do governo federal foi feito em 2009. Em menos de dois anos, mais de 50 torres foram erguidas em toda a Bahia. O Plano Decenal de Expansão de Energia, da EPE, mostra que a região de Boqueirão da Onça²²⁸ é um dos principais focos de eólicas no Estado. Já

²²⁷CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, op. cit., 2013, p. 02.

²²⁸O Boqueirão da Onça é uma região de mais de um milhão de hectares de vegetação nativa bem conservada, próximo ao local onde o Rio São Francisco foi barrado para a construção da hidrelétrica de Sobradinho, com poucos povoados humanos e uma biodiversidade muito grande para os padrões do semiárido brasileiro. Há registros da existência da arara-azul-de-lear, uma espécie classificada como Vulnerável e, em 2006, descobriu-se que a área possui uma das poucas populações de onça ainda existentes da Caatinga. A onça é classificada como Criticamente em Perigo no bioma. Além disso, o Boqueirão possui as duas maiores cavernas da América Latina. Ambientalistas reivindicam a criação de uma unidade de conservação no local, e um projeto para transformar o Boqueirão em Parque Nacional existe desde 2002. No entanto, enquanto o projeto não anda, pesquisadores temem que esse santuário de conservação possa estar ameaçado, ironicamente, por outro campeão ambiental: a energia dos ventos. As usinas eólicas não lançam gases poluentes que causam o aquecimento global. Mas a sua construção também causa impacto – usa-se concreto, ferro, e muitas vezes é preciso derrubar a mata nativa para erguer as torres. Acontece que ao mesmo tempo que o Boqueirão da Onça é uma área prioritária para a conservação, é também uma das regiões com maior potencial de geração de energia pelo vento do Brasil.

foram instalados 48 MW em Sobradinho, 86 MW em Sento Sé e 180 MW em Casa Nova. A expectativa é que, em 2016, o Nordeste tenha mais de 450 projetos em funcionamento, com 12 mil MW de potência instalada²²⁹.

Enquanto os processos de titulação das áreas de *fundo de pasto* em nome das Associações que representam as comunidades se arrastam desde 1989, as dotações orçamentárias para projetos de produção de energia são autorizadas de forma rápida e eficiente. Enquanto isso, as comunidades, que tanto esperam ver uma equipe da CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrária²³⁰, para finalmente terem garantida a posse da terra, deparam-se com equipes de empresas como Iberdrola, Neoenergia, Renova Energia, Casa dos Ventos, entre outras, demarcando áreas que não possuem, para implantar o desenvolvimento energético.

Além da grilagem, da construção de barragens e da energia eólica, nos estudos realizados até então, estão presentes outros conflitos por causa da exploração mineral, da produção de agro combustíveis, e da utilização da catinga para a produção de carvão que, também estão ameaçando a existência dos *fundos de pasto*. Soma-se a essas ameaças, a questão jurídica, que atualmente está indefinida uma vez que a PGE – Procuradoria Geral do Estado, emitiu um parecer em 2007 questionando a validade dos títulos de domínio em nome das Associações que representam as comunidades, conforme discutido anteriormente.

Ressalta-se que esse cenário de insegurança é fruto das diversas formas de imposição realizadas pelo poder público para levar o “progresso” aos mais diversos territórios brasileiros. Utilizando a “ordem”, ao invés do respeito, o governo tem promovido o desenvolvimento desqualificando gradativamente os diversos saberes comunitários. Como resultado desse processo, milhares de famílias são despossuídas de suas terras e conseqüentemente de suas vidas.

CALIXTO, Bruno. **A onça-pintada contra energia eólica.** Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/2013/03/04/no-interior-da-bahia-onca-pintada-disputa-espaco-com-torres-eolicas/>>. Acesso em: 11 de jul. de 2013, p. 04.

²²⁹Idem.

3.4.4 Mineração

A mineração na Bahia é incentivada pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineração (CBPM), que desenvolve pesquisas no subsolo baiano, abrindo as “descobertas” aos investimentos privados. Cerca de 70% do subsolo baiano está dividido e nas mãos da iniciativa privada.²³¹ O estado tem a maior diversidade mineral do país, com quarenta substâncias. É o quarto maior produtor nacional e está prestes a se tornar o terceiro. É o terceiro maior depósito de ferro do país - que segue a Serra Geral, na margem direita do Rio São Francisco, até as bordas do Lago de Sobradinho - e o primeiro em requisições para pesquisa mineral. O setor rendeu R\$ 2,1 bilhões em 2011²³².

Multiplicam-se, Bahia afora, os empreendimentos minerários e as obras de infraestrutura, públicas ou financiadas com recursos públicos, para viabilizá-los. Aqui já operam 340 empresas de mineração, em cem municípios, que geram apenas oito mil empregos. Preveem-se investimento de 6,5 bilhões de dólares no setor, entre 2012 e 2016 - 8,71% do total nacional (75 bilhões de dólares). Isto significa que cerca de 25% de todo investimento econômico no Estado nesse período²³³.

O crescimento da atividade mineral na Bahia, no Brasil e no mundo, se deve à forte demanda por “commodities” (matérias-primas comuns, cultivadas ou extraídas da natureza, com algum grau de industrialização, negociadas no mercado global) minerais, somada à escassez de estoques e insuficiência no abastecimento de algumas delas, principalmente daquelas mais utilizadas pela indústria básica, como o níquel, o ferro, o zinco, o alumínio, o chumbo, o cobre, entre outros, situação que aumentou exorbitantemente seus preços. Essa demanda por abastecimento tem feito crescer a pressão pelo não reconhecimento dos territórios tradicionais, especialmente, no sul do Maranhão, no norte do Tocantins e no oeste da Bahia e de Pernambuco. As comunidades de fundos de pasto também têm sido alvo dessa pressão. Esse modelo de desenvolvimento em curso no país que beneficia desmedidamente o agro-hidronegócio, as imobiliárias, as grandes indústrias e a exploração mineral, tem ameaçado a existência

²³¹ SANTOS e SANTOS, op. cit. 2010, p. 232.

²³² REVISTA ALUMEIA. Mineração: progresso ou destruição. Salvador: CPT, 2013, p. 12.

²³³ Ibidem, p. 13.

e o reconhecimento dos direitos territoriais de diversas comunidades tradicionais brasileiras²³⁴.

O fato é que se, por um lado, o governo baiano parou com a regularização dos *fundos de pasto*, desde 2007, por outro, continua licenciando as atividades de exploração mineral, criando incentivos para que empresas venham investir e estimulando a produção de monocultura e oleaginosas em espaços com grande presença de fundos de pasto²³⁵. É preciso destacar que a exploração mineral já vem apresentando diversos impactos negativos nas comunidades de fundo de pasto da região de Juazeiro. Foi o que mostrou o diagnóstico realizado pela CPT de Juazeiro²³⁶, confeccionado a partir de entrevistas com informantes locais, sindicatos, associações, reuniões com equipes paroquiais, assembleias, seminários com trabalhadores rurais, visitas aos locais de pesquisa e exploração de minérios. Este diagnóstico identifica impactos negativos dessa atividade no meio ambiente e nas comunidades rurais, como: contaminação de águas e a consequente morte de animais, desmatamento de árvores nativas e problemas de saúde nas populações locais, resultado do pó da extração dos minérios. Outro problema se refere aos locais autorizados para pesquisas. Muitas delas são autorizadas para ocorrer nas margens de riachos e rios, dentro de áreas de fundos de pasto ou em assentamentos de Reforma Agrária²³⁷. Um depoimento presente no estudo realizado por Alfredo Wagner nas comunidades de fundo de pasto, evidencia os problemas enfrentados.

As mineradoras compram pequenas áreas por um preço muito baixo e depois as crescem invadindo terras de uso comum e serras. Isso acontece em algumas localidades porque quem vendeu as terras acreditava na propaganda feita de empregos e salários. Os empregos são ocupados por gente de fora e o que resta é poluição²³⁸.

O Informativo Caminhando²³⁹, em novembro de 2008, denunciou incursões realizadas por mineradoras em vários municípios da região de Juazeiro que tem áreas de

²³⁴ Ibidem, p. 203.

²³⁵ Idem.

²³⁶ CPT. **Mineração na região de Juazeiro: avanços, impactos e resistência das comunidades rurais.** 2009. Disponível em: <http://www.cptba.org.br/joomla15/download/diagnostico_mineracao_juazeiro_jul2009.pdf>. Acesso em: 09 de jun. de 2014, pp. 01-02.

²³⁷ REIS, op. cit. 2010, p. 203-204.

²³⁸ ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de e MARIN, Rosa Azevedo. **Fundo de Pasto: nosso jeito de viver no sertão.** Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais. UFAM, 2007 (Fascículo 2 – Fundo de Pasto) p. 09.

²³⁹ <http://www.cptba.org.br/joomla15/images/boletimcaminhando/informativo_02_11-2008.pdf>. Acesso em: 09 jun. de 2014, pp. 03-04.

fundo de pasto. No município de Casa Nova, na comunidade de Santa Cruz, uma Empresa de pesquisa geológica chegou à comunidade, fez variantes, campo de pouso para helicóptero e foram embora. A comunidade organizada arrancou os variantes, destruiu o campo de pouso e denunciou ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais). Técnicos do DNPM visitaram a área e informaram à comunidade que a referida empresa não tinha licença para a realização deste tipo de trabalho. Na segunda vez quando chegaram de helicóptero, foram impedidos de pousar devido a comunidade ter obstruído o campo de pouso. Em Campo Alegre de Lourdes, uma equipe da CBPM (Companhia Brasileira de Pesquisa Mineral) entrou na comunidade, fez variantes sem consentimento da comunidade e as mulheres fecharam os variantes e não permitiram que a empresa iniciasse os trabalhos.

No município de Sento Sé são as pesquisas e exploração mineral colocaram em risco a integridade do modo de vida dos moradores do fundo de pasto. Em abril de 2010, homens armados invadiram o Fundo de Pasto Campo Largo ameaçando os camponeses, a polícia foi acionada e os capturou. Em depoimento revelaram que estavam a serviço da “Biobrax”, que segundo os camponeses é uma empresa do setor de mineração²⁴⁰.

Os casos citados oferecem uma dimensão das incursões realizada pelas mineradoras²⁴¹, que com a autorização do poder público e mesmo sem ela, utilizam de força e de seu poder de persuasão ou encantamento (pois muitos se iludem com sua propaganda de geração de empregos) para desrespeitar o modo de vida e de produção das comunidades, destruindo o que elas têm de mais precioso, o acesso a terra.

²⁴⁰ SANTOS e SANTOS, op. cit. 2010, p. 243.

²⁴¹Para um maior aprofundamento a respeito das diversas faces da mineração, ver os trabalhos de FARIAS, Sara de Oliveira. **Enredos e Tramas nas minas de ouro de Jacobina**. Recife: Ed. UFPE. 2008; e NETO, Regina Beatriz Guimarães. **Cidades da Mineração: memórias e práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX**. Cuiabá: Ed. UFMT; Carlini&Caniato Editorial, 2006.

4. A comunidade de Fundo de Pasto Lage das Aroeiras

O presente capítulo analisa a formação histórica da comunidade e como as políticas desenvolvimentistas regionalizantes atuaram para favorecer a grilagem das terras da comunidade. Serão analisadas também relações de convivência da comunidade, sua cultura e sobrevivência, os desafios enfrentados e as lutas para garantia da posse da terra, enfatizando o trabalho e os laços de parentesco que permeiam essas relações, que têm o uso comunitário da terra como destaque, bem como as parceiras e articulações estabelecidas pela comunidade.

4.1 Uma história de desafios

A comunidade Lage das Aroeiras teve o início em 1947, com a chegada da família de João Cardoso da Silva e Maria Rodrigues, que anteriormente viviam na comunidade Pé de Serra. Porém esta comunidade sofreu, pouco antes da saída da família, um processo de grilagem empreendido pelo Sr. Olímpio Cardoso que apossou-se de uma grande área de terras vizinha da comunidade Pé de Serra e variantou toda a catinga que era utilizada pelos moradores. Essa situação forçou S. João a buscar uma nova alternativa de sobrevivência, pois pelo fato de terem uma família numerosa (10 filhos), necessitavam de espaço para trabalhar e criar os filhos. O patriarca, com muito esforço, comprou uma área de terra de 20 hectares, onde estabeleceu-se com a sua família.

Construíram casa, aguada e beneficiaram a terra para o plantio e para o criatório de animais e utilizaram desde o início, as terras vizinhas a localidade como fundo de pasto para o pastoreio livre dos animais. Além de ter feito a primeira ocupação daquela terra, a batizou de Lage das Aroeiras, inspirado na paisagem local, que se compunha de vários lajedos e pés de Aroeira²⁴², não sabia ele que durante a sua trajetória em Lage das

²⁴²O nome Aroeira (*Myracrodruonurundeuva*Allemão) é uma simplificação do vocábulo araroeira, derivada de arara, com acréscimo da terminação eira (lugar), isto é, árvore da arara, por ser planta em que de preferência essa ave pousa e vive. Ocorre nos estados do Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e no Paraná, sua presença também se assinala na Argentina (extremo noroeste), Bolívia (sul e leste) e Paraguai (leste e nordeste). *CNIP – CENTRO NORDESTINO DE INFORMAÇÕES SOBRE PLANTAS*. Aroeira. 2013. Disponível em: <<http://www.cnip.org.br/PFNMs/aroeira.html>>. Acesso em: 01 de jul. 2013, p. 01.

Aroeiras por muitas vezes recorreria à dureza do lajedo e a resistência da aroeira para enfrentar as muitas dificuldades que estavam por vir.

Antes de levar toda a família para a nova terra, promessa de paz e prosperidade, de abrigo e desenvolvimento para a criação digna de seus descendentes, S. João inicialmente levou os dois filhos mais velhos (Epaminondas e Antônio) para iniciar o desbravamento do lugar para iniciar os primeiros plantios; construíram um rancho de palha e por lá mesmo pernoitavam enquanto o pai retornava a Fazenda Pé de Serra para se juntar a mulher e aos outros filhos.

S. Valdemar, que é um dos filhos mais velhos de João Cardoso e D. Maria, se tornou gradativamente uma grande liderança na comunidade e foi por vários anos o seu representante e articulador o que faz dele uma referencia na história e na luta pela superação dos diversos desafios enfrentados pelos moradores de Lage das Aroeiras. Foram realizadas com ele três entrevistas que serão bastante utilizadas ao longo do trabalho, pois foram imprescindíveis para que este se concretizasse. De acordo com ele,

A primeira família que veio pra cá, a família primitiva mesmo: meus pais e nós, os filhos, eram dez. Meu pai com a nossa família que fundou esse lugar aqui. E aqui criou a família e vivemos até hoje, já tem quinze anos que eles faleceram, e a família continuou aqui. Está assituada aqui, todo mundo, uma família grande: tias, filhos, irmãos, netos, praticamente a família, né. Nessa época só tinha nós aqui, era um lugar muito bonito, parecia um paraíso. Só existia a casa de meu pai e depois a de meu irmão. Com o tempo, a família foi rendendo, rendendo e depois outros foram se casando e se multiplicando. E aqui era muito bonito, cheio de arvores nativas (Sic).

Para que a vida nesse “paraíso” se tornasse possível, logo após o desbravamento das terras para os primeiros plantios, Antônio e Epaminondas construíram dois caldeirões nos lajedos da localidade para o armazenamento da água das chuvas. “Caldeirões são cavernas naturais nas rochas cristalinas, que quando escavas representam reservatórios excelentes para água das chuvas”²⁴³. Posteriormente, com a existência da fonte de água, fizeram uma casa de barro para abrigar os pais e os irmãos, e finalmente, a família Cardoso da Silva estava reunida.

Com a pluviosidade anual em Uauá em torno de 550 mm, a necessidade de ter uma alternativa mais permanente de abastecimento de água era constante. Até que em

²⁴³SHISTECK, Haroldo. **Caldeirão, Caxio e Cacimba**: Três sistemas tradicionais de captação de água de chuva no nordeste brasileiro. Disponível em: <www.ieham.org/html/docs/clicks.asp?url=Caldeirao_Caxio...doc>. Acesso em: 15 de mar. de 2013, p. 01.

1959 ocorreu um fato que é lembrado pelos descendentes de S. João com muita emoção. Nessa época ele convidou um “vedor” para marcar uma cacimba na localidade. O “vedor” é uma pessoa muito respeitada no sertão, é aquele que tem o dom de encontrar o local onde a água se esconde “debaixo do chão”, é aquele que “vê” além dos outros e que leva a esperança a milhares de pessoas de finalmente de ter água para todos.

Depois de um tempo percorrendo os terrenos da localidade, o vedor finalmente fez a marcação e anunciou o local da cacimba. No entanto “Papai teve uma forte intuição e pediu que abrissem a cacimba em outro lugar, depois de 35 palmos, cerca de oito metros nada de água, somente um mês depois é que a água jorrou” (S. ValdemarRodrigues, 15de Fevereiro de 2013). Além de jorrar a água, jorrou esperança de diminuir o sofrimento causado pelos longos períodos de estiagem. A água abasteceu Lage das Aroeiras e outras comunidades vizinhas, mesmo com uma vazão baixa, os descendentes relatam, que S. João não deixava ninguém voltar sem água, ele tirava apenas dois baldes para a casa da família e os animais só bebiam no final do dia se a água minasse novamente. O “paraíso” parecia estar completo. Água assegurada, a família começando a render mais ainda com o casamento dos primeiros filhos.

No entanto, uma grande preocupação passou a fazer parte da vida de S. João e da sua família: a garantia da posse da terra, uma vez que em outras comunidades do município já existiam várias disputas e grilagens de áreas de fundo de pasto. Um exemplo dessas disputas é a comunidade Caldeirãozinho, que teve uma grilagem iniciada em 1963.

Teve uma seca horrível por aqui, o pessoal sem dinheiro pra nada comendo xique-xique para matar a fome. Daí apareceram uns compradores de casca de angico, uma árvore que se encontrava muito aqui na caatinga, então o pessoal daqui começou a tirar a casca para vender. Quando souberam do acontecimento o Sr. Antônio Reis Gonçalves, (conhecido como Tico), veio no local com seu pessoal, trazendo jagunços pra intimidar a gente. Invadiram as casas das pessoas e levaram as cascas que estavam guardadas. Em outra oportunidade ocorreu outro conflito, dessa vez por causa da madeira. Nós precisamos tirar alguma madeira para consertar cercas e fazer outros beneficiamentos e esse Sr. Tico soube e ameaçou a gente, fez arruaças, disse que ia queimar a madeira. Depois de alguns dias eles vieram na calada da noite, as doze horas e queimaram toda a madeira. Dessa vez a gente foi dar parte ao delegado. Ele falou que era dono da área, contou um bocado de fofocas e na hora de apresentar o documento ele não apresentou nada porque a gente sabia que era falso²⁴⁴.

²⁴⁴ Depoimento de S. Tiago, morador da comunidade Caldeirãozinho. COTRIM, op. cit. 1991, p. 45

Certamente essas e outras histórias de violência e grilagem chegaram até S. João, uma vez que esse processo de invasão teria sido iniciando “quando da instalação do Cartório de Uauá, entre 1948 e 1950, ocorreram inúmeros pedidos de titulação de grandes áreas individuais por fazendeiros da região, desconhecendo as áreas de fundo de pasto”²⁴⁵. Ele havia comprado suas terras da família Cordeiro, também chamados pelos moradores da comunidade de “acaruzenses”, em referência a comunidade Acarú, origem dessa família. Os Cordeiros eram proprietários do Cartório de Monte Santo e certamente, também se apropriaram de terras livres para incorporarem ao seu patrimônio, pois se diziam donos de uma área enorme que ligava os municípios de Monte Santo a Uauá.

O problema com os Cordeiro não demorou para começar, pois de acordo com S. Valdemar, quando foi feita a compra de 20 hectares, foi garantido pelos vendedores que cada hectare corresponderia a 50 tarefas, uma vez que a medida hectare não era tão utilizada pelos moradores da região, S. João acreditava ser proprietário de uma quantidade bem maior de terras e diante disso tratou de ocupá-las, mas logo os conflitos começaram.

Meu pai pensava que era muita terra, então aí naquele tempo também as pessoas trabalhavam e viviam mais da pecuária. Aí foi indo e ficamos aqui tranquilos porque disseram que era muita terra, era mata como o quê”, se vivia aí, se criava aí. Aí com o passar do tempo, começou aqui também a ambição, tinha esses Ferreira aqui da Lagoa do Pires, aí ia se encostando de lá pra cá. Foram chegando, chegando, construía uma cerca, a gente ia e entupia, sozinhos sem apoio de ninguém, a gente ainda tava se criando. Aí começaram as discussões, aí vai pra justiça, faz um acordo, quando era amanhã vinha de novo, até que do lado do oeste a gente ficou praticamente imprensado, porque valia mais quem tinha mais e a justiça estava sempre do lado de quem tinha dinheiro (Sic)²⁴⁶.

Como estratégia de garantia da ocupação do seu território S. João tratou de “arranchar” cada filho com sua nova família em um ponto estratégico para garantir que cada lado da propriedade tivesse alguém para garantir a posse de forma mais efetiva, que era complementada com a utilização do *fundo de pasto*. Mas mesmo assim a confusão continuava, até que para intimidar S. João e a família, os Cordeiro enviaram o Sr. Cícero Cordeiro, que na época atuava no exército e ameaçou derrubar a casa de um dos filhos de S. João. Marcaram dia e hora do enfrentamento na casa. O patriarca retirou o filho e ficou esperando a noite inteira, sozinho, mas Cícero não compareceu.

²⁴⁵ Ibidem, 1991, p. 41.

²⁴⁶ Depoimento de S. Valdemar Rodrigues, 15 de Fevereiro de 2013.

As disputas por terras na região através da posse de áreas abertas colocou em oposição dois estratos sociais distintos: de um lado os pequenos produtores e do outro os grandes fazendeiros e políticos locais. A grande diferença foi à estratégia utilizada, enquanto os pequenos produtores utilizavam a ocupação e o trabalho naquelas terras para manutenção de suas famílias, os poderosos utilizavam a violência (a exemplo do que ocorreu em Caldeirãozinho) e o conhecimento que detinham da estrutura jurídica, que por muitas vezes, por causa de suas condições econômicas e influência política, ou cargos que ocupavam, eram favorecidos nos cartórios.

Valendo-se de procedimentos jurídicos ilegais para viabilizarem a titulação de terras ocupadas e trabalhadas efetivamente, criou-se nessa área uma forma de grilagem oficial, constituída dos grandes proprietários associados aos cartórios e órgãos oficiais. Munidos por documentos que lhes conferem a propriedade, os grandes proprietários começavam a avançar sobre as terras, cercando áreas utilizadas coletivamente para pastagem e gerando conflitos²⁴⁷.

As políticas regionalizantes, discutidas no capítulo II, também favoreceram a grilagem em Uauá, através do relato de S. Valdemar, é possível perceber como essa estrutura atuava na prática destinando para cada região um tipo de cultura que era financiada com recursos públicos sem se importar com a vida e a produção dos que ali viviam e muito menos com a garantia de continuidade da cultura que era explorada.

A gente encontrou muita dificuldade na sobrevivência, e as coisas pioraram mais, a questão da terra, do espaço, na época do sisal, foi quando começou essa coisa de desmatagem com os projetos, não teve conflito violento mais era assim, as pessoas chegavam compravam uma roça aqui outra acolá e saía imendando, e veio a ambição, a ambição foi crescendo, aí começou o desassossego. Começaram a cercar, desmatar, até porque os programas do governo incentivaram muito isso também. Aí foi crescendo a perseguição, começaram a cerca, a apertar, a invadir, a tomar a terra. Mas mesmo com tudo isso, muita gente trabalhava no sisal e conseguia melhorar um pouco a sobrevivência, mas foi um período curto, porque depois os governantes acharam por bem trocar o sisal pelo nylon que do exterior, aí desvalorizou o sisal, aí no lugar do Brasil tá exportando o sisal, tá é importando o nylon. Aí o sisal não vale a pena mais, porque o valor é muito pouco e as despesas são muitas, é muito dependioso para explorar um campo de sisal (Sic)²⁴⁸.

Esse depoimento de S. Valdemar Rodrigues, refere-se aos anos 1980, e nessa mesma época o Projeto Sertanejo atuava em Uauá, e foi quando S. João, então com 73 anos de idade, teve que enfrentar junto com sua família, outra batalha pela posse das terras de Lage das Aroeiras, pois com os Cordeiro a situação já tinha se tranquilizado

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Depoimento de S. Valdemar, 15 de Fevereiro de 2013.

um pouco. Disseram, de acordo com S. Valdemar, que o Projeto Sertanejo, era um projeto para os pobres, pra ajudar a classe pobre, mas ninguém dizia que era a fundo perdido e os mais interesseiros começaram a dizer as pessoas pobres que procuravam informações sobre o Projeto que não adiantava pegar dinheiro porque eles não iam ter como pagar depois. No entanto, muitos produtores rurais conseguiram recursos para compra de arame farpado e a construção de cercas. Esse foi o estopim para que a corrida pelo cercamento se tornasse fortemente utilizada, tendo como alvo principal as áreas de *fundo de pasto*, pois representavam maior fragilidade diante da falta de amparo jurídico e falta de condições financeiras por parte das comunidades pasteiras para buscarem seus direitos, além da ausência do poder público para proporcionar-lhes possibilidade de defesa.

Eles pegavam o dinheiro e quando o pessoal do banco chegava na propriedade eles dizia que já tinha renovado tudo. Ia lá na cerca renovava a ponta das estacas, pagava um trabalhador pra botar terra no pé da cerca e aí passava. E os pobre continuaram pobre, é assim que foi o projeto sertanejo. Isso aconteceu também em outras comunidades, foi um projeto muito amplo, até a época do projeto a gente não tinha tantos problemas não, as terras da região eram mais livres, depois do projeto foi que explodiu essa ganância pela terra (Sic)²⁴⁹.

A batalha de S. João causada pelo Projeto Sertanejo iniciou-se depois que um morador (Belarmino Ferreira) da comunidade Lagoa do Pires, vizinha de Lage das Aroeiras comprou da viúva de Herculano Cordeiro cerca de quarenta hectares nos arredores da comunidade dos Cardoso da Silva. Porém ele iniciou os trabalhos para cercar 100 hectares da área que era utilizada como *fundo de pasto* pela comunidade. Tentou tomar casas e abriu por três vezes na catanga os locais por onde o arame passaria a reinar. No entanto os moradores se reuniram e por três vezes desfizeram o serviços iniciados.

Ele não comprou isso ele invadiu, quando ele cortou essas terras pra cercar tudo, ele invadiu até as casas do pessoal da comunidade. Mas mesmo amedrontado e sofrido, o povo se reuniu e sem apoio de ninguém tivemos que enfrentá. Mas mesmo assim, nós ficamos preso, no nosso próprio lugá no lugá que a gente cuidou, tanta gente nasceu aqui e depois dizê que a gente num é dono. Isso dói demais (Sic)²⁵⁰.

²⁴⁹ Depoimento de Valdivino Rodrigues, 15 de Fevereiro de 2013.

²⁵⁰ Depoimento de D. Edite, nora de S. João, uma das pioneiras na organização da comunidade e no beneficiamento das frutas nativas da área de fundo de pasto da comunidade.

O cercamento inaugurou a cobiça e feriu o costume de tempos imemoriais, pois mesmo sendo Lage das Aroeiras uma comunidade relativamente recente, a prática de uso comum das terras era bastante antiga na região. O costume da utilização de terras abertas pelas populações rurais é tratado por E. P. Thompson, ao se referir ao processo de cercamento dessas áreas na Inglaterra, como um direito.

As formas comunais expressavam uma noção alternativa de posse, por meio de direitos triviais e particulares que eram transmitidos pelo costume como propriedades dos pobres. O direito comum, que em termos vagos era vizinho da residência, era direito local. Por isso, era igualmente um poder para excluir estranhos. Ao tirar as terras comunais dos pobres, os cercamentos os transformaram em estranhos em sua própria terra.²⁵¹

O costume criou uma interface entre a lei e a prática, com delimitações territoriais bastante variáveis. Praticamente não havia precisão de limites e sim uma mobilidade amparada na oralidade e na memória, que por vezes era moldada de acordo com a necessidade de sobrevivência.

São lembranças dos mais velhos, a inspeção e exortação tendem a estar no centro da interface do costume entre a lei e a práxis, o costume passa no outro extremo de áreas totalmente indistintas – crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento. Essa área é a mais difícil recuperar, precisamente porque só pertence à prática e a tradição oral. Talvez seja a área mais significativa para o sustento dos pobres e das pessoas marginais na comunidade do vilarejo²⁵².

De acordo com Thompson, o uso comum de terras faz parte do costume de grupos camponeses que representavam direitos adquiridos desde tempos remotos, mas que eram atualizados numa espécie de ambiência normativa, ou seja, “um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos, como revelavam possibilidades, normas e sanções da lei, como pressões da vizinhança”²⁵³.

A pressão sofrida pela família Cardoso da Silva pelo vizinho de comunidade continuou mesmo após a morte dele, pois a terra ficou como herança para um filho (Emerson, que atualmente é vereador). Como o número de descendentes de S. João era grande e a terra tornava-se escassa, tanto em razão da grilagem sofrida como pelo

²⁵¹ THOMPSON, op. cit., 2010, p.149

²⁵²Ibidem, 2010, p. 88.

²⁵³Ibidem, 2010, p. 90.

aumento da população, o que demandava uma terra maior para o pastoreio extensivo dos animais.

A família de S. Belarmino dizia que tinha um documento da compra feita aos Cordeiros e a gente acreditava e tinha pessoas que diziam que eles tinham e que já tinham visto. Aí o jeito que a gente pensou pra garantir a terra foi se reunir, juntar o dinheiro e procurar o filho do finado pra comprar 100 (cem) hectares. Uns não queriam comprar e sim defender a terra mais o povo teve medo, aí a gente combinou e comprou a parte²⁵⁴.

Mas o pior estava por vir, pois os moradores finalmente acreditavam que a terra estava garantida para eles e as futuras gerações, porém não foi isso que aconteceu. Após realizarem o pagamento com o dinheiro que tanto se esforçaram para juntar, descobriram que o vendedor não possuía nenhum documento que comprovasse a titulação no nome de seu pai, muito menos no nome do herdeiro. Esse acontecimento pôs fim ao sonho de conseguir uma escritura definitiva para o fundo de pasto e o único documento que lhes restou foi um recibo de compra e venda. Ou seja, juntaram um dinheiro que “não tinham” para comprar uma terra que lhes pertencia, que historicamente eram donos e utilizavam para o extrativismo vegetal e animal, além do pastoreio dos animais. Mas, essa compra estabilizou um pouco o conflito com os Ferreira e possibilitou um pouco de tranquilidade para os Cardoso da Silva, mas por pouco tempo.

Outra vez surgiu um conflito com a vizinhaça, dessa vez com a comunidade São Paulinho. Algumas pessoas desta comunidade compuseram uma Associação de Fundo de Pasto e conseguiram a titulação junto ao Governo do Estado de uma área que era utilizada também para pastoreio pelos animais da Lage. Esta situação é considerada também pelos moradores como um episódio de grilagem, uma vez que os que compuseram a associação a destituíram logo após conseguir a titulação e, além disso, a quantidade de participantes não representava um número expressivo de moradores de São Paulinho. Além disso, para os moradores da Lage das Aroeiras eles são os verdadeiros donos da posse dessa terra por terem-na utilizado bem antes que os vizinhos.

O fato é que os critérios de titulação (quando esta era possível) não eram muito definidos, pois não fizeram um estudo prévio da ocupação daquela terra. Mesmo assim a comunidade ainda tem animais que frequentam essa área, mas de forma insegura, pois temem que no futuro, com o crescimento populacional da comunidade São Paulinho,

²⁵⁴ Depoimento de Valdivino Rodrigues, 15 de Fevereiro de 2013.

que atualmente é um dos distritos de Uauá, a capacidade de suporte da área não possa comportar animais das duas comunidades.

Em 1986, a chegada do trabalho pastoral de três freiras²⁵⁵ canadenses na Paróquia de Uauá, através das CEBS, mudou a vida da comunidade. As CEBS surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar e, ao mesmo tempo, como uma forma de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965²⁵⁶. De acordo com Rangell,

Essas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) no ponto de vista histórico tiveram importância em vários movimentos reivindicatórios. Como exemplo brasileiro, pode-se lembrar de seu peso na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Os cristãos “progressistas”, atuantes nestas comunidades, construíram dentro de seus limites ideológicos, que aqui definimos como visões sociais de mundo ou estados de consciência que moveram suas ações políticas; ações e engajamentos que criaram uma identidade de grupo e/ou classe e isto proporcionou uma maior adesão da Igreja Católica para com os pobres e também dos pobres para com a Igreja já que esta passou relativamente a lutar pelas suas causas²⁵⁷.

Em Lage das Aroeiras o trabalho das Freiras com a implantação de uma CEBS na localidade trouxe novas visões sociais que transformaram o modo de viver através de discussões e reflexões de temas religiosos, discussões dos problemas internos e a busca conjunta de soluções para enfrenta-los, e estas decisões tomadas coletivamente favoreceram o desenvolvimento da democracia interna, fortalecendo os moradores para continuarem resistindo bravamente em defesa de seus direitos.

Antes da primeira visita em Lage das Aroeiras, as irmãs já eram conhecidas de alguns moradores através de um programa que mantinham em uma Rádio de Juazeiro.

²⁵⁵ As irmãs faziam parte da Ordem dos Santos Nomes de Jesus e Maria - SNJM, que foi fundada em 1843 no Canadá e atualmente tem sede em Montreal. A SNJM é uma ordem internacional com cerca de 1.400 membros, no Brasil, as Irmãs dos Santos Nomes concentram seu trabalho nas mulheres, sobretudo às prostitutas, às vítimas de violência doméstica e às pessoas que vivem na marginalização em São Paulo, Capital, e em alguns municípios da Bahia. Disponível em: <<http://www.novosite.ssps.org.br/novosite/public.asp?1122-4226-traffic-de-mulheres-e-criancas-as-irmas-dos-santos-nomes-falam-sobre-a-questao>>. Acesso em 10 de abr. de 2014, p. 01.

²⁵⁶DORNELAS, Nelito N. **A identidade das CEBS**. Disponível em: <<http://vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-das-cebs/>>. Acesso em: 10 de abr. de 2014, pp. 01-03.

²⁵⁷RANGELL, Danillo P. Pereira. **Concepções da História na Teologia da Libertação e conflitos de representação na Igreja Católica (1971-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). 2013. P. 251 p. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana-BA, p. 154.

No programa da Rádio se falava muito em comunidade, a gente não sabia o que era, a gente conhecia os lugares da gente como fazenda, comunidade a gente passou a ouvir através do programa da Rádio. Além do programa delas tinha o de D. José Rodrigues que ajudou muito também, era um programa da Emissora Rural de Petrolina, chamado Palavra de Fé, a gente parava pra ouvir, a gente tinha aquela expectativa de querer conhecer, de querer saber o que realmente era comunidade²⁵⁸.

A atuação das freiras iniciou-se com a celebração da Quaresma, em 1986, que já era uma tradição da comunidade incentivada por S. João e D. Maria. O tema da Campanha da Fraternidade²⁵⁹ deste ano era “Terra de Deus, Terra de Irmãos”. S. Valdemar, D. Clara (sua irmã), Valdivino (sobrinho) e D. Analice (sua esposa) começaram a coordenar os encontros e posteriormente S. Valdemar se tornou animador da comunidade. Inicialmente a participação era motivada pela fé, mas posteriormente com as discussões realizadas, a formação política foi acontecendo, bem como a preocupação com a implantação de técnicas que melhorassem a vida da comunidade frente as dificuldades climáticas encontradas em decorrência das secas que enfrentavam regularmente, que era um dos temas enfatizados pelo trabalho desenvolvido pelas irmãs. Durante o ano de 1986 e 1987 participaram de vários encontros na Paróquia que a essa altura já contava com um grande grupo de animadores e promovia visitas entre as comunidades. Ainda em 1987, começaram a participar de encontros em outras paróquias, primeiro em Canudos, depois em Euclides da Cunha, Paulo Afonso (Diocese), Alagoinhas, Juazeiro, Salvador e outras.

Em 1987, a comunidade promoveu debates para elaborar propostas para a construção da Constituição Federal, promulgada em 1988. Nesses debates produziam relatórios, faziam levantamentos sobre as necessidades da comunidade, sempre norteados pelas discussões bíblicas, sobretudo a história dos Profetas, que serviam de estímulo para S. Valdemar e os demais membros da comunidade, continuarem buscando melhores condições de vida.

²⁵⁸ Depoimento de S. Valdemar Rodrigues, dia 16 de Fevereiro de 2013.

²⁵⁹ A história da Campanha da Fraternidade teve origem alguns anos antes do início do Concílio Ecumênico Vaticano II, quando um pequeno grupo de padres recém-ordenados, sob a coordenação de Dom Eugênio Sales, reunia-se em Natal, cada mês, para rezar e refletir sobre a Igreja e a Pastoral. Daí surgiram várias iniciativas postas em prática, com sucesso. Algumas vieram a ter dimensão nacional. Dentre elas estão o primeiro Regional da CNBB, que abrangia as dioceses da área territorial que ia do Maranhão à Bahia; o primeiro planejamento pastoral, colocando a técnica a serviço do Reino de Deus; a organização sistemática dos trabalhadores em sindicatos rurais, reconhecidos pelo Governo. E, logo a seguir, a primeira Federação dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Norte; paróquias confiadas a religiosas; as escolas radiofônicas e outras iniciativas. A Campanha da Fraternidade, posteriormente assumida em nível nacional pela CNBB no ano de 1964. Disponível em <<http://domeugeniosales.webnode.com.br/origem-da-campanha-da-fraternidade/>>. Acesso em 10 abr. de 2013, p. 01.

A Paróquia iniciou em 1988 um programa de alfabetização de adultos, através do método do educador Paulo Freire, conhecido com método Freiriano, que na Lage teve S. Valdemar como monitor, pois era um dos poucos que tinha noções de escrita. O Círculo de Cultura, como era chamado o encontro, proporcionava momentos de estudo e de reflexões sobre os problemas da comunidade através dos temas geradores que eram sobretudo, ligados ao cotidiano como terra, água, trabalho, e muitos outros. Porém de acordo com o monitor poucos foram os que conseguiram se alfabetizar.

No ano seguinte veio a Constituição Estadual e a comunidade então com três anos de caminhada pastoral mais uma vez elaborou suas propostas e enviou representantes para participarem desse processo, mas de acordo com S. Valdemar, na época tinham 63 (sessenta e três), mas às vezes só apareciam seis e não dava quórum. Eram encontros que reuniam 60 (sessenta) cidades, discutindo e defendendo a questão da saúde, educação, a terra e a água. Entre 1990 e 1991, participaram da elaboração da Lei Orgânica do município de Uauá, junto com as irmãs que faziam parte da comissão. Toda essa trajetória de participação na elaboração das leis trouxe um amadurecimento político muito grande para a comunidade que se fortaleceu para buscar os seus direitos.

Com a maioria dos moradores ainda analfabetos era chegada a hora de lutar pela educação. Primeiro S. Valdemar e Valdivino tentaram ser ouvidos através de uma carta que foi endereçada ao prefeito por três ocasiões e em nenhuma delas obtiveram resposta. Na Prefeitura sempre diziam que o prefeito estava viajando, ora para Salvador, ora para Brasília, defendendo os interesses do município. Ainda buscaram ser ouvidos através de dois vereadores que faziam oposição ao prefeito, mas não conseguiram. Eis que mais uma vez um programa de rádio despertou o interesse da comunidade e foi porta-voz de sua luta.

Nesse tempo tinha um programa na Emissora Rural de Petrolina, o radialista era Fernando de Oliveira, era mais voltado pra questão social, pro povo, pras comunidades participar pessoalmente ou através de carta, aí eu pensei, não tenho dinheiro pra ir, vou escrever uma carta, aí corri atrás do endereço, fiz a carta aqui de noite e mandei. O programa se chamava Grito da Catinga. Botei no correio na segunda e não é que quando foi no sábado a carta saiu no ar. Na carta eu botei toda a situação daqui, das pessoas analfabetas e na época a gente tinha trinta e cinco crianças sem escola. Ai depois disso, quem nem recebia minhas carta queria saber que eu era, todo mundo tava procurando saber quem era, uns pra apoiar outros pra criticar. Uma vez veio uma pessoa me criticar e me perguntou: você é formado, aí eu respondi sou, ele disse: formado pra quê? Aí eu disse: pra ser gente. Mas tudo isso valeu a pena, a partir dessa denúncia a comunidade tomou mais coragem e eu sei que não foi

muito longe e chegaram pra construir a escola e depois veio dois professor, um por turno (Sic)²⁶⁰.

Com a garantia de escola para as crianças e com a questão dos conflitos pela terra apaziguada desde a compra que fizeram aos Ferreira, o foco principal passou a ser a convivência com a seca, posteriormente denominada por diversos movimentos sociais de convivência com o semiárido. Essa era também uma grande linha de atuação das freiras, incentivar a comunidade a buscar a sustentabilidade hídrica, o aproveitamento dos frutos disponíveis na área de fundo de pasto como o umbu e o maracujá do mato e o plantio de palma como reserva alimentar para os animais. Com a chegada do trabalho do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, em 1994, o trabalho de convivência com as adversidades climáticas se tornou mais consistente, inicialmente com a construção de cisternas e posteriormente com a implantação de técnicas para adquirir uma produtividade com a terra, o manejo com as criações e além da palma, o plantio de leucina como alternativa forrageira.

O IRPAA é uma organização não governamental sediada em Juazeiro, na Bahia, fundada em 1990 com o apoio de entidades nacionais e internacionais ligadas a Igreja Católica. A convivência com o semiárido é a sua maior e mais importante meta, essa convivência se dá principalmente a partir do conhecimento e do domínio de técnicas de produção apropriadas para este clima, buscando uma distribuição justa das terras, das águas e políticas públicas que atendam as demandas da região e garantam a permanência do povo no semiárido²⁶¹.

Em conjunto com o IRPAA as irmãs organizaram um grupo de mulheres para o aproveitamento dos frutos através da produção de doces, geleias, compotas, sucos e etc. “Nois era tudo cego, com o trabalho das freiranois passamos a enxergá, a olha pra nois mesmo, a valorizá nossa coisa, a se ajudá”²⁶². Com a presença das freiras e, depois, com a criação da associação local em 1996, os laços de solidariedade se fortaleceram ainda mais, e as ações de cooperação tornaram-se mais planejadas e articuladas entre os moradores, o que permitiu que todas as famílias recebessem contribuições para a realização das suas colheitas, ou do beneficiamento dos seus produtos, como a farinha. O compromisso moral de retribuição da ajuda recebida se tornou um

²⁶⁰ Depoimento de S. Valdemar Rodrigues, 16 de Fevereiro de 2014.

²⁶¹ Disponível em: <<http://www.irpaa.org/modulo/portugues>>. Acesso em 11 de abr. de 2014, p. 01.

²⁶² Depoimento de D. Analice. Analice Rodrigues é esposa de S. Valdemar Rodrigues junto com ele passou a organizar a comunidade. Posteriormente D. Analice se engajou com outras mulheres no trabalho do beneficiamento das frutas da caatinga. 16 de Fevereiro de 2013.

compromisso político entre os sócios da associação, já que esta passou a ser uma prática endossada pela entidade.

Em 1996, as Freiras foram embora da Paróquia de Uauá, mas a semente plantada por elas e regada pela comunidade produziu muitos frutos dentre eles formação política, acesso a educação, desenvoltura discursiva, perspicácia e engajamento nas causas sociais, o que lhes valeu ascensão em termos de prestígio social e respeitabilidade.

Em 1998 S. João e D. Maria falecerem, mas o trabalho iniciado por eles, continuado por seu filho, S. Valdemar, seguiu sob a coordenação de seus netos Valdivino, Carlinhos e Jussemar que a partir do trabalho das CEBS e dos grupos de jovens da Paróquia de Uauá também se engajaram nas lutas pela terra e além de se dedicaram a organização da comunidade nos últimos anos, passaram a ser referência em outras entidades, e também na política partidária em Uauá com um trabalho realizado através do PT – Partido dos Trabalhadores.

4.2 “No cabo da minha enxada não conheço coroné²⁶³”: Cotidiano, Relações de Trabalho e Solidariedade.

Toda essa trajetória desde a fundação da comunidade, as lutas enfrentadas até aqui pela posse da terra e o trabalho das freiras para organização da comunidade se reflete na identidade dos moradores, sobretudo nas relações de trabalho que tem a solidariedade como uma grande aliada. Atualmente a comunidade tem 50 famílias, com aproximadamente 220 moradores que estruturam suas vidas em torno do trabalho na área de *fundo de pasto* com atividades de pastoreio de animais e de extrativismo de fruto nativos como o umbu e o maracujá. O trabalho respeita a divisão etária e sexual de seus membros, divisão essa presente em diversos grupos domésticos em diferentes regiões do Brasil, conforme estudos de Candido²⁶⁴ e Woortmann²⁶⁵. É um sistema que cada indivíduo tem um papel definido.

²⁶³ Trecho da música “A massa”, composição de Raimundo Sodré e Jorge Portugal. Um misto de chula e baião com solo rasgado de viola que aglutina alguns sambas já existentes. O sucesso da canção empurra as vendas do LP que ganha um Disco de Ouro pela venda de mais de 100 mil cópias. A música faz referência à mandioca, que é um dos alimentos mais consumidos no Brasil. Talvez por isso, foi o representativo usado para expressar o contingente brasileiro sufocado pela ditadura militar, 1964 a 1985. SILVIA, Regina. **Raimundo Sodré, chula no sangue.** Disponível em: <www.culturabaiana.com.br/raimundo-sodre/>. Acesso em: 20 de jul. de 2013.

²⁶⁴CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito.** Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

O processo de trabalho possui dimensões simbólicas que fazem construir não apenas espaços sociais e de gênero. Nas construções ideológicas dos sítiantes existem dois circuitos de atividades, o masculino e o feminino. No plano mais amplo, tudo que diz respeito ao pasto e a roça é circuito masculino; o que diz respeito a casa é feminino. No entanto existem momentos de trabalho agrícola em que homens e mulheres partilham o mesmo espaço, mesmo tempo, são os momentos de plantio, da capina (limpa) e da colheita²⁶⁶.

Em Lages das Aroeiras, as mulheres são, sobretudo, donas de casa e fazem todo o serviço doméstico sem a ajuda dos homens. Eles, por sua vez, são responsáveis pela produção agropecuária e trabalham ora sozinhos e ora com a ajuda dos filhos (as) e da mulher, a depender da atividade desempenhada. Em última instância, são os responsáveis pelo sustento externo da família. Os alimentos que vêm da roça e a carne que vem do pasto são processados na cozinha por suas esposas e filha(s) até que se tornem um alimento armazenável ou uma refeição. Assim, tanto a produção de bens como a produção de serviços conectam-se de maneira interdependente, de modo que uma não seria possível sem a outra²⁶⁷.

A interação, o ensino e o aprendizado acontecem por diversos meios: pela observação dos mais velhos pelos mais novos; pelo desempenho prático de tarefas que integram o processo produtivo do grupo doméstico desde a infância, junto aos pais ou irmãos mais velhos; e pela absorção gradativa de um conjunto de informações e de um complexo de conhecimentos que compõem o cotidiano dos trabalhadores rurais²⁶⁸. De acordo com Certeau, Giard e Mayol,

Cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha) nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, (...) é um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos, da infância, dos prazeres²⁶⁹.

²⁶⁵ WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do sul e sítiantes do nordeste. São Paulo:Hucitec, 1995.

²⁶⁶ WOORTMANN apud CAMAROTE, Elisa Machado. **Lages das Aroeiras**:Territorialização, parentesco e produção em uma comunidade baiana de fundo de pasto. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2010. 198 p. Universidade Federal da Bahia – UFBA, – Salvador – BA, p. 98.

²⁶⁷CAMAROTE, op. cit., 2010, p. 98.

²⁶⁸Ibidem, p. 99.

²⁶⁹CERTEAU, Michel de. GIARD Luce e MAYOL Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2 morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 31.

Nesse sentido o cotidiano dos trabalhadores de Lage das Aroeiras é permeado pelas diversas relações presentes entre os moradores que se articulam também em busca de alternativas para enfrentar as dificuldades presentes em seu modo de vida, que enquanto “homens ordinários”, homem da rua ou homem comum; um praticante,²⁷⁰ que com seu modo de ser de astúcias (táticas de invenção no espaço; criador de artimanhas, de embates, de projetos etc.), diante das estratégias (ações próprias do dominador), recria no cotidiano práticas de vida, deixando desvelar seus desejos e seus sonhos, que revelam seres não passivos, seres críticos, seres criativos...

Uma das táticas utilizadas pela comunidade na sua trajetória frente as “pressões sociais, econômicas e políticas que desafiam a sua existência”,²⁷¹ diante dos dominadores é “o vento da meia-noite”, que consiste na reunião de membros da comunidade durante a noite para destruir a tentativa de grileiros de cercarem suas terras ou as terras de outras comunidades. Geralmente armados com foices, alicates e facões, estes se juntam para cortar arames e a madeira utilizada nas cercas, demonstrando, a sua maneira, que aquela área já tem dono. A denominação inclui a palavra “vento” porque é uma ação rápida, sigilosa, com grande poder de transformar uma cerca em miúdos de forma bastante rápida. Essas são as respostas que essas comunidades oferecem ao poder público e aos grileiros diante da inoperância do Estado e da lentidão da justiça

A produção de bens e de serviços é realizada em espaços diversos presentes na localidade, tanto nas áreas familiares individuais como nas áreas de uso comum partilhadas pelos moradores da comunidade.

A agricultura é praticada nas roças de cada família. A caprinocultura tem lugar tanto nas roças particulares de capim como também no fundo de pasto. A busca de água é feita nas cisternas particulares, vizinhas às casas, e na cacimba comunitária marcada pelo seu fundador, que foi preservada e hoje é uma importante fonte hídrica da comunidade. A criação de galinhas e a plantação de hortaliças e verduras ocorrem nos quintais de cada casa. O extrativismo de lenha, frutas nativas, plantas medicinais, mel e a caça de animais silvestres, nas áreas de uso comum²⁷².

Além da articulação para produzir e trabalhar em família, o grupo se constitui como espaço de sociabilidade. “A sociabilidade é uma forma de se juntar as ações humanas e o resultado é a formação das próprias relações sociáveis, são os arquétipos

²⁷⁰ CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: Artes do fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990, p. 59-62.

²⁷¹ WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 108-110.

²⁷² CAMAROTE, op. cit., 2010, p. 99.

sociais, que produzem as estruturas, que são alimentados pelos conteúdos sociais”²⁷³. E essa sociabilidade presente na comunidade promove interação entre adultos, crianças e jovens, considerando “o trabalho como uma categoria cultural com múltiplos significados, que expressa uma ética, uma categoria moral”.²⁷⁴ Sociabilidade é tratada por Georg Simmel entrelaçada com o sentido de sociedade e fornece elementos para ampliar a dimensão que a sociabilidade em Lage das Aroeiras:

“Sociedade” propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberados de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmo e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade. Interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas [...].

Além do trabalho desenvolvido em cada família, estão presentes também várias sociabilidades entre os moradores, que são denominadas atualmente de mutirão. Candido ao estudar sobre a realidade econômica de um agrupamento caipira de parceiros do interior paulista, afirma que “as várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão, que soluciona o problema da mão de obra nos grupos de vizinhança (...) suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar”²⁷⁵. O relato de S. Valdemar²⁷⁶, ilustra bem a importância do mutirão para a comunidade;

O mutirão é uma coisa boa que a gente ainda usa. Mesmo aqui, antigamente se chamava de batalhão, mas na verdade é mutirão. Porque assim, quando as pessoa plantava a roça, aí quando se apertava com legume pra limpar, e não dava conta sozinho ou com a família, aí convidava os vizinho, fazia o almoço, a janta, levava um cachacinha, aí o povo se juntava e às vezes limpava toda aquela roça em um dia. O mutirão a gente usava dessa forma: o mutirão a gente começou a usar como uma coisa mais social. Aqui, no começo da organização, todo mundo que trabalhava a roça juntava a comunidade e, por exemplo, hoje ia pra roça de um, amanhã ia pra roça do outro, no outro dia pra do outro, do outro (...). Mas hoje tá mais pouca essa coisa, né, mas de vez em quando a gente ainda faz.

²⁷³ ALCANTARA JÚNIOR, José. **O conceito de sociabilidade em Georg Simmel**. Disponível em: <<http://www.publicpriorart.org/xml/20/1/1/2288/42171/20.1.1.2288.42171.xml>>. Acesso em: 10 de fev.de 2014, p. 05.

²⁷⁴ WOORTMANN e WOORTMANNapud CAMAROTE, op. cit. 2010, p. 99.

²⁷⁵ CANDIDO, op. cit., 2010, p. 81.

²⁷⁶ Depoimento concedido de S. Valdemar, concedido a Elisa Camarote. Disponível em: CAMAROTE, op. cit. 2010, p. 109.

Outra prática em que a comunidade recorre ao mutirão é na farinhada. Inicialmente era feita por conta do dono, mas depois do trabalho das Freiras a ajuda mútua na produção da farinha se tornou recorrente, conforme D. Louzinha, uma das filhas de S. João Cardoso

Antes, quando a gente ia farinha, a gente tinha que colocar trabalhadeira e trabalhador e todo mundo era ganhando dinheiro, né. Muitas vezes as pessoas tinha que vender quase toda a farinha que fazia pra pagar eles, quase pouco compensava. Às vezes quando pagava as despesas, às vezes não ficava pra passar o ano sem ter que comprar farinha, porque tinha que vender quase tudo pra pagar. Depois a gente começou: “Não, vamos fazer um mutirão também na casa de farinha! Vamos se juntar, fazer a farinha de um, depois a de outro, tudo junto.”. Deu certo! Até hoje ainda dá certo, mais do que no mutirão da roça. As mulheres se juntam, a gente arranca mandioca, traz pra casa de farinha. Hoje se rala mandioca de motor, antes era no rodete, no braço. Hoje a gente só paga o forneiro porque não é todo mundo que sabe assar a farinha, aí a gente tem que pagar alguém de fora. Até mesmo a despesa que a gente fazia, hoje não, as mulheres trabalham, cada uma vai almoçar na sua casa, às vezes um lanche na casa de farinha, mas melhorou. Hoje você faz a farinha, se der pra vender e deixar pra passar o ano, vende, se não, deixa tudo e passa o ano sem comprar farinha. Há um pouco de solidariedade também com as pessoas que trabalham na casa de farinha, mas não fazem a própria farinha, aí quem faz dá um pouco pra elas, colabora com as pessoas. Mas é muito mais fácil do que pagar dinheiro, né (Sic)²⁷⁷.

A farinhada também é lembrada por D. Louzinha como momento festivo, por causa dos cantos de trabalho que eram entoados pelas mulheres durante a realização das farinhas, entretanto a modernidade trazida pelo motor, provocou o sufocamento dos cantos que não podem mais ser ouvidos e foram se perdendo.

Tem uma coisa que se perdeu, é que antigamente se sabia onde tinha uma farinhada, pela cantoria que as trabalhadeira e o povo cantavam na casa de farinha. Cantavam versos, muito interessante, né. Trocavam versos, um dizia, o outro respondia, cantando no sistema de caipirada, de toada de casa de farinha (...). Era de uma forma que a gente trabalhava oito dias, quinze dias numa casa de farinha; quando terminava, que todo mundo ia embora naquele dia, era pras pessoas se afastarem, pra cada um ir pra sua comunidade, sua casa, choravam muito, pra se despedir, naquele dia era um sentimento que só se vendo, né... e isso se perdeu. Até porque se usava mais no tempo do rodete, e hoje em dia com a zuada de motor, ninguém consegue escutar nada. Mas a gente ainda conversa muito, mas na hora de usar o motor num dá. Mas aí enquanto umas coisas vão se evoluindo, outras vão se perdendo²⁷⁸.

²⁷⁷ Depoimento de d. Louzinha, irmã de S. Valdemar, concedido a Elisa Camarote, disponível em CAMAROTE, op. cit., 2010, pp. 109-110.

²⁷⁸ Idem.

A importância da farinha vai muito além de alimentar as mesas das famílias, pois alimenta o sentimento de encontro, de festa, de experiências, de saudade... Carmélia Miranda no livro *Vestígios Recuperados*, fruto de sua tese sobre as experiências de vida da comunidade negra rural de Tijuacu, em Senhor do Bonfim, evidencia a importância desses momentos festivos para a comunidade:

Uma das principais características da festa é a sociabilidade. É no espaço das comemorações que as relações sociais se entrelaçam e se aguçam. O ambiente festivo, de alegria e descontração, leva os participantes a terem tal comportamento. Nesse espaço, também se encontra o sentido da religiosidade e da solidariedade e, ainda, as demarcações de especificidades e diferenças entre os indivíduos e os grupos²⁷⁹.

Para além da utilização do mutirão nas roças ou na farinhada, outro exemplo de sociabilidade é praticado pelo grupo de mulheres que por terem interesses específicos e estimuladas pelo trabalho das freiras e do IRPAA transformaram a utilização e a coleta do umbu numa safra de sonhos e realizações. A coleta desses frutos faz parte da tradição das famílias rurais desde tempos imemoriais para utilização na alimentação (umbuzadas, sucos etc.), porém a maioria da produção ficava nas roças a disposição dos animais, uma vez que a comunidade não consumia toda a produção.

Através do trabalho da Associação, foi instalada pela Cooperativa Agricultura Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá - COOPERCUC, que foi fundada pelo IRPAA, uma mini fábrica de processamento de frutas e os frutos que antes eram utilizados para o consumo doméstico ou para alimentação animal, passaram a ser beneficiados por essas mulheres, que ao transformarem os frutos em doces, geleias, compotas e sucos, transformaram também suas vidas, uma vez que passaram a vender os produtos nas feiras e eventos promovidos pela cooperativa.

A existência da mini fábrica de Lage das Aroeiras e das que existem em outras comunidades só é possível por causa da existência das áreas de *fundo de pasto*, é delas que saem os frutos para o beneficiamento e o reconhecimento como produto orgânico uma vez que na área de *fundo de pasto* não há a utilização de adubos ou fertilizantes. Além disso, as mulheres fazem a coleta do umbu e do maracujá diretamente na planta, sem aproveitar os frutos que caem no chão, uma vez que estes perdem a qualidade e podem ter sido pisoteados anteriormente pelos animais que pastoreiam na área. O

²⁷⁹ MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **Vestígios Recuperados**: experiência da comunidade negra rural de Tijuacu – BA. São Paulo: Annablume, 2009, p. 107.

trabalho que é desenvolvido na mini fábrica da comunidade é coordenado por D. Edite e D. Analice e não se restringe a comunidade, elas são lideranças também na Coopercuc e ministram cursos sobre o aproveitamento do umbu e do maracujá em vários estados do Nordeste articulados pelo IRPAA. O depoimento de D. Edite permite perceber o percurso desse trabalho:

A gente ficava só dentro de casa, cuidano da casa, não sabia o valor do produto. O imbú aqui, a gente só ia lá pegava um bocadinho, fazia uma imbuzada, nem o vinho de imbu nós nunca fizemos. E aí pronto se perdia, ninguém tinha experiência nenhuma. Depois começou a aparecer umas pessoas e passou a andar com a gente ensinando o valor do imbú. No começo era só prática, era pra aprender mesmo, era eu e Analice, onde jogava nós, nós ia. O meu marido mais o dela não era tão machista, mais os das outra não gostava não, porque tinha que viajar pra outros lugares, aí só ia eu mais ela, porque os das outras não gostava não. Nós aprendemo e pegemo a trabalha andano dano curso as pessoa. Eu sei que nós andemo, andemo e hoje já são dezoito mini fábrica no município, isso tudo foi começado no foco de nós duas. Isso começou tem mais de dez anos. A daqui foi fundada em 2005 e hoje já tem várias participando. Eu sei que com isso, a gente conhece muita gente e muita gente nos conhece. (Sic)²⁸⁰.

A transformação se deu, segundo depoimento de D. Edite, de várias maneiras, inicialmente pelo enfrentamento familiar devido à necessidade de transporem as barreiras do lar para se deslocarem para reuniões fora da comunidade e para o local de produção coletiva dos produtos, uma vez que tradicionalmente, “a mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas, mãe e dona de casa”²⁸¹. Essa transposição, segundo elas, inicialmente foi difícil, pois não tinham informações suficientes sobre o aproveitamento do umbu, mas após dez anos de caminhada, os frutos do trabalho se multiplicaram em várias comunidades e hoje são referência pela qualidade dos produtos que fabricam e são consumidos em várias partes do mundo.

Mas para que todas essas relações de trabalho pautadas na solidariedade e nos vários exemplos de sociabilidades relatados possam continuar é imprescindível que a questão da regularização da área que utilizam possa realmente se efetivar, pois embora tenham recebido há alguns anos a visita de técnicos da CDA, que fizeram a medição da

²⁸⁰ Depoimento de D. Edite, 16 de Fevereiro de 2014. D. Edite é uma noras de S. João que também se engajou na organização da comunidade, principalmente através do trabalho do IRPAA e junto com D. Analice passou a atuar no trabalho de beneficiamento de frutas não só na comunidade, mas em diversas outras do Nordeste.

²⁸¹ PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 09.

área para uma posterior titulação, infelizmente, após o parecer da PGE em 2007, o sonho de ter finalmente a posse assegurada ainda não tem data para se realizar.

4.3 A luta que tece a rede: parcerias e articulações²⁸²

A existência da comunidade na atualidade perpassa uma rede de parcerias e articulações que são fundamentais para a sua continuidade com autonomia enquanto um ambiente de trabalho solidário que tem a posse do uso comunitário da terra como uma das necessidades para sua continuidade. Para SCHERER-WARREN o conceito de rede

É um conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais, refere-se a uma estratégia de ação coletiva, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa ideia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo²⁸³.

O termo rede no âmbito dos movimentos sociais foi apropriado de acordo com Coelho Neto como

Estratégias de comunicação e empoderamento da sociedade civil, propiciando a articulação política dos grupos sociais na contemporaneidade, seja como sujeitos de resistência ou como propositores de políticas públicas. Nesse sentido, as redes assumem duas perspectivas distintas, seja como forma organizacional ou como estratégia de ação e de inter-relação com outros poderes instituídos, face às possibilidades de estabelecimento de relações mais horizontalizadas, descentralizadas e democráticas²⁸⁴.

A rede de parcerias e articulações que a comunidade faz parte têm sua gênese no trabalho das CEBS e da CPT, que contribuíram para o surgimento e a consolidação de movimentos sociais e passaram a ser parceiros das comunidades de *fundos de pasto* nas diversas reivindicações presentes em suas pautas objetivando conquistar cada vez mais a melhoria nas condições de vida, trabalho e renda. Essa rede se constitui numa teia de ajuda mútua e proteção frente às adversidades enfrentadas pela insegurança gerada pela não regularização das terras da comunidade até então.

²⁸² As informações para compor esse item do trabalho foram levantadas a partir do depoimento dos moradores entrevistados para compor este trabalho.

²⁸³SCHERER-WARREN apud COELHO NETO, Agripino Souza. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia). 2013. 428 p. Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, p.60.

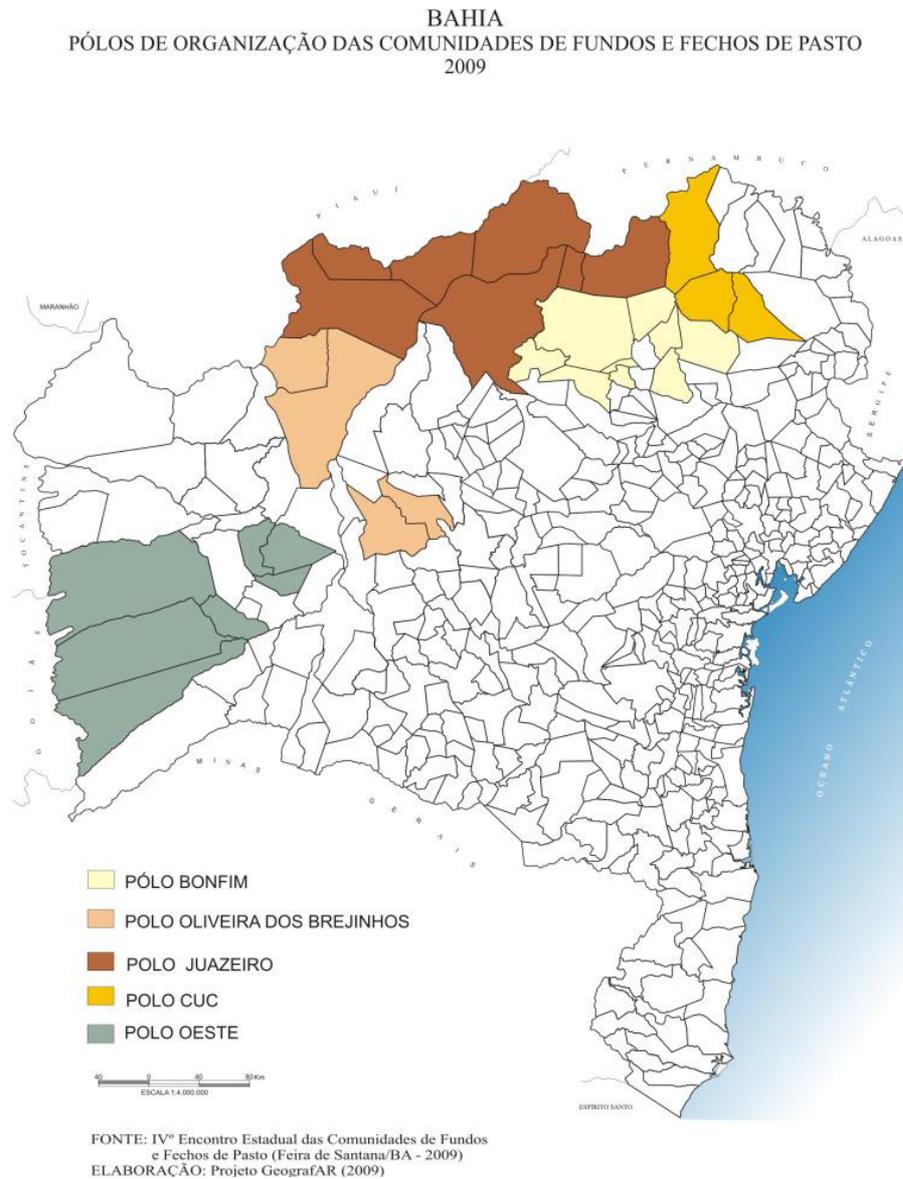
²⁸⁴COELHO NETO, op. cit., 2013, p.60.

O engajamento da comunidade com outras entidades se constitui como articulação política e parceira institucional em escala local, regional, nacional e internacional, que é tecida pela luta empreendida desde a fundação da comunidade até o presente. Será tratada a seguir evidenciando as entidades que a comunidade é parceira e como essa teia se forma e quais são os canais de participação. Os segmentos que a comunidade se articula são: Luta pela Terra e pela Água, Produção e Comercialização.

No segmento Luta pela Terra e pela Água – A comunidade se articula com entidades do próprio movimento *fundo de pasto*, a exemplo da Central de Fundo de Pasto de Sr. do Bonfim e da Articulação Estadual de Fundo e Fecho da Bahia. Com a Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais – AATR, com a Comissão Pastoral da Terra – CPT da Diocese de Juazeiro e com o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA.

Essa dinâmica de circulação dos acontecimentos e de discussão dos problemas e necessidades da comunidade mantém viva a teia com nós bem apertados que sustentam a luta pela cidadania e a constante busca por ações do poder público que atenda as suas demandas de forma satisfatória, participativa e democrática. Essa rede também tem como foco principal o apoio mútuo às comunidades que sofrem a invasão de seus territórios, que são ameaçadas pela insegurança jurídica e que são invadidas pelos projetos modernizadores da produção que ameaçam a existência de milhares de famílias. Essa teia de articulação de Luta pela Terra e pela Água, se estende a todos os polos organizados pelo movimento do fundo e fecho de pasto na atualidade, visualizados no mapa a seguir.

MAPA 06 – PÓLOS DE ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE FUNDOS E FECHOS DE PASTO – 2009



No segmento Produção e Comercialização a principal parceira da comunidade é a COOPERCUC que faz um trabalho voltado para a constante capacitação das famílias sobre o uso dos recursos naturais de forma sustentável através de eventos de formação para a convivência com o semiárido e o fornecimento de assistência técnicas as famílias, tanto nas roças familiares, como na área de fundo de pasto, com o objetivo de aumentar a produtividade com técnicas apropriadas à manutenção de sua qualidade.

No que se refere à comercialização, o foco da Cooperativa em inserir a produção realizada na mini fábrica no mercado nacional, através da venda a supermercados e para a merenda escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar que tem 30%

de suas compras destinadas a agricultura familiar. A produção de doces, geleias e sucos da comunidade repassada para a Cooperativa utilizada na merenda escolar nos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá proporciona além da comercialização, a oportunidade de valorização dos produtos locais pelos estudantes que além de consumirem alimentos orgânicos, consumem o fruto do trabalho desenvolvido nas áreas de *fundo de pasto*, contribuindo para a sua preservação.

A comercialização está articulada também internacionalmente com a importante parceria com a SlowFood que é uma Fundação pela Biodiversidade, fundada em 2003, com sede em Florença, na Itália. Através dessa fundação, criada para defender a biodiversidade alimentar e tradições gastronômicas em todo o mundo, promovendo um modelo sustentável de agricultura que respeita o meio ambiente e a identidade cultural, passaram a exportar seus produtos para vários países da Europa. Essa expansão do trabalho da comunidade através da Cooperativa é bastante significativa para as mulheres. “A gente se sente orgulhosa de ver que os produtos que a gente faz aqui no lugar da gente, depois vai pros lugá longe, pra Itália, França, Alemanha. Já tem muita gente grande valorizando nosso trabalho, deixa a gente até emocionada”²⁸⁵.

A Cooperativa promove anualmente desde 2008 o Festival Regional do Umbu, que é um evento que atrai milhares de pessoas da região e entidades que promovem a produção orgânica e a participação de movimentos sociais parceiros da cooperativa e das comunidades de *fundo de pasto* da região. É evento também de divulgação dos produtos e que impulsiona a comercialização através da divulgação dos produtos da cooperativa. O evento tem ainda um caráter de fortalecimento do movimento com a promoção de palestras, cursos de formação e rodas de conversas sobre temas pertinentes a produção, comercialização, organização social e política das comunidades e a presença de representantes do poder público.

Todas essas ações fazem com que a comunidade se sinta protegida e tenha sempre a quem recorrer nas dificuldades enfrentadas no cotidiano, além de garantir a continuidade do trabalho desenvolvido. O apoio recebido amplia as possibilidades de crescimento da comunidade principalmente no que se refere à melhoria da sua produção e comercialização e no apoio na defesa do seu território para os que hoje vivem na comunidade e para os que nela viverão futuramente.

²⁸⁵ Depoimento de D. Analice, 16 de Fevereiro de 2013.

Considerações finais

A origem do fundo de pasto esta relacionada a ocupação das áreas sertanejas para criação extensiva de gado, sem a delimitação prévia das terras concedidas aos sesmeiros, o que posteriormente, na ocupação gradativa do território, fez surgir as áreas comuns que posteriormente foram denominadas *fundo de pasto*. Aliada a essa continuidade das áreas comuns e da legislação agrária, que ficou sob as ordens de Portugal até 1822, e depois com a criação da primeira Lei de Terras, em 1850, as posses dos trabalhadores rurais sertanejos não foram reconhecidas e sua utilização continuou a ser regida pela Lei do Costume de utilizar a terra comunitariamente.

Ainda no período imperial, o Estado brasileiro deu origem às políticas desenvolvimentistas regionalizantes que foram intensificadas durante a ditadura militar com a criação de diversos projetos que tinham como objetivo desenvolver o nordeste. O principal instrumento utilizado por esses projetos foi a concessão de crédito rural. Essa concessão de crédito causou a mercantilização das terras sertanejas que eram utilizadas pelas comunidades e como consequência dessa mercantilização passaram a sofrer diversas invasões através da grilagem de suas terras, pois quanto mais terra, mais crédito. Essas incursões foram realizadas, sobretudo, por políticos e proprietários de terras que ampliaram significativamente seus domínios. Dentre os projetos regionalizantes, destacou-se o Projeto Sertanejo que ao financiar a compra de terras e seu beneficiamento aumentou a cobiça pelas terras do fundo de pasto e a crescente onda de cercamento, atingindo diversas comunidades.

Os conflitos causados na década de 1970, fruto das políticas regionalizantes, fizeram com que as comunidades passassem a contar com o apoio de entidades ligadas a Igreja Católica, como a CPT e FUNDIFRAN e posteriormente, na década de 1980 com o trabalho das CEBS na sua organização interna. Esse processo de organização interna aconteceu em diversas comunidades que, com o apoio das entidades de cunho católico citadas, os Sindicatos rurais e a AATR, em 1989 conseguiram a inclusão da utilização comunitária da terra Constituição Estadual, mas como contrato de concessão de direito real de uso, porém como já vinha sendo feito desde a atuação do Projeto Fundo de Pasto na década de 1980, a regularização continuou sendo feita pela emissão de títulos de domínio, mas tendo como marca a morosidade e a incapacidade do Estado em cumprir o seu papel e proceder à regularização das áreas.

O processo de organização interna culminou na criação de organizações regionais, denominadas de Centrais Regionais que reforçaram o poder de mobilização das comunidades e fizeram com que estas conquistassem maior visibilidade e afirmação da sua identidade. Em 2001 deram origem à criação da Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto, que apesar da pauta principal continuar sendo a regularização fundiária, passou a reivindicar também junto ao poder público estadual políticas educacionais, ambientais e hídricas para atender as diversas demandas das comunidades.

O reconhecimento como comunidade tradicional brasileira em 2007, trouxe mais visibilidade ainda os fundos de pasto e oportunizaram a participação do movimento na formulação de políticas que proporcionem a continuidade do seu modo tradicional de viver e utilizar a terra comunitariamente que se constitui como um instrumento de resistência ao sistema capitalista que privilegia a propriedade privada como estratégia de produção e desenvolvimento econômico.

Diante dos estudos realizados é possível afirmar que a garantia da posse da terra é um dos grandes impasses para que haja sua continuidade, sobretudo após o parecer da PGE (2007) que tornou nulos os poucos títulos emitidos até então e deixou as comunidades a mercê dos ditames do capital que se materializa através das diversas formas de grilagem, da pressão das mineradoras, da implantação de projetos governamentais como a construção de barragens e das áreas de produção da energia eólica, a energia limpa que tem causado problemas a várias comunidades .

A comunidade Lage das Aroeiras, assim com tantas outras, passou por um longo processo de disputa para defender suas terras, pois também foi alvo dos efeitos nocivos trazidos pelas políticas regionalizantes. O trabalho das CEBS na comunidade foi fundamental para sua organização interna e para importantes conquistas como a escola para as crianças e o início do trabalho do IRPAA na comunidade.

O trabalho do IRPAA contribuiu significativamente para que a comunidade adquirisse técnicas apropriadas para a convivência com o semiárido e para o aproveitamento de frutos nativos como o maracujá e o umbu que passaram a ser beneficiados pelas mulheres através do trabalho desenvolvido pela COOPERCUC, criada pelo IRPAA. Além da transformação dos frutos através de compotas, doces, sucos e geleias, a transformação se deu também para as mulheres da comunidade que adquiriram através da valorização familiar e comunitária adquiriram mais reconhecimento e passaram a partilhar não só os frutos, mas os saberes também, ensinando o que aprenderam para outras comunidades.

Essa articulação permite que as relações de trabalho, as sociabilidades e a cooperação presentes no cotidiano de Lage das Aroeiras e de várias outras comunidades constituam-se como um diferencial social no que se refere à solidariedade presente entre os moradores, frente a uma sociedade que privilegia o individualismo, a acumulação de bens e a obtenção do lucro cada vez maior.

Para garantir a sua continuidade e se fortalecer frente as ameaças que rondam a comunidade, esta faz parte de uma rede, que se constitui numa ajuda mútua e um elo que vai além das fronteiras geográficas e se estende para as fronteiras pautadas pelo companheirismo e pela amizade e pelas diversas relações de parentesco que entrelaçam o cotidiano das comunidades.

Diante dos estudos realizados é possível afirmar que a garantia da posse da terra é um dos grandes impasses para que haja sua continuidade, mas não é o único. Acredita-se que, para o *fundo de pasto* de Lage das Aroeiras e de outras centenas de comunidades pasteiras continuarem a existir para as futuras gerações, é imprescindível uma articulação cada vez maior entre as comunidades praticantes e políticas públicas ambientais, hídricas, educacionais, sociais e culturais que garantam que as famílias sertanejas vivam dignamente na terra onde nasceram e sonham em ver os seus descendentes crescerem e se multiplicarem enquanto trabalhadores rurais respeitados e com o seu “jeito” de utilizar a terra comunitariamente, plenamente reconhecido e valorizado.

Referências

ALCANTARA, Denílson Moreira de. **Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica: comunidade de Fundo de Pasto Caldeirãozinho, Uauá – BA.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Salvador: Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2011.

ALCANTARA, Denílson Moreira de; GERMANI, Guiomar **Fundo de Pasto: um conceito em movimento** Artigo VIII Encontro Nacional de ANPEGE 2009. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/54e66ace5c85ed2ae6112cd0e98734c9.pdf>. Acesso em 14 de mar. de 2010.

ALCANTARA, Denílson Moreira de; GERMANI, Guiomar. **As Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto na Bahia: luta na terra e suas especializações** Artigo Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010.

ALCANTARA JÚNIOR, José. **O conceito de sociabilidade em Georg Simmel.** Disponível em: <http://www.publicpriorart.org/xml/20/1/1/2288/42171/20.1.1.2288.42171.xml>. Acesso em: 10 de fev. de 2014.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de e MARIN, Rosa Azevedo. **Fundo de Pasto: nosso jeito de viver no sertão.** Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais. UFAM, 2007 (Fascículo 2 – Fundo de Pasto).

ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2. ed., Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o Homem no Nordeste.** 6ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil.** 3ª ed. Belo Horizonte: Atlas. 1982.

ARTICULAÇÃO ESTADUAL DAS ÁREAS DE FUNDO DE PASTO. **O Fundo de Pasto que queremos:** política fundiária, agrícola e ambiental para os fundos de pasto baianos. Salvador – BA, 2005, 72 p. (Versão Preliminar).

ASA – ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Resistência das comunidades ribeirinhas à construção das hidrelétricas de Riacho Seco e Pedra Branca.** 2010. Disponível em: <http://7enconasa.wordpress.com/2010/03/17/resistencia-das-comunidades-ribeirinhas-a-construcao-das-hidroeletricas-de-riacho-seco-e-pedra-branca/>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

BAHIA, Constituição (1989). **Constituição do Estado da Bahia**. Salvador, BA, Câmara dos Deputados, 1989.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **A história do Banco se confunde com a história da transformação do nordeste**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/O_Banco/Historico/gerados/hist_1950.asp>. Acesso em: 24 de abri. de 2013.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **História**. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html. Acesso em 24 de abr. de 2013.

BOFF, Leonardo. **Quarenta anos da Teologia da Libertação**. 2011. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BORGES, José Carlos. **Comunidades de Areia Grande clamam por justiça no município**. Disponível em: <<http://zecarlosborges.blogspot.com.br/2013/03/casa-nova-ba-comunidades-de-areia.html>>. Acesso em: 10 de jul. de 2013.

BOXER, Charles. **A idade do ouro no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRUNI, Fernanda Zilli. **Ideias separatistas e autonomia política: depoimentos sobre a criação do Estado do Tocantins**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e projetos Sociais). Rio de Janeiro: FGV, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2105/CPDOC2007FernandaZilliBruni.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 de abril de 2013.

BURSTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro/Fortaleza: Garamond, 2008.

CABRA MARCADO PARA MORRER. Direção: Eduardo Coutinho. Narração: Ferreira Gullar, Tite Lemos e Eduardo Coutinho. ELENCO: Elisabeth Teixeira e família, João Virgíneo da Silva e os habitantes de Galileia (Pernambuco). Editora Globo Filmes, Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=VJ0rKjLIR0c>>. Acesso em: 20 de abr. de 2013.

CALIXTO, Bruno. **A onça-pintada contra energia eólica**. Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/2013/03/04/no-interior-da-bahia-onca-pintada-disputa-espaco-com-torres-eolicas/>>. Acesso em: 11 de jul. de 2013.

CAMARA, Antônio Silva. **A atualidade da Reforma Agrária: de Canudos aos Sem-terra**. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/03camara.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

CAMAROTE, Elisa Machado. **Lages das Aroeiras: Territorialização, parentesco e produção em uma comunidade baiana de fundo de pasto.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2010. 198 p. Universidade Federal da Bahia – UFBA, – Salvador – BA.

CANCIAN, Renato. **Governo Médici (1969-1974): “milagre econômico e a tortura oficial”.** Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-medici-1969-1974-milagre-economico-e-a-tortura-oficial.htm>>. Acesso em: 03 de mar. de 2014.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito.** Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CANO, Wilson. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento.** Ano 5. n. 7. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Avaliação da Intervenção Governamental no sistema produtivo do Fundo de Pasto.** Salvador: CAR/INTERBA, 1987.

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. **Da esperança à crise: a experiência das políticas regionais no nordeste.** Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2001.

CASTRO, Eduardo Rodrigues de. **Crédito Rural e oferta agrícola no Brasil.** Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Federal de Viçosa – UFV. 2008. 131 p. Viçosa – MG, p. 02.

CASTRO, Anna Maria. **Josué de Castro.** Disponível em: <<http://www.josuedecastro.com.br/port/index.html>>. Acesso em: 01 de maio de 2013.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome.** São Paulo: Antares, 10^a ed., 1984.

CENTRO NORDESTINO DE INFORMAÇÕES SOBRE PLANTAS. Aroeira. 2013. Disponível em: <<http://www.cnip.org.br/PFNMs/aroeira.html>>. Acesso em: 01 de jul. 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes do fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

CERTEAU, Michel de. GIARD Luce e MAYOL Pierre. **A invenção do cotidiano: 2 morar, cozinhar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CNIP – CENTRO NORDESTINO DE INFORMAÇÕES SOBRE PLANTAS. Aroeira. 2013. Disponível em. <<http://www.cnip.org.br/PFNMs/aroeira.html>>. Acesso em 01 de jul. 2013.

COELHO NETO, Agripino Souza. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia.** Tese (Doutorado em Geografia). 2013. 428 p. Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro – RJ.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia a República: momentos decisivos**. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA E SILVA, Candido da. **Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia**. São Paulo: Ática, 1982.

COTRIM, Dione Vinhas Nascimento. **O pastoreio Comunitário em Uauá: uma expressão da subordinação do trabalho ao capital**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 1991. 108 p. Salvador, UFBA.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação. **Celso Furtado**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso_furtado>. Acesso em: 30 de maio de 2013.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – Bahia e Sergipe. **O trabalho da CPT da Diocese de Juazeiro nas áreas de Fundo de Pasto**. Informativo TERRA VIVA, Ano XI, n. 76, Nov. 2007.

_____ – Diocese de Juazeiro - BA. **Depois da barragem, as torres**. 2013. Disponível em: <<http://cptjuazeiroba.blogspot.com.br/search?q=energia+e%C3%B3lica>>. Acesso em: 11 de jul. de 2013.

CPT. **Mineração na região de Juazeiro: avanços, impactos e resistência das comunidades rurais**. 2009. Disponível em: <http://www.cptba.org.br/joomla15/download/diagnostico_mineracao_juazeiro_jul2009.pdf>. Acesso em: 09 de jun. de 2014.

DIAMANTINO, Pedro Teixeira. **“Desde o raiar da aurora o sertão tonteia”**: Caminhos e descaminhos da trajetória sócio-jurídica das comunidades de fundo de pasto pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. Dissertação (Mestrado em Direito). 2007. 143 p. Universidade de Brasília – UNB, Brasília – DF.

DIAMANTIDO, Pedro e MAGALHÃES FILHO, Paulo A. **Grilagem de terras ameaça fundos de pasto na Bahia**. 2008. Disponível em <<http://pambazuca.org/pt/category/comment/52758>>. Acesso em: 10 de jul. de 2013.

DIAS, Simone C. S. Dias. **Frentes de Luta em defesa do Fundo de Pasto nos anos 1980 e 1990 – Monte Santo - BA**: o processo de regularização, seus atores e seus desafios. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV – Jacobina – BA, 2006.

DICK, H. **História da Pastoral da Juventude no Brasil**. Disponível em: <http://www.casadajuventude.org.br/media/caminho_hilario.pdf>. Acesso em: 15 de abr., de 2013.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **História**. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&f_ope=registro>. Acesso em: 23 de abr., de 2013, p. 01-04.

DORNELAS, Nelito N. **A identidade das CEBS.** Disponível em: <<http://vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-das-cebs/>>. Acesso em: 10 de abr. de 2014.

EHLE, Paulo. **Canudos: Fundo de Pasto no Semiárido.** Paulo Afonso: Fonte Viva, 1997.

ESTRELA, Ely de Souza. **Sobradinho: a retirada de um povo.** Salvador: Eduneb, 2010.

_____. **Ação coletiva no Alto-Médio São Francisco: o caso da Fundifran (1971-2003).** Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300847267_ARQUIVO_AcaocoletivanoAltoMedioSaoFranciscoElyEstrela.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

FARIAS, Sara de Oliveira. **Enredos e Tramas nas minas de ouro de Jacobina.** Recife: Ed. UFPE. 2008.

FERRARO JÚNIOR, Luiz A. **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). 2008. 484 p. Universidade de Brasília – UNB, Brasília – DF, 2008.

FERRARO JÚNIOR, Luiz A. **Tradição e Territorialidade nos fundos de pasto da Bahia: do capital social ao capital político.** Disponível em <www.aatr.org.br/site/uploads/.../tradicao_e_territorialidade>. pdf. Acesso em 01 de set. de 2012.

FREITAS, Emmanuel Oguri. **A cerca jurídica da terra.** Disponível em <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Emmanue_Freitas.pdf>. Acesso em 11 de mar. de 2013.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed., 2000.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Fundo de Pasto: um projeto de vida do sertanejo.** Salvador: INTERBA/SEPANTEC/CAR, 1987.

GASPAR, Lúcia. **O Nordeste do Brasil.** 2003. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=197&Itemid=180>. Acesso em: 20 de jun. de 2013.

GERMANI, Guimar. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro.** GeoTextos, v. 2, n. 02, 2006, p. 132. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/9a648763dc58f84a08aad80e4672b8fe.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. de 2014.

_____. **A Pequena Propriedade e o Meio Ambiente no Médio São Francisco.** In: MEDEIROS, R. M. V e FALCADE, (Orgs.). **Tradição Versus Tecnologia.** Porto Alegre: UFRGS, 2009, p.125-142.

_____. **Cuestión agrária y asentamiento de población em el área rural:** La nueva cara de la lucha por latierra, Bahia, Brasil (1964-1990). Tese (Doutorado em História). 1993. Facultad de Geografia e Historia, Universidad de Barcelona.

GONÇALVES NETO, Wenceslau e MIRANDA, Luciana Lilian de. **A política de crédito rural nos anos de 1965-1985:** Histórico, expansão e crise. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/cms2304.htm>>. Acesso em: 17 de Jan. de 2014.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão, veredas.** 19ª Ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

HOBBSAWN, Eric J. A Invenção das Tradições (Introdução). In: HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (Org.). **A Invenção das Tradições.** – Tradução de Celina Cardim Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 9 – 22.

_____. **Mundos do Trabalho:** novos estudos sobre História Operária. Coleção Oficinas da Historia. 5ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2008.

_____. **Sobre História.** 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200004>. Acesso em: 21 de jan. de 2014.

LINHARES, Maria Yeda. **Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil** (Séculos XVII e XVIII). Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf>. Acesso em: 25 de abr. de 2014.

LOBÃO, Jocimara S. B. et al **Aplicação de técnicas de geoprocessamento para mapeamento geomorfológico do polo de Guanambi:** subsídios para o estudo da degradação ambiental e desertificação. REVISTA GEONORTE, Edição Especial, V.2, N.4, p.173 – 186, 2012.

_____. **Semiárido da Bahia, limites físicos ou sócio-político:** uma abordagem geotecnológica para delimitação oficial. Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br/labgeo/srgsr2/pdfs/poster15.pdf>. Acesso em 01 de abr. de 2014.

MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Na Bahia, atingidos por barragens, marcham na BR 210.** 2010. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/na-bahia-atingidos-por-barragens-marcham-na-br-210>>. Acesso em: 26 de maio de 2013.

MACHADO, Cacilda. **As muitas faces do compadrio.** Rev. Bras. Hist. [online]. 2006, v. 26, n.52, pp. 49-77. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a04v2652.pdf>>. Acesso em: 01 de set. de 2012.

MARTINS, Maria Fernanda V. **O Conselho de Estado no Segundo Reinado**. 2012, p. 01-02. Disponível em: <<http://redememoria.bn.br/2012/01/o-conselho-de-estado-no-segundo-reinado/>>. Acesso em maio De 2014.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar nesse verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **O cativo da Terra**. 7ª ed., São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, Suely Aparecida. **As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura**. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/.../12404>. Acesso em: 02 de set. de 2012.

MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Na Bahia, atingidos por barragens, marcham na BR 210**. 2010. Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/na-bahia-atingidos-por-barragens-marcham-na-br-210>>. Acesso em 26 de maio de 2013.

MELO e SILVA, Tiago Moreira. **A presença das Ligas Camponesas na região Nordeste**. 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_TMM.pdf>. Acesso em 22 de abr. de 2013.

MESQUITA, Zilá. Do território a consciência territorial. In: MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C.R. (Orgs). **Territórios do Cotidiano**. EDUNISC, Santa Cruz do Sul: 1995.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **Vestígios Recuperados: experiência da comunidade negrurural de Tijuacu – BA**. São Paulo: Annablume, 2009.

MIRANDA, Ricardo. Avaliação do Projeto Sertanejo. **Revista Econômica do Nordeste** - REN, Fortaleza, v. 21, nº 2, p. 193-224, abr./jun., 1990.

MOCELLIM, Alan Delazeri. A Comunidade: da Sociologia clássica à Sociologia Contemporânea. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.105-125, 2011.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia e Memória**. São Paulo, Contexto: 2010.

MOTTA, Márcia Maria M. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do sec. XIX**. Tese (Doutorado em História). 1996. 332 p. Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP.

NEVES, Erivaldo F. **Sesmarias em Portugal e no Brasil**. POLITEIA: Hist. e Soc. Vitória da Conquista, v. 01, nº 01, p. 111-139, 2001. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/151.pdf>. Acesso em: 05 de jul. de 2013.

NEVES, Frederico de Castro. **Getúlio e a Seca: políticas emergenciais na Era Vargas.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n° 40, p. 107-131. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 de abr. de 2013.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. **Cidades da Mineração: memórias e práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX.** Cuiabá: Ed. UFMT; Carlini&Caniato Editorial, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas do campo.** São Paulo. Contexto: 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista.** São Paulo:Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **Mercadoria, mercantilização e mercado.** Disponível em: <[http://pt.scribd.com/doc/19610591/Marcos-Barbosa-Um-esquema-teorico-para-o-estudo damercantilizacao-da-ciencia](http://pt.scribd.com/doc/19610591/Marcos-Barbosa-Um-esquema-teorico-para-o-estudo-damercantilizacao-da-ciencia)> p.02. Acesso em: 23 de abr. de 2013.

_____. **Elegia para uma re(li)gião.** São Paulo, Paz e Terra, 1993.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente a ação da OIT.** OIT, Brasília, 2011.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas.** São Paulo: UNESP, 1998.

PIMES. **Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro.** Recife: SUDENE, 1984

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Narrativas sobre o perigo: a desapropriação do Engenho Galileia e as Ligas Camponesas (1959-1964),** 2007. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/sites/default/files/P1_%20Pablo%20Porfirio.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

PRADO, Carlos Batista. **A teoria moderna da colonização como analogia à possibilidade de libertação da classe trabalhadora,** 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86prado.pdf>>. Acesso em maio de 2014.

PYL, Bianca. **Ação direta de juiz acua comunidades de fundo de pasto.** 2010. Disponível em <<http://reporterbrasil.org.br/2010/04/acao-direta-de-juiz-acua-comunidades-de-fundo-de-pasto/>>. Acesso em: 10 de jul. de 2013.

RANGELL, Danillo P. Pereira. **Concepções da História na Teologia da Libertação e conflitos de representação na Igreja Católica (1971-1889).** Dissertação (Mestrado em História). 2013. P. 251 p. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana-BA.

REIMBERG, Mauricio. **Área em disputa no sertão é palco de morte de trabalhador rural.** 2009. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/02/rea-em-disputa-no-sertao-e-palco-de-morte-de-trabalhador-rural/>>. Acesso em: 10 de jul. de 2013.

REIS, Alécio Gama dos. **O que farpa o boi farpa o homem:** *campo* das memórias dos vaqueiros do sertão de Irecê. Dissertação (Mestrado em História). 2013. 364 p. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana.

REIS, Angélica Santos. **Fundos de Pasto baianos:** um estudo sobre regularização fundiária. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Salvador – BA, Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2010.

RELATÓRIO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231638540.MD2_0277_1.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2013.

REVISTA ALUMEIA. Mineração: progresso ou destruição. Salvador: CPT, 2013.

REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Caatinga:** um bioma exclusivamente brasileiro... e o mais frágil. Disponível em: <<http://fmclimaticas.org.br/sistema/publicacoes/arquivos/Caatinga,%20um%20bioma%20exclusivamente%20brasileiro.pdf>>. Acesso em 07 de out. 2013.

REVISTA ECONOMICA DO NORDESTE. Fortaleza, BNB, v. 28, n. 4, p. 387-389. out./dez., 1997.

REPÓRTER BRASIL. **Comunidades de Fundo de Pasto resistem a pressões.** 2009. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/09/comunidades-de-fundos-de-pasto-resistem-a-pressoes/>>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia A. **Território brasileiro: usos e abusos.** Edições Territorial, Campinas: 2003.

RIBEIRO. Jeronimo Rodrigues. **Uauá:** história e memórias. Salvador: Ianamá, 1999.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia A. **Território brasileiro: usos e abusos.** Edições Territorial, Campinas: 2003.

RICUPERO, Bernardo. **Celso Furtado e o pensamento social brasileiro.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142005000100024&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 de abr. de 2013.

SANTOS e SANTOS. Cirlene Jeane. **Tecitura da resistência, rupturas e permanências no tempo-espaço desse modo de vida camponês.** Tese (Doutorado em Geografia). 2010. 290 p. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

SANTOS, Fernando Correa. **CEPAL- Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.** São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/mini-onu/2008/pdfs/guias/cepal.pdf>>. Acesso em: 24 de abr. de 2013.

SENRA, Kelson Vieira. **Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil:** uma análise comparada dos períodos Pós-Guerra (1945-1964), Pós-Golpe Militar (1964-1988) e Pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009). Dissertação (Mestrado em Geografia). 2009. 128 p. Universidade de Brasília – UNB, Brasília – DF.

SHISTECK, Haroldo. **Caldeirão, Caxio e Cacimba:** Três sistemas tradicionais de captação de água de chuva no nordeste brasileiro. Disponível em: <www.ieham.org/html/docs/clicks.asp?url=Caldeirao_Caxio...doc>. Acesso em: 15 de mar. de 2013.

SILVA, Lígia M. Osório. **Terra, Direito e Poder** – o latifúndio improdutivo na legislação agrária brasileira. Disponível em <http://2cnsd2008.blogspot.com/>. Acesso em 10 de jun. de 2010.

SILVA, Suely Braga. **O Brasil de JK > 50 anos em 5:** o Plano de Metas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanoDeMetas>>. Acesso em: 28 de abr. de 2013.

SILVIA, Regina. **Raimundo Sodré, chula no sangue.** Disponível em: <www.culturabaiana.com.br/raimundo-sodre/>. Acesso em: 20 de jul. de 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil.** 3ª Ed., São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOUSA, Pedro Severino de. **Histórico das Políticas Regionais.** Disponível em: <http://pedroseverinoonline.blogspot.com.br/2008_12_01_archive.html>. Acesso em: 23 de abr., de 2013, p. 01-02.

STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil – o debate tradicional:** 1500-1960: Expressão Popular, 2005.

STHEINBECK, John. **As vinhas da Ira.** Rio de Janeiro:Bestbolso, 2008.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **A formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, v. 3, 2002.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica à epistemologia de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Senhores e Caçadores.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

TAVARES, Luís H. Dias. **História da Bahia.** Salvador: Correio da Bahia, 2000.

TORRES, Paulo Rosa. **Terra e Territorialidade das Áreas de Fundo de Pastos no Semiárido baiano 1980-2011.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Católica do Salvador – UCSAL. 2011. 134 p. Salvador – BA.

VIANNA, Monica Peixoto. **O planejamento regional integrado da TVA e sua influencia no Brasil:** o caso da CESP. Santa Catarina, 2009. Disponível em

<<http://www.anpur.org.br/inicio/images/anais/ena13/ARTIGOS/GT533915220090317163221.pdf>>. Acesso em: 23 de abril de 2013.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro. Zahar, 1970.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiras, parentes e compadres**: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo:Hucitec, 1995.

<http://www.aatr.org.br/site/aatr/index.asp#historia>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

<http://www.cda.ba.gov.br/cda/historico.php>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

<http://www.coopercuc.com.br/ver/fotos/>. Acesso em: 20 de jun. de 2014

http://www.cptba.org.br/joomla15/images/boletimcaminhando/informativo_02_11-2008.pdf. Acesso em 09 jun. de 2014.

<http://domeugeniosales.webnode.com.br/origem-da-campanha-da-fraternidade/>. Acesso em 10 abr. de 2013.

<http://www.irpaa.org/modulo/portugues>.

<http://www.novosite.ssps.org.br/novosite/public.asp?1122-4226- trafico-de-mulheres-e-criancas-as-irmas-dos-santos-nomes-falam-sobre-a-questao>. Acesso em: 10 de abr. de 2014.

<http://www.youtube.com/watch?v=s90nKSlbgoQ>. Acesso em 25 de jul. de 2013.